

MINAS PRECISA DE UM “PLANO DE RESGATE”



Minas Gerais “sangra” há 30 anos com uma crise financeira que não tem fim. Já tivemos seis governos de centro, de esquerda e de direita desde o Plano Real—Eduardo Azeredo, Itamar Franco, Aécio Neves, Antônio Anastasia, Fernando Pimentel, e agora Romeu Zema—e a crise continua dramática. A crise está expressa no seguinte: duas moratórias da dívida (com Itamar Franco e, agora, com Romeu Zema); Minas perde receitas importantes (Lei Kandir e, agora, uma espécie de Lei Kandir 2, com o populismo fiscal de Bolsonaro com o ICMS dos Estados); a dívida de Minas, de R\$ 159 bilhões (valor de dezembro de 2022), continua impagável; os servidores sofrem as consequências da crise, com arrocho salarial e atraso nos pagamentos; mais recentemente, o Estado não conseguiu sequer honrar os repasses constitucionais aos municípios; Minas, inacreditável, só tem recursos para investimentos graças ao acordo com a Vale referente aos crimes ambientais de Brumadinho de Mariana. É preciso aproveitar a presença de Lula na presidência da República e aprovar um “Plano de Resgate” de nosso Estado, sem privatizações, sem congelamento dos servidores, sem destruição dos serviços públicos e com uma redução expressiva da dívida do Estado.

JOSÉ PRATA ARAÚJO

ÍNDICE

I - INTRODUÇÃO	4
-----------------------------	----------

II - ROMEU ZEMA NÃO QUER UM “PLANO DE RESGATE” DO ESTADO; ELE QUER É “PRIVATIZAR TUDO”	14
---	-----------

-Dívida de Minas disparou de R\$ 113,8818 para R\$ 159,250 bilhões	15
-Pagamentos de atrasados foi de R\$ 12 bi; moratória rendeu R\$ 36 bi	16
-O violento ajuste nos gastos de pessoal	17
-Programa Alexandre Kalil e as finanças de Minas	17
-Estados mais endividados, governados pela direita	18
-Regime Recuperação Fiscal – RRF fracassou no Rio	19
-Partido “Novo” é o velho liberalismo	21
-Criminalização das lutas sociais e “direito sagrado” à propriedade	22
-Obsessão de Zema: privatizar Cemig e Copasa	23
-Romeu Zema vincula corrupção ao tamanho do Estado	23
-Romeu Zema quer ser presidente pra que? Para privatizar	24
-A “privatização” do vírus na pandemia	25
-Crítica aos privilégios é para fortalecer o “privatiza tudo”	26
-Romeu Zema privatizou o Palácio do Governo	27
-Privatismo explica união de Zema a Bolsonaro	29
-Romeu Zema não tem apoio popular para o privatismo	31
-Romeu Zema “passa pano” para o golpismo de 8 de janeiro	32

III - MINAS GERAIS PRECISA DE UM “PLANO DE RESGATE” DAS FINANÇAS ESTADUAIS..	33
---	-----------

-Por que Minas precisa de um “plano de resgate?”	34
-Alexandre Padilha: RRF sem privatizações e destruição serviços públicos	34
-Dívida de Minas Gerais de R\$ 159,250 bilhões é impagável	35
-Ajuste fiscal precisa reduzir desonerações	36
-RRF sem novos sacrifícios aos servidores	37
-RRF sem privatizações	38
-Razões do fracasso do governo Fernando Pimentel	39
-Narrativa sindical é limitada para explicar crise de Minas	40
-Estratégia errada respinga nos governos petistas	41
-Tribunal de Contas: Contagem respeita o piso	43
-Balanço da legislação do piso do magistério e alternativas	44
-PT Minas precisa defender o governo Marília Campos	45
-Falência de Minas se deve a diversos fatores	46
-Juros e correção fizeram dívida se tornar impagável	47
-Melhor ajuste fiscal é o crescimento	48
-Lei Kandir e a falência de Minas	49
-Minas: 19ª colocação na receita per capita	52
-Minas campeã em número de municípios	53

-ICMS perde peso na tributação	54
-Esquerda, inacreditável, implantou previdência capitalizada	55
-FHC criou / aumentou contribuições e desvinculou estados	57
- PT Minas, forte no voto proporcional e fraco no majoritário	58
-Minas, PT vence para presidente e perde para governador e senador	59
-Romeu Zema não deve ser subestimado	60
-Minas precisa recuperar o protagonismo nacional	61
-Minas plural na cultura e mais homogênea na economia	62
-Os enormes desafios do PT Minas	63

IV – EXPERIÊNCIA DE CONTAGEM PODE INSPIRAR ARRUMAÇÃO DAS FINANÇAS DE MINAS.65

-Recuperação fiscal de Contagem em duas tabelas	65
-Contagem viveu no passado uma “tempestade perfeita”	66
-Marília resgatou Contagem da falência	67
-Governos deram segmento ao trabalho da Marília	68
-Marília derrotou o populismo fiscal	68
-Contagem, com Marília, poderá viver uma nova era	69
-Contagem tem no IFGF “Gestão de excelência”	70

V – ROMEU ZEMA DEFENDE PRIVATIZAR TUDO, INCLUSIVE SAÚDE E EDUCAÇÃO 72

-Privatizações de A a Z de Romeu Zema	72
---	----

VI – UM OLHAR SOBRE MINAS GERAIS; UM BREVE DIAGNÓSTICO EM 16 PONTOS 76

-Minas é um pouco o retrato do Brasil	76
-Minas é muitas; as desigualdades regionais	77
-Minas é um estado exportador	78
-Minas tem 5,148 milhões de trabalhadores formais	79
-População ocupada é de 10,340 milhões	79
-Minas mais cresceu foi no governo Lula	80
-O Estado “emparedado” entre União e municípios	81
-O tamanho do Estado em Minas	85
-Os números dos crimes violentos no Estado	85
-Violências contra a mulher em Minas	85
-Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de Minas	86
-Previdência, o maior programa social de Minas	87
-Bolsa Família para 1,615 milhão de famílias	87
-Saneamento básico no Estado	87
-Déficit habitacional é de 575.498 residências	87
-Minas tem 21,526 milhões habitantes	88

VII – “MINAS GERAIS É MUITAS”; VEJA ALGUMAS PASSAGENS HISTÓRICAS DO LIVRO “AVE PALAVRA” DE GUIMARÃES ROSA 89



INTRODUÇÃO

MINAS PRECISA DE UM “PLANO DE RESGATE”, NÃO DE MEDIDAS PALIATIVAS

Nesta introdução buscamos fazer uma síntese da enorme quantidade de informações e propostas deste estudo. Falamos da necessidade de um diagnóstico realista da situação financeira de Minas Gerais; dos desequilíbrios estruturais de nosso Estado; e das propostas de um “Plano de Resgate” de nosso Estado. A forma como eu organizei este documento, com um “editorial” na capa e um texto introdutório, fez que eu tivesse que repetir alguns argumentos algumas vezes.

CHEGA DE AUTO-ENGANO; GOVERNO E OPOSIÇÃO PRECISAM RECONHECER A FALÊNCIA DE MINAS GERAIS. Romeu Zema nega a realidade e afirma que “arrumou as finanças” do Estado nos últimos quatro anos. É inacreditável que grande parte do empresariado e da mídia aceite este diagnóstico de Minas Gerais. Um Estado que está em “moratória judicial”, que deixou de pagar R\$ 36 bilhões nos últimos quatro anos de juros e amortizações da dívida, não está saneado financeiramente. E a moratória da dívida não resolve a situação do Estado porque os valores não pagos a título de juros e amortização se incorporam ao montante da dívida, que cresce de forma acelerada; no governo Romeu Zema, a dívida passou de R\$ 113 bilhões para R\$ 159 bilhões no final de 2022 (no mês de abril de 2023, a dívida já aumentou ainda mais para R\$ 162,740 bilhões). Sem a moratória da dívida, garantida através de uma liminar do STF, o governo Romeu Zema teria enfrentado enormes apuros; o governador pagou muitas dívidas

herdadas do governo Fernando Pimentel, de R\$ 12 bilhões, mas deixou de pagar R\$ 36 bilhões da dívida. A liminar do STF foi a “herança bendita” recebida por Romeu Zema. Além da dívida, outros indicadores fiscais de Minas não são bons. As receitas continuam muito frágeis, agora com as desonerações do ICMS realizadas por Bolsonaro. As despesas de pessoal estão nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas estão muito arrojadas, mesmo Romeu Zema tendo feito um violento ajuste inflacionário, com aumento de 62% nas receitas e aumento dos gastos de pessoal de 19% a 21%. Os investimentos são garantidos com recursos dos crimes ambientais de Brumadinho e Mariana.(...) Romeu Zema defende a tese inverídica de que “Minas está saneada”, porque o governador não tem como estratégia o equilíbrio fiscal, mas o “privatiza tudo” do Estado. Romeu Zema não se opõe às perdas de receitas do Estado, como no caso do “canetaço” de Bolsonaro de redução do ICMS; ele utiliza a redução de receitas para reduzir o tamanho do Estado.

Oposição também precisa deixar de se auto-enganar. A narrativa do PT Minas, e de outros partidos de esquerda, por razões diferentes, acaba confirmando a narrativa de Romeu Zema. O PT Minas, na luta pelo atendimento das reivindicações de suas bases sociais, em especial dos servidores públicos, também afirma que o governo Romeu Zema arrumou as finanças de Minas e está com o caixa cheio de “bilhões de reais”. Chega de autoengano. Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estão “quebrados” há décadas. É preciso aproveitar uma oportunidade única neste momento e articular com o governo Lula um “plano de resgate” para Minas Gerais que interrompa, em definitivo, o “sangramento” de nosso Estado e recupere as finanças públicas estaduais, que é uma das bases para um projeto de desenvolvimento estadual. A esquerda não pode ser voluntarista na gestão do Estado; quando perde o controle da economia e das finanças públicas, como aconteceu no governo Fernando Pimentel, é fatal para a continuidade dos nossos projetos históricos.

NECESSIDADE DE RECUPERAÇÃO FISCAL NÃO É UMA AGENDA NACIONAL; ESTADOS MAIS ENDIVIDADOS SÃO TRÊS APENAS: MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO E RIO GRANDE DO SUL.

Ao contrário do que muitos pensam, a recuperação fiscal não é uma agenda política nacional; Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul são os adeptos e candidatos ao Regime de Recuperação Fiscal por serem, historicamente, os estados mais endividados. Já São Paulo tem uma dívida elevada em termos quantitativos, mas com percentual bem mais baixo do que os estados que citamos e vem se recuperando e talvez não necessita do programa federal.(...) Os partidos de direita e de centro-direita são muito “bons de gogó” na defesa da responsabilidade fiscal e, sempre em parceria com a grande mídia empresarial, acusam a esquerda de ser leniente com as finanças públicas. Não é bem assim. Veja os casos dos quatro estados que são candidatos ao Regime de Recuperação Fiscal – RRF. Eles estão entre os mais ricos do Brasil: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo e, quase sempre, foram governados pela direita; já os Estados com as finanças mais organizadas são do Nordeste, que tem governos de esquerda, tem as finanças mais arrumadas. Portanto, não existe uma situação generalizada de falência dos Estados. São quatro apenas com dívida líquida muito elevada em relação à receita: Rio Grande do Sul (199,16%), Rio de Janeiro (168,28%), Minas Gerais (156,95%) e São Paulo (114,63%), que precisam, em tese, de condições especiais para saírem da falência ou da quase falência. O problema é que são Estados dos mais ricos e dificilmente haveria uma concordância dos demais governadores com quem, sendo rico, foi leniente do ponto de vista fiscal.(...) A dívida de Minas Gerais junto à União é impagável: depois de

25 anos do acordo da dívida, a situação permanece sem solução. Nosso Estado tem 9% do PIB nacional, mas a dívida consolidada líquida, de R\$ 143,439 bilhões, representa 18,80% da dívida corrente líquida, de R\$ R\$ 763,240 bilhões, dos 26 estados brasileiros. Juntos os quatro estados mais ricos do Brasil, com 56,3% de participação no PIB nacional, são os responsáveis por nada menos que 86,47% da dívida líquida dos estados. Veja a dívida de Minas Gerais: no montante de R\$ 143,439 bilhões, ela é bem maior que a dívida líquida de 22 estados brasileiros, de R\$ 103,230 bilhões. Impressionante, não é mesmo?

MINAS GERAIS TEM DESEQUILÍRIOS ESTRUTURAIS QUE NÃO SERÃO RESOLVIDOS COM MEDIDAS PALIATIVAS.

As medidas anunciadas pelo ministro Fernando Haddad são positivas, mas não resolvem minimamente os desequilíbrios estruturais de Minas Gerais. De forma positiva podemos destacar: o fim da exigência de privatizações para Estados que aderem ao Regime de Recuperação Fiscal; flexibilização da política para os servidores, deixando a possibilidade de reajustes e aumentos salariais e possibilidade de realização de concursos públicos; aumento de 9 para 12 anos a permanência no Regime de Recuperação Fiscal. (...) O fim da exigência de privatizações é importante, dificulta as privatizações em Minas da Cemig e Copasa, mas isto eram medidas de “caráter ideológico” ao gosto dos políticos liberais já que a venda das duas empresas não cobriam nem seis meses do pagamento da dívida estadual; mas a suspensão desta medida não muda a situação fiscal de Minas.(...) A flexibilização da política em relação aos servidores também é importante, mas vale lembrar que continua existindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e a fragilidade das receitas do Estado serão sempre um grande empecilho para a valorização dos servidores.(...) Já o prolongamento do Regime de Recuperação Fiscal de 9 para 12 anos apenas adiam os problemas da dívida estadual, já que os valores não pagos na moratória se incorporam ao estoque da dívida, que dispara como mostra o exemplo do Rio de Janeiro.(...) Como veremos a seguir, Minas Gerais tem desequilíbrios estruturais não resolvidos (na dívida, receita, despesa e investimentos).

Dívida de Minas Gerais é impagável. O economista tucano, Luiz Carlos Mendonça de Barros, um dos formuladores da federalização da dívida dos estados e municípios, em um artigo que publicamos neste estudo, afirma que “uma obra quase perfeita” foi maculada pela equipe de Malan, já que os “juros cobrados foram elevados demais, o que fez com que os saldos devedores das nossas dívidas, mesmo com os pagamentos realizados, crescessem de forma insuportável”. A dívida de Minas Gerais foi corrigida pelo IGP-DI, um índice fortemente influenciado pelo dólar, mais 7,5% ao ano de juro real. Veja os índices de acumulados de inflação de 1998 a 2014: IGP-DI, 280,96% e IPCA, 183,03%. Em 2014, o governo Dilma mudou o indexador da dívida para Selic ou IPCA mais 4% ao ano. Trata-se de juros ainda muito elevados e que reduziram a dívida de Minas em menos de R\$ 10 bilhões. Ou seja, como disse Mendonça de Barros, os “juros foram elevados demais” e, na prática, ao invés da federalização significar algum subsídio da União para estados e municípios, foram os estados e municípios que subsidiaram a União. A dívida de Minas Gerais atingiu R\$ 162,740 bilhões em abril de 2023, e deverá se aproximar dos R\$ 200 bilhões ao final do governo Romeu Zema. Resultado disso: que a dívida de Minas, depois de 25 anos da federalização, continua impagável.

Minas Gerais é 3ª no PIB; 9ª no PIB per capita e ocupa apenas o 19ª posição na receita per capita. As receitas de Minas Gerais são muito frágeis. Em publicações anteriores sobre Minas Gerais, sempre afirmei que Minas ocupava a 3ª colocação do PIB no Brasil, mas que no PIB per capita nosso Estado ocupava apenas a 9ª colocação e isto, provavelmente, teria reflexos importantes na arrecadação

per capita do Estado (arrecadação dividida pelo número de habitantes de nosso Estado). Agora, numa publicação do governo do Estado do Rio de Janeiro, tivemos acesso aos dados que mostram uma situação muito mais preocupante: Minas Gerais, na receita per capita, desaba para a 19ª colocação nacional. Não temos informações para analisar porque Minas Gerais cai tanto no ranking dos Estados da receita per capita, ficando muito próximo dos Estados do Nordeste, que são os mais pobres do Brasil. Uma das hipóteses é o peso da Lei Kandir de desoneração do ICMS, que tem grande repercussão em um Estado exportador como Minas Gerais. De toda forma vale registrar que a receita per capita bem abaixo da média nacional impossibilita que nosso Estado, mesmo quando governado pela esquerda, disponha de receitas suficientes para enfrentar as desigualdades regionais, a pobreza e extrema pobreza de uma parcela expressiva a população.(...) Quando a Lei Kandir foi aprovada disseram que se tratava de favorecer a inserção do Brasil no mundo; ou seja, tínhamos que parar de “exportar impostos”. Fiz um estudo sobre as repercussões da Lei Kandir nas exportações do Brasil e mostrei que a repercussão foi quase nula; porque, na verdade, o Brasil, em 1996, “exportava era câmbio valorizado”, a paridade real x dólar destruiu as nossas contas externas. O Brasil, os números mostram, só voltou a ter superávit comercial quando acabou a paridade cambial. Mas as perdas da Lei Kandir destruíram as finanças de Minas: estudo da Assembleia Legislativa mostrou que as perdas do Estado, de 1996 a 2015 foram de R\$ 135,670 bilhões, suficiente para zerar, com sobra, a dívida de Minas Gerais.(...) Mais recentemente, Minas Gerais pagou um preço alto com a desoneração de Bolsonaro, mais uma vez à custa das receitas dos Estados, com a desoneração dos combustíveis, energia elétrica e comunicações, com perdas para o Estado de aproximadamente R\$ 9 bilhões. Minas ficou ainda mais frágil nas receitas tributárias.

Regime de Recuperação Fiscal faz disparar as despesas de pessoal de Minas Gerais, com exigência de capitalização da previdência. PT e PSDB introduziram na Constituição brasileira, na previdência dos servidores e no INSS, a exigência de “equilíbrio financeiro e atuarial”. Absurdo! Trata-se de uma meta impossível de ser alcançada pelo setor público no curto, médio e longo prazos. Equilíbrio financeiro significa despesas iguais às receitas de contribuições e, equilíbrio atuarial, um princípio da previdência privada, significa a introdução da “capitalização na previdência dos servidores” de tal forma que os governos façam uma gigantesca poupança em fundos de capitalização para bancar a previdência dos servidores. Inacreditável! A única meta plausível é a “estabilização do déficit” da previdência dos servidores. Repito: é inacreditável que o Regime de Recuperação Fiscal preveja a explosão dos gastos de pessoal com a transição para uma previdência capitalizada, que tem algumas diferenças com o modelo chileno que é privado, mas a transição para uma previdência capitalizada tem o mesmo impacto fiscal do modelo chileno. Verdade que em Minas Gerais a reforma da previdência não acatou a exigência de capitalização, mas esta é uma previsão legal que, se não for revogada, será exigida do Estado.

Minas Gerais não tem recursos para investimentos; e, incrível, governadores com pretensões presidenciais fazem pouco caso dos investimentos federais no Estado. Minas Gerais, nos últimos anos, não teve quase nenhuma capacidade de investimento. O problema maior é que governadores de centro e direita de Minas Gerais (Aécio Neves e agora Romeu Zema) tiveram e tem ambições nacionais à presidência da República sem que tenham resolvido as questões básicas do Estado, em especial a arrumação das finanças públicas. Daí porque sempre assumiram uma postura de competição com os governos nacionais do PT, em vez de adotarem uma estratégia de forma “cooperada e respeitosa”. No passado, Aécio Neves e, agora, Romeu Zema, têm um desinteresse inacreditável com os investimentos do governos do PT em obras e programas sociais para nosso Estado; isso porque se os avanços podem

ajudar a Minas e aos mineiros, de outro lado, gera um apoio dos mineiros aos governos petistas, o que enfraquece a oposição. Romeu Zema não tem nenhuma articulação direta com o governo federal; não tem agenda com ministros em Brasília nem quando eles visitam Minas Gerais. Que fique claro: é muita pretensão, praticamente inviável, um estado quebrado, como Minas Gerais, querer liderar o Brasil.

MINAS PRECISA DE UM “PLANO DE RESGATE”; ESQUERDA PRECISA LIDERAR ESTA

PROPOSTA. O PT Minas, com razão, rejeitou nos últimos anos, o Regime de Recuperação Fiscal-RRF, devido às previsões de privatização das estatais mineiras e de um severo arrocho dos servidores públicos estaduais. Verdade que a negativa da Assembleia de Minas de aceitação do RRF impôs limites aos planos privatistas de Romeu Zema, mas, por outro lado, ajudou o governador com mais recursos para o caixa do Estado. Veja só: o RRF prevê a volta do pagamento da dívida (juros e amortizações) depois de 1 ano, na proporção de 11% ao ano; já a liminar do STF, que suspendeu a dívida de Minas Gerais, não previu a volta gradual do pagamento.(...) Mas veja: este Regime de Recuperação Fiscal do governo federal, é agora do governo Lula. Portanto, desde a posse de Lula, a esquerda já deveria ter mudado de posição, aceitando o debate da recuperação fiscal associada a mudanças a serem efetuadas pelo governo Lula. Como isso não se deu, foram os governadores de centro direita que acionaram o governo federal, ainda que as mudanças não sejam exatamente a que pretendiam, por exemplo, nenhum deles deve ter pedido a suspensão das privatizações.(...) A esquerda, em particular dos três estados mais endividados, não pode se omitir. Precisa formular propostas mais definitivas que resgate Minas Gerais (mais Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) da falência; é preciso que o governo Lula mude já os termos do Regime de Recuperação Fiscal, acabando, por exemplo, com a exigência de privatização das estatais e de novas exigência em relação aos servidores para além da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas isso não basta é preciso um plano de resgate do Estado muito mais ambicioso e urgente.

Moratória não resolve a falência dos Estados; acaba até piorando porque a dívida “explode”. A suspensão temporária do pagamento da dívida, ainda que passe de 9 para 12 anos, não é solução porque aumenta o endividamento em termos absolutos. Matéria do “insuspeito” Valor Econômico, de 06/04/2019, informa: “O Regime de Recuperação Fiscal, ao qual o Rio de Janeiro aderiu em 2017, tem duração prevista de três anos, podendo ser prorrogado por mais três. Durante o período, ficam suspensos os pagamentos da dívida com a União. Se, por um lado, a interrupção dos pagamentos contribui para aliviar o aperto sobre o caixa estadual, por outro, aumenta o endividamento em termos absolutos, uma vez que os juros e os encargos continuam a incidir sobre o valor principal. O problema foi empurrado para 2024”. Neste estudo comprovamos isto com números inquestionáveis. Veja o caso do Rio de Janeiro: a dívida consolidada (bruta) do Estado era, em 2016, de R\$ 108,103 bilhões, e, mesmo com privatizações, ela atingiu R\$ 177,062 bilhões, em 2022 (R\$ 181,309 bilhões, em abril de 2023). Em Minas Gerais, com a liminar do STF, a dívida disparou no governo Romeu Zema, de R\$ 113,818 bilhões para R\$ 159,250 bilhões, em 2022 (em abril de 2023, subiu ainda mais para R\$ 162,740 bilhões). Que recuperação fiscal é esta em que a dívida dispara?

Proposta: redução do limite de endividamento dos Estados de 200% da receita para 120%, percentual igual ao dos municípios, e “perdão” da parte da dívida acima deste novo percentual. Na minha análise, depois de 25 anos da federalização da dívida dos Estados, a situação de Minas precisa de uma solução mais definitiva, o perdão de parte da dívida. Mas não dá para reduzir

o valor da dívida sem mexer no limite de endividamento, pois será um convite para a retomada do endividamento em patamares muito elevados. Daí porque proponho: redução do limite de endividamento de 200% da receita para 120% da receita, percentual igual ao dos municípios, o valor acima deste percentual deve ser “perdoado”. Isto não terá nenhuma consequência no endividamento de 23 estados, que já têm dívidas inferiores a 60% da receita.(...) Por que a Lei de Responsabilidade Fiscal fixou o limite de endividamento dos municípios em 120% da receita líquida e dos Estados em 200%? Não conhecemos os detalhes da aprovação da Lei Fiscal, mas não acreditamos que a diferença nos limites tenha sido em função de critérios técnicos, mas, provavelmente, foi resultado de uma situação concreta: a fixação do limite de 200% para Estados foi para não inviabilizar completamente estados muito endividados como Minas Gerais. Ou seja, os problemas fiscais dos estados mais endividados foram adiados: e foram estes estados que foram os mais penalizados porque, com dívida muito grandes, o peso dos juros e correção monetária manteve a dívida em patamares impagáveis. Daí porque a nossa proposta não é paliativa; não empurra a crise da dívida para frente, como no caso da moratória; significa uma solução mais definitiva de um problema que afeta poucos estados, somente três deles: Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Sugiro, ainda, que não se mude os juros das dívidas estaduais, para evitar novos subsídios futuros da União aos estados muito endividados; ao vincular as dívidas estaduais à Selic temos um critério neutro, a União cobrará juros dos estados no mesmo percentual que paga de suas dívidas.(...) Mas outras propostas precisam ser também analisadas para que se consiga um efetivo ajuste fiscal nos prazos máximos do Regime de Recuperação Fiscal: a) prorrogação de 9 para 12 anos a duração do Regime de Recuperação Fiscal, manutenção da possibilidade de suspensão do pagamento da dívida, com o retorno gradual do pagamento; b) redução do comprometimento de 13% da receita corrente líquida para o pagamento da dívida; c) alongamento dos prazos das dívidas estaduais; d) como propôs o governo Lula, que o novo RRF retire as exigências de privatizações e de novos limites aos gastos de pessoal para além daqueles previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Minas não vai equilibrar suas contas sem voltar a onerar as exportações, sobretudo da mineração e outros produtos de exportação. A privatização e isenção fiscal promoveram uma brutal transferência da riqueza mineral para o setor privado. A versão que a Vale privada conseguiu a façanha de transformar a “sucata” estatal brasileira na maior empresa privada do país pelo brilhantismo da gestão privada, é simplesmente ridícula. Os números mostram que a demanda por commodities, como o minério de ferro, está mais ligada a fatores como demanda externa, guerras, etc do que ao preço (no caso brasileiro com a isenção fiscal das exportações). No período de 2003 a 2008, a produção de minério de ferro, principal produto da Vale, aumentou 60%, passando de 188,3 para 301,6 milhões de toneladas métricas. O lucro da Vale, com a explosão dos preços no mercado internacional, subiu, no mesmo período, 753%, passando de US\$ 1,548 bilhão em 2003, para US\$ 13,218 bilhões em 2008.(...) Agora, veja os números do setor mineral no recente boom das commodities minerais em 2021. O Jornal do Comércio, de Belo Horizonte, informou sobre as exportações de minerais de Minas Gerais nos anos de 2020 e 2021: “Em termos de produtos, as commodities minerais ou agrícolas continuaram liderando as exportações de Minas Gerais. As remessas de minério de ferro ao exterior em 2021 somaram US\$ 18,1 bilhões, praticamente o dobro (84,6%) dos valores de 2020 (US\$ 9,8 bilhões). Em volume, os embarques de minério a partir de Minas Gerais avançaram 15% no exercício passado sobre o ano anterior. Ao todo foram 146 milhões de toneladas no ano passado e 126 milhões de toneladas em 2020”. Veja só: os embarques de minérios cresceram 15% e os valores que os exportadores conseguiram cresceram 84,6%.

(...) Assim, os números indicam claramente que a lucratividade do setor mineral, em particular da Vale, está ligada, acima de tudo, ao comportamento da economia internacional (aumentos do consumo e principalmente dos preços), e não à suposta genialidade de seus dirigentes e controladores. Como os preços das commodities são dolarizados, todas as vendas ao mercado interno também rendem lucros excepcionais para o setor privado. Isso confirma aquilo que dizemos: a privatização da Vale e a isenção de ICMS transferiu de forma brutal as riquezas minerais do Brasil e de nosso Estado para o setor privado. Além dos problemas ambientais, a mineração tem reflexos dramáticos no campo socioeconômico, já que o Estado não recebe dividendos como acionista e nem impostos na exportação, ou seja, pouco da riqueza mineral tem apropriação pública; e o setor mineral nem mesmo é um grande gerador de empregos.(...) Por isso mesmo uma tributação de 10% a 15% não vai prejudicar as exportações brasileiras, até porque como sendo o imposto regulatório, pode o imposto ser reduzido nos momentos de baixas nos preços das commodities; mas para nosso estado a tributação das exportações seria um reforço fundamental para as finanças estaduais.

Nelson Barbosa, ex-ministro da Fazenda, defende a Lei Kandir, mas defende possibilidade de um imposto sobre exportações. Nelson Barbosa, em um artigo publicado em 2019, defende que Estados deveriam ter autonomia para implementar um imposto sobre as exportações, como no caso de Minas Gerais sobre a mineração. Escreveu ele: “O TCU deu seu veredito: a União não precisa mais compensar os Estados pelas “perdas” da Lei Kandir! Essa transferência é uma demanda antiga e recorrente de vários Estados, desde que o governo Fernando Henrique aprovou uma lei desonerando as exportações de produtos básicos de qualquer imposto indireto. Até então as vendas externas de commodities estavam sujeitas à incidência do ICMS e eram importante fonte de receita para alguns Estados exportadores de grãos e minérios.(...) A Lei Kandir seguiu a lógica correta de que não se exporta imposto indireto, mas como ela implicava perda de receita para vários Estados, o texto também incluiu compensação temporária para regiões exportadoras de produtos primários. A compensação deveria durar até 2006, de acordo com a lei em vigor (Lei Complementar 115 de 2000), mas o governo federal tem realizado transferências em quase todos os anos depois de tal data, incluindo recursos na Lei Orçamentária de cada ano (por exemplo, em 2018, a transferência foi R\$ 1,9 bi).(...) Os governadores recorrentemente demandam que o governo continue a compensar suas “perdas”, haja vista que exportação de commodities é uma atividade econômica importante para vários Estados, mas com poucos efeitos sobre a arrecadação indireta. A demanda dos governadores é compreensível, sobretudo diante da crise fiscal de diversos Estados, mas não é adequado exigir que o governo federal utilize outros impostos, diretos e indiretos, arrecadados sobre toda população brasileira, para compensar a especialização produtiva de algumas regiões nacionais em commodities. Existe uma forma mais clara e justa de fazer isso: permitir que os Estados cobrem imposto sobre a exportação de produtos primários se assim eles acharem necessário.(...) A adoção de imposto de exportação sobre produtos primários tem longa história em economia e já foi utilizada por vários países como forma de incentivar a agregação de valor internamente. Por exemplo, para estimular o processamento de grãos, tributa-se a exportação do produto in natura, mas não os seus derivados. O mesmo se aplica a minérios, tributando-se o produto bruto, mas não o aço e outros produtos processados. (...) Assim, em vez de continuarmos em mais uma discussão bizantina se a União deve ou não compensar alguns Estados por sua vocação primária exportadora, deveríamos ter uma discussão mais profunda sobre se vale a pena ou não tributar a exportação de algumas commodities, destinando a receita para as regiões produtoras. Segundo nossa Constituição, o imposto de exportação é um tributo regulatório, que

cabe exclusivamente à União, e pode ser regulado por decreto, respeitando a alíquota máxima de 30% (Decreto Lei 1.578/77). Porém, como vários governadores sentem-se penalizados por seus Estados serem altamente competitivos em commodities, essa atribuição poderia ser parcialmente descentralizada, em consonância com o federalismo.(...) Caso isso seja feito, ao invés de caravanas de governadores para Brasília, pedindo que a União tribute áreas urbanas para compensar suas “perdas” com exportações de grãos e minérios, nós teríamos um debate regional e mais qualificado nos Estados competitivos na produção de commodities. O ideal é que a população dos Estados em questão decida se deve ou não tributar suas exportações primárias. Em resumo, a descentralização de recursos é um mantra recorrente de governadores (e prefeitos). Não tenho nada contra isso, desde que se descentralize também a arrecadação de impostos. Não é adequado que somente a União fique com o ônus de cobrar impostos e contribuições para que Estados e Prefeituras ordenem as despesas. O poder de gastar deve estar associado à responsabilidade de tributar. Assim, se alguns governadores desejam ser compensados pela “maldição” de exportar commodities, que a União permita que os Estados, dentro de certos parâmetros, cobrem imposto sobre exportação de produtos primários a partir de seus territórios. Com isso os governadores do Paraná e do Centro-Oeste poderão se entender com seus produtores de grãos, os governadores do Pará e Minas Gerais com seus produtores de minérios e assim em diante. Se é para descentralizar recursos, vamos também descentralizar o ônus de criar e cobrar impostos para os governadores, com uma discussão transparente dos custos e benefícios da produção de commodities em cada estado. A democracia agradecerá este tipo de iniciativa”.(Blog do IBRE, fevereiro de 2019).

Receita de Minas depende de um novo plano de desenvolvimento para o Brasil e Minas Gerais.

Veja, de forma impressionante, as repercussões dos ciclos econômicos sobre as finanças de Minas Gerais. Quando o Brasil cresceu, como no governo Lula, Minas também cresceu e melhorou as finanças públicas. De 2002 a 2010, com um grande crescimento econômico (média de 3,91%), a receita do estado cresceu 176,67% e, considerando a inflação acumulada no período de 56,68%, o aumento real da receita estadual foi de espetaculares 77%. Podemos dizer mesmo que quem viabilizou o PSDB mineiro durante 12 anos no poder em Minas Gerais foi o governo Lula com um grande crescimento do Brasil e com o forte crescimento econômico e financeiro de nosso Estado.(...) Uma situação inversa aconteceu no governo Fernando Pimentel. No período de 2015 a 2018, com a forte recessão da economia (índice médio de -0,83%), a receita estadual apresentou crescimento nominal inexpressivo de 18,26%, o que não cobriu sequer a inflação do período de 26,63%; ou seja, Fernando Pimentel enfrentou uma “tempestade perfeita”, com receitas com crescimento real negativo e atraso de pagamentos de servidores, fornecedores, e municípios. Como se vê, além das onerações fiscais, em Minas Gerais sobretudo sobre a mineração, é fundamental um novo ciclo de crescimento econômico para resgatar, em definitivo, as finanças de Minas.

Nas despesas, o mais importante para Minas Gerais é o fim da previdência capitalizada e a adoção de um modelo de previdência similar ao governo federal.

Para evitar uma explosão das despesas de pessoal nos próximos anos, que o regime de recuperação fiscal prevê implicitamente, é preciso se revogar o modelo de previdência atual, e se adotar para Estados e Municípios o mesmo modelo do governo federal, com a adoção de apenas dois fundos de previdência: a) um básico, no regime financeiro, para as faixas salariais até o teto do INSS, de R\$ 7.507,49; b) uma previdência complementar com contribuição paritária de governo e servidores, com alíquota moderada de 7,5%, que tem baixo impacto fiscal. Nesta proposta, os valores capitalizados não retornam aos Tesouros de imediato, como aconteceu em Minas Gerais, em 2014; os valores capitalizados serão vinculados a fundos de ativos para

garantir maior sustentabilidade ao regime financeiro no médio e longo prazos.(...) O modelo atual para os Estados prevê três fundos: a) um financeiro para os servidores mais antigos, que explode as despesas por trata-se de um fundo fechado, que banca as aposentadorias e pensões dos antigos servidores (passivo previdenciário de Minas é de R\$ 600 bilhões), sem a contribuição dos novos servidores; b) um fundo de capitalização para os novos servidores, que é altamente superavitário porque só tem receitas dos novos servidores e quase nenhum gasto com benefício; c) um fundo complementar acima do teto do INSS.(...) Este modelo implica num ajuste fiscal sanguinário nos próximos 30 a 40 anos e precisa ser extinto, com adoção do modelo do governo federal para estados e municípios. E diversos órgãos técnicos alertam para os riscos fiscais da previdência capitalizada.(...) É o caso da Instituição Fiscal Independente – IFI, vinculada ao Senado Federal: “O problema se dá na fase de transição, na qual o regime de repartição vai perdendo importância, em favor da capitalização. Nessa fase, o ente se depara com redução de receita e aumento de despesa, ao mesmo tempo que precisa pagar os benefícios dos servidores mais antigos. O aumento das despesas ocorre porque, em regimes de capitalização, as contribuições do ente precisam ser efetivamente desembolsadas para poderem ser capitalizadas e utilizadas no pagamento futuro dos benefícios. No regime de repartição, também há contribuição do ente, mas, nesse caso, ela é meramente contábil, pois permanece com o próprio ente. A redução da receita ocorre na segregação de massas, pois a contribuição dos servidores ativos do grupo segregado no regime de capitalização deixa de ser utilizada para pagar os inativos que se concentram basicamente no regime de repartição. Isso ocorre, pois as contribuições precisam ser capitalizadas para o pagamento dos benefícios futuros”.(...) Também o DIEESE critica a capitalização: “Ao exigir a comprovação do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência, a proposta coloca uma pesada amarra nas finanças de estados (principalmente) e de municípios. Dado que a previdência dos servidores públicos foi constituída historicamente como despesas de pessoal e não como sistema previdenciário propriamente dito, os ‘Regimes Próprios’ apresentam déficit financeiro e atuarial expressivo quando se considera apenas a arrecadação das contribuições previdenciárias. Se a proposta for aprovada como está, estados e municípios serão obrigados a vincular receitas e ativos à previdência, inclusive de securitização de dívidas; a cobrar taxas contributivas mais altas e taxas extraordinárias de segurados, aposentados, pensionistas e reformados; e a impedir reajustes e aumentos do pessoal da ativa que possam impactar futuramente as despesas previdenciárias e afetar o equilíbrio atuarial”.(...) Até mesmo os governos do PSDB, quando governaram São Paulo e Minas Gerais, se opuseram à capitalização. São Paulo, governado pelo PSDB, foi um dos estados brasileiros que não implantou a capitalização através da segregação de massas. O argumento dito pelo secretário da Fazenda de São Paulo à época é porque “a capitalização acarretará grande impacto às finanças do Estado” (Valor Econômico, 13/11/2012). O governo Antônio Anastasia revogou, em 2014, a capitalização da previdência do Estado. A ex-secretária Renata Vilhena, da Secretaria de Estado e Planejamento e Gestão – Seplag no governo tucano, explicou as razões para as mudanças: “Tínhamos um fundo de previdência criado em 2002, em um contexto econômico diferente, e agora chegamos em um ápice de capitalização, onde o governo tem que colocar recursos do Tesouro, totalmente esterilizados, e que só poderão ser usados em 2030. Isso é muito bom se a gente tiver o mundo em situação de crescimento. Adotamos modelo idêntico ao do governo Federal, ao do Ceará, de Pernambuco, São Paulo. A União nunca fez um fundo de capitalização sob o argumento de que o Tesouro Federal não tem dinheiro para ficar parado enquanto temos demandas crescentes de serviços” (Hoje em Dia, 24/02/2014).(…) Nem mesmo o governo Romeu Zema, ultraliberal, adotou em Minas Gerais o modelo de capitalização, por ser muito oneroso. É um

vexame político, que a esquerda, em particular o PT, dê apoio à continuidade do modelo de capitalização da previdência básica.

Um Estado falido, como Minas, precisa ter aporte de investimentos do governo federal a “fundo perdido”. Marília Campos, quando foi prefeita, de 2005 a 2012, como Contagem estava muito endividada e sem capacidade de endividamento para obras, negociou com o governo federal a adesão ao PAC com recursos a “fundos perdido”, com recursos do Orçamento Geral da União – OGU, ou com pequenas contrapartidas, também financiadas com empréstimos. Entendemos que Minas Gerais não pode adotar, como faz Romeu Zema, uma posição de competição com o governo federal deveria negociar também investimentos em Minas com recursos federais. Outras alternativas são os acordos de Brumadinho, que está financiando obras no Estado; a principal delas, o Rodoanel, muito polêmica, devido ao traçado, e até mesmo em função das prioridades do Estado, ou seja, ao invés de uma obra desta de longa duração talvez seria melhor dirigir os escassos recursos do Estado para melhorar a mobilidade já existente: Anel Rodoviário; Via Expressa; Metrô; sistema de transporte da Grande BH, trens metropolitanos. E tem ainda o bilionário acordo de Mariana, que deverá garantir recursos expressivos para Minas Gerais.

Um projeto nacional, como defende Lula, não pode deixar para trás Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O ministro Fernando Haddad conhece muito bem o drama do endividamento de Estados e municípios. Ele, como prefeito, governou São Paulo, que era uma cidade falida e teve forte apoio do governo Dilma para sanear a capital paulista. Fernando Haddad assumiu a Prefeitura com dívida bruta de R\$ 70,122 bilhões (218% da receita) e entregou com R\$ 47,256 bilhões (110% da receita).(…) O governo Lula precisa olhar com mais atenção e carinho a situação dos três estados mais endividados porque representam parte expressiva da população e do PIB brasileiro, e a recuperação da finanças destes estados é fundamental para um projeto de desenvolvimento nacional. Além do mais são estados estratégicos para se consolidar uma maioria política e social da esquerda brasileira, como ficou claro em quase todas as eleições presidenciais.

Já publiquei oito estudos sobre Minas Gerais nos últimos 20 anos. Fiz, depois de sete outros estudos no passado sobre Minas Gerais, este oitavo que considero meu melhor estudo sobre as condições financeiras, administrativas, econômicas de nosso Estado. Publiquei o índice bastante detalhado para que os leitores tenham mais acesso aos temas que desejarem. Agradeço ao Ivanir Corgosinho pela revisão dos originais, e ao Rodrigo Paiva pela programação visual. Uma boa leitura!

Contagem, agosto de 2023

José Prata Araújo



ROMEU ZEMA NÃO QUER UM “PLANO DE RESGATE” DO ESTADO; ELE QUER É “PRIVATIZAR TUDO”

Romeu Zema não diz a verdade quando afirma que arrumou as finanças do Estado. Minas está em uma moratória judicial e a dívida disparou de R\$ 113,818 bilhões, em 2018, para R\$ 159,250 bilhões, em 2022; o governo fez um ajuste inflacionário violento nas despesas de pessoal (receitas cresceram 62,22% e gastos de pessoal apenas 19% a 21%), e, ainda assim, os gastos de pessoal estão nos limites da Lei Fiscal, o que indica a continuidade do arrocho; Romeu Zema apoiou Bolsonaro, mesmo tendo o ex-presidente atacado duramente os interesses de nosso Estado com o populismo fiscal na questão do ICMS; o Estado só recupera a capacidade de investimento com os recursos dos crimes ambientais de Brumadinho e Mariana.(...) Como pode se ver neste texto, Romeu Zema e o Partido Novo não tem como objetivo o equilíbrio fiscal e a recuperação das finanças estaduais, com maior valorização dos servidores e retomada da capacidade de investimento; o programa de governo do governador e de seu partido pode ser resumido em duas palavras: “Privatiza tudo”. O governador não tem a menor afeição pelas funções estatais, da saúde, educação, desenvolvimento social e das empresas estatais, ele age como um “liquidante do Estado”, como parte de sua “utopia liberal” de ver restaurado o Estado mínimo de 150 anos atrás. O problema maior é que governadores de centro e direita de Minas Gerais (Aécio Neves e agora Romeu Zema) tiveram e tem ambições nacionais à presidência da República sem que tenham resolvido as questões básicas do Estado, em especial a arrumação das finanças públicas. Daí porque sempre assumiram uma postura de competição com os governos nacionais do PT, em vez de adotarem uma estratégia de forma “cooperada e respeitosa”. No passado, Aécio Neves e, agora, Romeu Zema, têm um desinteresse inacreditável com os investimentos do governos do PT em obras e programas sociais para nosso Estado; isso porque se os avanços podem ajudar a Minas e aos mineiros, de outro lado, gera um apoio dos

mineiros aos governos petistas, o que enfraquece a oposição. Que fique claro: é muita pretensão, praticamente inviável, um estado quebrado, como Minas Gerais, querer liderar o Brasil.

DÍVIDA DE MINAS GERAIS DISPAROU NO GOVERNO ROMEU ZEMA, DE R\$ 113,818 BILHÕES PARA R\$ 159,250 BILHÕES. Temos mostrado em nossos estudos que Minas Gerais tem “desequilíbrios estruturais”, que impossibilitam uma solução duradoura para as finanças públicas estaduais. Mas, quase sempre, os governos estaduais que se sucederam fizeram uma politização “rasteira” desta questão e jogaram a culpa pela deterioração fiscal nos governos anteriores. É como se a crise fiscal de Minas se resumisse a uma questão “de gestão”, de “competência administrativa” e não fosse resultado de desequilíbrios de difícil solução, como no caso da Lei Kandir que desonerou do ICMS as exportações de Minas Gerais. Já se passaram seis governos desde o Plano Real – Eduardo Azeredo, Itamar Franco, Aécio Neves, Antônio Anastasia, Fernando Pimentel, e agora Romeu Zema —, e a dívida de Minas Gerais continua próxima a 200% da receita corrente, limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que a torna inadmissível. Vale dizer que o limite de endividamento de 200% da receita, com os juros altos como temos no Brasil, é insustentável; tudo indica que os legisladores fixaram este limite, e não o limite de 120% dos municípios, porque poderia inviabilizar estados, como Minas Gerais, que deviam, antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, mais de 200% da receita.

Veja na **tabela 1** a trajetória da dívida consolidada ou dívida bruta e da dívida consolidada líquida (dívida consolidada menos as disponibilidades financeiras do Estado), referência da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos últimos 20 anos: a) a dívida era de 242,80% da receita no início do ciclo tucano em 2003 (os números de 2002 me parecem subestimados) e fechou em 2014, fim do ciclo tucano, com 178,97%; b) no governo Fernando Pimentel, a dívida ficou quase estável e atingiu 189,03%; c) no governo Romeu Zema, a dívida caiu um pouco e, em 2022, atingiu 156,93%; queda que aconteceu pelo forte avanço inflacionário da receita estadual no período. Falamos em crescimento inflacionário porque o crescimento médio da economia no período Bolsonaro / Romeu Zema foi de apenas 1,5% ao ano. Como se vê não aconteceu uma mudança estrutural na dívida de Minas Gerais que continua rondando os 200% da receita (em especial a dívida consolidada) de 20, 30 anos atrás.(...) O governador Romeu Zema não se cansa de afirmar que arrumou as finanças de Minas. Isto não é verdade. A dívida consolidada, em termos nominais, disparou nos quatro últimos anos de R\$ 113,818 bilhões para R\$ 159,250 bilhões, sendo aproximadamente 92% do total com o governo federal. Romeu Zema conta com uma liminar do Supremo Tribunal Federal – STF, do final de 2018, que suspendeu o pagamento da dívida de Minas; sem esta liminar o governo Romeu Zema teria acabado. A disparada da dívida de Minas, não desgastou Romeu Zema porque não tem impacto “ainda” no dia a dia da população; até pelo contrário: foi a moratória da dívida (de R\$ 36 bilhões), que garantiu os recursos para o pagamento dos servidores e dos municípios.

Por que a dívida de Minas Gerais continua como um problema grave e sem solução? Porque a moratória não representa o não pagamento da dívida, ela apenas suspende os pagamentos das amortizações e juros mas todos os valores se incorporam ao estoque da dívida, que dispara em seu valor nominal. Foi isto que aconteceu no governo Romeu Zema: sem os pagamentos dos R\$ 36 bilhões de amortizações e juros, os valores foram incorporados ao estoque, que disparou de R\$ 113,818 bilhões para R\$ 159,250 bilhões em apenas quatro anos. O que isto significa? Quando Minas Gerais voltar a pagar a dívida, seja por decisão judicial ou pela adesão ao plano do governo federal, os encargos da dívida serão tão elevados

que inviabilizarão financeiramente o nosso Estado novamente.

TABELA 1 - MINAS GERAIS – UM AJUSTE FISCAL SEM FIM – DÍVIDA CONTINUA NOS LIMITES DA LEI FISCAL – 2002 A 2022

Ano	Dívida consolidada líquida – Em R\$ bilhões	Dívida líquida - % da receita	Dívida consolidada – Em R\$ bilhões	Dívida consolidada - % da receita
2002	14,206	118,46	31,387	261,73
2003	34,735	242,80	37,713	263,62
2014	85,268	178,97	93,730	196,73
2018	106,509	189,03	113,818	202,00
2021	139,627	169,38	154,382	187,28
2022	143,439	156,93	159,250	174,23

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda – MG

MORATÓRIA JUDICIAL DA DÍVIDA DE MINAS “RENDEU” R\$ 36 BILHÕES PARA ROMEU ZEMA; ESTE VALOR É TRÊS VEZES MAIOR DO QUE AS DÍVIDAS DEIXADAS POR FERNANDO PIMENTEL (R\$ 12 BILHÕES).

Muitas pessoas que têm analisado o primeiro governo Romeu Zema enfatizam, corretamente, que a “herança bendita” recebida pelo governador foi a liminar do STF, conseguida no final do governo Fernando Pimentel, de suspensão do pagamento dos juros e amortizações da dívida de Minas. Com a suspensão da dívida, Romeu Zema economizou R\$ 36 bilhões em quatro anos, valor três vezes maior do que “herança maldita” deixada por Fernando Pimentel, de R\$ 12 bilhões.(...) Veja o que diz Romeu Zema em seu Plano de Governo (página 7): “Essa prosperidade tem por causa e consequência uma gestão responsável dos recursos e é por isso que, desde o início da atual gestão até hoje, já foram quitadas muitas dívidas deixadas pelo governo anterior, como o acordo com a Associação Mineira de Municípios para regularização de repasses de ICMS, IPVA e FUNDEB, em valores que se aproximam de R\$ 7 bilhões; o pagamento de empréstimos consignados descontados do salário de servidores sem repasse aos bancos, no valor de R\$ 545 milhões; o pagamento do 13º de 2018 no total de R\$ 2,3 bilhões; a regularização dos repasses ao INSS e PASEP, no valor de R\$ 450 milhões; o acordo com o Tribunal de Justiça para devolução, em 72 parcelas, de R\$ 7,5 bilhões que o governo anterior havia confiscado dos depósitos judiciais e que não pertenciam ao estado; além de cerca de R\$ 350 milhões para hospitais (que haviam levado calote do governo anterior) conveniados com o estado para atendimento de pacientes do SUS”. O que isto quer dizer: a) a restituição de R\$ 7,5 bilhões de precatórios foi em 72 parcelas, a partir de janeiro de 2022; b) todos os pagamentos listados por Romeu Zema, de dívidas deixadas pelo governo Fernando Pimentel, totalizam próximo de R\$ 12 bilhões; valor muitíssimo inferior aos R\$ 36 bilhões da moratória da dívida mineira, por decisão do STF; c) portanto, Romeu Zema teve como maior e mais importante legado do governo anterior a liminar conseguida por Fernando Pimentel, no final de 2018, que suspendeu o pagamento da dívida de Minas, a “moratória judicial” definida pela Suprema Corte, sem a qual seu governo teria fracassado.

ROMEU ZEMA FEZ UM VIOLENTO AJUSTE INFLACIONÁRIO: RECEITA CRESCEU 62,22% E GASTOS COM PESSOAL SUBIRAM APENAS 19,25% A 21%.

Minas Gerais vem há algum tempo com despesas de pessoal muito acima dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, devido à desaceleração da economia e das receitas públicas a partir de 2013; a uma recessão nos anos 2015 e 2016, que foi a maior da história brasileira, de -3,5% e -3,3%, respectivamente; e a uma saída da recessão, a partir de 2017, que foi a pior também da história brasileira, com taxas médias de crescimento de pouco mais de 1%; e de outro lado alguma evolução das despesas, sobretudo na área de segurança e educação, além do chamado crescimento vegetativo.

As despesas de pessoal tinham números subestimados. A partir de 2011, o governo Anastasia passou a excluir dos gastos de pessoal, grande parte das despesas com aposentados e pensionistas. Romeu Zema venceu as eleições em 2018, e, já a partir daquele ano, passou a contabilizar despesas de pessoal de acordo com as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, o que elevou as despesas de pessoal naquele ano, para 66,65% da receita no Poder Executivo (acima do limite de 49%) e, no consolidado dos Poderes, as despesas chegaram a 76,48% da receita (acima do limite de 60%). Romeu Zema fez então um fortíssimo ajuste inflacionário com o congelamento dos salários dos servidores: a receita subiu em seu governo de R\$ 56,345 bilhões para R\$ 91,405 bilhões, um avanço de 62,22%; já as despesas de pessoal (Poder Executivo) passaram, no mesmo período, de R\$ 37,556 bilhões para R\$ 44,272 bilhões, um avanço de apenas 19,25%; no consolidado dos Poderes, as despesas passaram entre de R\$ 43,095 bilhões para R\$ 52,131 bilhões, um avanço de 21%. Resultado deste arrocho radical: as despesas de pessoal em 2022 estão em 48,44% da receita (Poder Executivo) e em 57,03% da receita líquida (no consolidado dos poderes). Veja a **tabela 2**.

Mesmo com o violento ajuste inflacionário nas despesas de pessoal a situação é ainda muito precária: a) o Estado ainda não incluiu nas despesas de pessoal os gastos com funcionários das empresas terceirizadas, como determina a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que, em Minas Gerais, por orientação do Tribunal de Contas, deverá ser feito até 2024; b) o populismo fiscal de Bolsonaro com a redução forte nas alíquotas de ICMS de energia, telecomunicações, gasolina e óleo diesel, deverá impedir o avanço maior das receitas em 2023, com implicações na capacidade remuneratória do Estado; c) ou seja, o quadro atual aponta para a continuidade do arrocho salarial dos servidores estaduais. Ajuste fiscal de boa qualidade não deve ser baseado no arrocho dos servidores, em especial com a redução do valor real da remuneração.

PROGRAMA DE GOVERNO DE ALEXANDRE KALIL ANALISA AS FINANÇAS DE MINAS: DÍVIDA, RECEITAS INFLACIONÁRIAS E CAPACIDADE DE INVESTIMENTO (COM RECURSOS DE BRUMADINHO).

O Programa de Governo de Alexandre Kalil analisa assim o as finanças de Minas Gerais (página 3): “A suspensão temporária do pagamento bilionário da dívida, somada à receita extraordinária obtida por meio da inflação sobre os bens e serviços, permitiram a existência deste cenário de calma fiscal, que cria a sensação temporária da inexistência de um rombo nas contas públicas. Por se tratar de uma suspensão temporária, no entanto, a dívida não desapareceu. Vem sendo acumulada e vai comprometer os próximos governos. Permanece a estratégia de vender o futuro para pagar o presente. Outro aspecto que merece destaque é a capacidade de investimento. Essa retomada ocorre a partir dos recursos provenientes da tragédia em Brumadinho, provocado pelo rompimento de uma barragem de rejeito de miné-

MINAS PRECISA DE UM “PLANO DE RESGATE”

rios. Dessa forma, o atual governo fala de ajustes das contas quando o que está posto é o adiamento de dívida, beneficiado pela decisão conquistada no governo anterior, somada à receita de inflação de bens de consumo, serviços e aos recursos de reparação de uma das maiores tragédias humanas, ambientais, sociais e econômicas vividas pelo Estado de Minas Gerais. Nenhuma das fontes refere-se a qualquer esforço de ajuste das contas do Governo Estadual” (...) O ex-prefeito, em seu programa de governo (página 4) afirma, como temos feito em nossos estudos, que Minas tem problemas estruturais em suas finanças: “A ilusão de uma suposta melhora do contexto fiscal sem considerar o endividamento crescente a partir do aumento da dívida de longo prazo e, sobretudo, da dívida de curto prazo, revela o grave problema estrutural nas contas estaduais. Isso não só compromete o futuro da sustentabilidade do Estado, mas também a entrega de políticas públicas”.

TABELA 2 - GOVERNO ZEMA: O VIOLENTO AJUSTE INFLACIONÁRIO NAS DESPESAS DE PESSOAL – 2018 A 2022

Ano	Receita líquida - Em R\$ bilhões	Desp. Pessoal – Poder Executivo – Em R\$ bilhões	Poder Executivo - % Receita Líquida	Desp. Pessoal – Consolidado Poderes – Em R\$ bilhões	Consolidado Poderes - % Receita Líquida
2018	56,345	37,556	66,65	43,095	76,48
2019	64,068	37,427	58,42	43,215	67,45
2020	70,579	38,063	53,93	44,272	62,73
2021	82,432	40,125	48,68	47,020	57,04
2022	91,403	44,272	48,44	52,131	57,03
% crescimento	62,22	19,25	-18,21	21,0%	-19,45

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda – MG

OS QUATRO ESTADOS MAIS ENDIVIDADOS SÃO DO SUDESTE E DO SUL (RS, RJ, MG, SP), GOVERNADOS QUASE SEMPRE PELA DIREITA, E OS ESTADOS COM AS FINANÇAS MAIS ORGANIZADAS SÃO DO NORDESTE, GOVERNADOS PELA ESQUERDA.

Os partidos de direita e de centro-direita são muito “bons de gogó” na defesa da responsabilidade fiscal e, sempre em parceria com a grande mídia empresarial, acusam a esquerda de ser leniente com as finanças públicas. Não é bem assim. Veja os casos dos quatro estados que são candidatos ao Regime de Recuperação Fiscal – RRF. Eles estão entre os mais ricos do Brasil: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo e, quase sempre, foram governados pela direita; já os Estados com as finanças mais organizadas são do Nordeste, que veremos a seguir numa reportagem do jornal O Globo. Veja a **tabela 3**. (...) Como se vê, ao contrário do que muitos pensam, não existe uma situação generalizada de falência dos Estados. São quatro apenas com dívida muito elevada em relação à receita: Rio Grande do Sul (199,16%), Rio de Janeiro (168,28%), Minas Gerais (156,95%) e São Paulo (114,63%), que precisam, em tese, de condições especiais para saírem da falência ou da quase falência. O problema é que são Estados dos mais ricos e dificilmente haveria uma concordância dos demais governadores com quem, sendo rico, foi leniente do ponto de vista fiscal. Temos um segundo bloco de 18 estados com dívida corrente líquida positiva em relação à receita líquida,

mas distantes dos 200% da receita previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, como são os casos de Estados do Nordeste, nos últimos anos governados pela esquerda: Piauí (50,98%), Pernambuco (35,32%), Ceará (33,86%), Maranhão (32,87%), Rio Grande do Norte (32,03%), Sergipe (31,37%), Bahia (30,09%). Temos um terceiro bloco de quatro estados com dívida líquida negativa enquanto percentual da receita líquida, que são estados menores e com finanças mais equilibradas.

Como vimos, o Nordeste, região menos desenvolvida do Brasil, tem uma condição rara: a boa situação fiscal. Informa o jornal O Globo: “Região menos desenvolvida do país, o Nordeste tem se destacado no cenário nacional com uma condição rara: boa situação fiscal, avanço acelerado de indicadores sociais e atração de investimentos privados. Fruto de ações que começaram anos atrás, os estados e as capitais da região, mesmo administrados por partidos diferentes, vivem momento semelhante e atuam cada vez mais em coordenação. Estão conseguindo investir, feito invejável quando a maioria dos estados, principalmente os do Sul e do Sudeste, luta para manter as contas em dia. Os estados nordestinos estão em melhor situação fiscal e aceleram o passo para reduzir o atraso na área social, com destaque para a educação. Apesar de avanços, a região ainda sofre com pobreza e taxas de desemprego mais altas que no resto do país. E a segurança pública é um desafio, mesmo com resultados positivos em Pernambuco e Paraíba. Dos dez estados que mais investem hoje no país, cinco são do Nordeste, segundo dados de Cláudio Hamilton Santos, coordenador de Políticas Macroeconômicas do Ipea, que vem acompanhando as finanças estaduais. Ceará e Alagoas despontam na primeira posição, destinando 8,8% e 8,5% de suas receitas ao investimento público. Fábio Klein, economista da Tendências Consultoria, afirma que Alagoas, Piauí, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte têm nota fiscal (que combina endividamento, poupança, liquidez, resultado primário e despesa com pessoal) acima da média nacional. O endividamento baixo da região ajuda nos outros fatores. Nos cálculos da consultoria, a estrela do país é o Espírito Santo. Logo em seguida, vem um estado nordestino, o Ceará”. (O Globo, 23/02/2020).

REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL – RRF FRACASSOU NO RIO DE JANEIRO; DÍVIDA CONSOLIDADA DISPAROU DE R\$ 108,103 BILHÕES PARA R\$ 177,062 BILHÕES. Os números que estamos divulgando neste estudo mostram claramente que o Regime de Recuperação Fiscal não está funcionando no Rio de Janeiro. Depois de seis anos de implantação, a dívida consolidada disparou de R\$ 108,103 bilhões para R\$ 177,062 bilhões (197,54% da receita corrente líquida), ou seja, teve um aumento de R\$ 68,959 bilhões. A dívida consolidada chegou a atingir R\$ 189,572 bilhões, em 2020, e somente recuou um pouco com os recursos das privatizações.(...) Já a dívida consolidada líquida, referência da Lei de Responsabilidade Fiscal, teve uma boa melhora, mas, tudo indica, a diminuição não é sustentável. Ela atingiu R\$ 187,857 bilhões, em 2020, e recuou para R\$ 150,831 bilhões, em 2022. Veja a **tabela 4**. A diminuição não é sustentável porque: a) entraram recursos de privatizações que não entrarão mais; b) a receita corrente líquida teve uma enorme evolução de 2020 para 2022 de R\$ 59,498 bilhões para R\$ 89,631 bilhões, um avanço nominal espetacular de 50,64%, impulsionada sobretudo pela inflação e pela disparada do preço dos combustíveis, o que também não deverá se repetir nos próximos anos; c) a desoneração tributária do ICMS feita por Bolsonaro deverá ter um impacto dramático na receita do Rio de Janeiro, já que aquele Estado tinha alíquota de ICMS sobre combustíveis de 32%; e, com uma alíquota muito menor e preços do petróleo mais baixos (por exemplo, resultante da nova política de preços da Petrobras), a tendência é de estagnação ou pequeno crescimento da receita nos dois próximos anos; d) o

TABELA 3 - ESTADOS: DÍVIDA CORRENTE LÍQUIDA ENQUANTO PERCENTUAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – 2022	
Estados	Dívida líquida em % da receita líquida
Rio Grande do Sul	199,16%
Rio de Janeiro	168,28%
Minas Gerais	156,95%
São Paulo	114,63%
Alagoas	54,98%
Piauí	50,98%
Amapá	37,79%
Pernambuco	35,32%
Ceará	33,86%
Maranhão	32,87%
Goiás	32,52%
Rio Grande Norte	32,03%
Sergipe	31,37%
Acre	31,34%
Bahia	30,09%
Distrito Federal	26,32%
Amazonas	23,35%
Mato Grosso Sul	22,14%
Paraná	10,64%
Tocantins	7,60%
Rondônia	4,90%
Roraima	2,34%
Pará	-0,75%
Espírito Santo	-4,15%
Paraíba	-6,19%
Mato Grosso	-24,46%
Fonte: Tesouro Transparente	

governador do Rio, Cláudio Castro, afirmou que o Estado poderá perder R\$ 10 bilhões com a desoneração do ICMS e relatou, à Globo News, o encontro recente com o presidente Lula: “Falamos um pouco do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), dessa nova realidade trazida pela lei da essencialidade, que vai com certeza ter uma revisão nas bases do Plano de Recuperação Fiscal. Isso tira em torno de R\$ 10 bilhões do caixa do Rio por ano, e ele (Lula) se mostrou sensível a estarmos olhando as pautas do Rio de Janeiro”. (...). O Plano de Recuperação Fiscal do governo Federal, que dá uma moratória de três a seis anos para os estados mais endividados, muito concentrado apenas no corte de despesas, não soluciona a situação fiscal de nenhum deles. A suspensão temporária do pagamento da dívida não é solução porque aumenta o endividamento em termos absolutos. Matéria do “insuspeito” Valor Econômico, de 06/04/2019, infor-

ma: “O Regime de Recuperação Fiscal, ao qual o Rio de Janeiro aderiu em 2017, tem duração prevista de três anos, podendo ser prorrogado por mais três. Durante o período, ficam suspensos os pagamentos da dívida com a União. Se, por um lado, a interrupção dos pagamentos contribui para aliviar o aperto sobre o caixa estadual, por outro, aumenta o endividamento em termos absolutos, uma vez que os juros e os encargos continuam a incidir sobre o valor principal. O problema foi empurrado para 2024”. Não podemos implementar em Minas Gerais um Regime de Recuperação Fiscal que não recupera nada, amplia privatizações e destrói os serviços públicos.

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL – 2016 A 2022

Ano	Dívida Líquida – Em R\$ bilhões	Dívida líquida - % receita líquida	Dívida consoli- dada Em R\$ bilhões	Dívida consoli- dada - % receita líquida
2016	108,103	233,84	108,103	233,84
2017	135,393	269,74	137,177	273,29
2018	153,260	262,90	154,992	265,90
2019	165,205	282,08	166,854	284,90
2020	187,857	315,74	189,572	318,62
2021	163,820	198,68	184,129	223,31
2022	150,831	168,28	177,062	197,54

Fonte: Secretaria Fazenda Rio de Janeiro

O PARTIDO “NOVO” É O “VELHO” LIBERALISMO EXCLUDENTE, ESCRAVAGISTA E AUTOCRÁTICO DA REPÚBLICA VELHA DE 130 ANOS ATRÁS.

Nada mais velho no Brasil e em Minas Gerais do que o Partido Novo, de Romeu Zema. A “novidade” que apresentam é o “Estado mínimo”, em contraposição ao “Estado Social”, que consideram um “anacronismo”. (...) O liberalismo em termos econômicos e sociais não é uma coisa nova no Brasil. Em nosso país, a escravidão foi abolida oficialmente em 1888 mas, daquela data até 1930, durante longos 42 anos, vigorou um férreo liberalismo econômico e um privatismo completo nas relações sociais. A propagada “liberdade de trabalho”, preconizada na chamada República Velha, encobria, na verdade, uma brutal exploração e o desrespeito de direitos humanos básicos. A carga tributária e os gastos públicos eram muito baixos e se destinavam basicamente à manutenção de uma estrutura mínima do Estado, sobretudo na área fiscal e na garantia da segurança interna.(...) O privatismo na ordem social tinha bases constitucionais. A primeira Constituição Republicana, promulgada em 1891, simplesmente não tratou da questão social e vedava à União legislar sobre o direito do trabalho, Previdência Social e saúde. A alegação das elites burguesas era de que isso era necessário para garantir a autonomia dos Estados. Na verdade, a chamada “política dos governadores” e suas teses autonomistas disfarçava a resistência da burguesia brasileira em estabelecer normas mínimas de proteção do trabalho.

Para Azis Simão, o liberalismo econômico no Brasil, sob certos aspectos, significou a continuidade do escravismo: “A primeira interferência do poder público nas relações de produção foi constituída pelos atos referentes à abolição do regime escravista. Nisto, porém, ficou a ação efetiva do Estado nesse plano da

vida econômica, não mais tocando, de fato, por longo período, no direito privado de estabelecer regimes de trabalho. Do ponto de vista das gestões econômicas, a diferença entre o braço escravo e o livre representava apenas uma diferença na forma de investimento em mão-de-obra – nunca a negação do direito privado de determinar as condições de locação da força de trabalho. Tal privatismo não foi aqui, portanto, uma consequência da simples adoção de ideias do liberalismo econômico, criadas nas áreas europeias em que originou a sociedade capitalista. Ao contrário, ele apenas ajustou, no processo da vida política, formulações jurídicas do Estado liberal, às normas já elaboradas na experiência econômico-social do período escravista” (SIMÃO, 1966, página 63).

O programa de governo de Romeu Zema, sobretudo o explicitado nas eleições de 2018, é o “museu de novidade” do Estado mínimo. O programa do Romeu Zema é o mais privatista do Brasil. É uma versão extremada do programa “Uma ponte para o futuro”, de Temer, e do programa de Bolsonaro / Paulo Guedes. A versão do programa entregue à Justiça Eleitoral, em 2018, era mais genérica, mas uma versão mais completa que utilizamos neste estudo, por ter suscitado muita polêmica, sumiram com ela da Internet. A cópia impressa que dispomos foi divulgada pelo senador Antônio Anastasia, então adversário de Romeu Zema na disputa eleitoral.(...) Logo na introdução, Zema defende o Estado mínimo: “Acreditamos que a garantia da liberdade é a única e verdadeira função do estado, e que, por isso, ele deve ser mínimo, pois o indivíduo deve ser dono de si”. Se o Estado deve ser mínimo, se não serve para quase nada, o que motivou Romeu Zema a se candidatar ao governo do Estado? Para tentar privatizar tudo. Ou seja, Romeu Zema não age como governador dos mineiros, age como grande empresário, um “liquidante”, que tem como única meta vender o Estado e os serviços públicos para os seus amigos grandes empresários do setor privado.(...) Veja a seguir, neste capítulo, diversos comportamentos políticos e pessoais de Romeu Zema voltamos unicamente para a obsessão de “privatizar tudo”; veja em um capítulo mais adiante neste estudo todas as privatizações propostas por Romeu Zema, de todas as estatais e também da saúde e da educação e demais políticas públicas.

ROMEU ZEMA CRIMINALIZA AS LUTAS SOCIAIS E DEFENDE A PROPRIEDADE PRIVADA COMO UM “DIREITO SAGRADO”.

No Estado mínimo de Romeu Zema, o Estado só tem um papel mais relevante na segurança pública, para, como na República Velha, reprimir as lutas sociais, já que a questão social é considerada “uma questão de polícia”; é isto que tem feito o governador ao implementar uma política de destruição dos sindicatos e demais movimentos sociais. Foi o presidente Washington Luiz que, em 1920, sintetizou e tornou célebre o tratamento liberal à questão social na chamada República Velha: “Ainda por muitos anos, e eu vos falo para o minuto de um quadriênio, entre nós, em São Paulo, pelo menos a agitação operária é uma questão que interessa mais à ordem pública do que à ordem social; representa ela o estado de espírito de alguns operários, mas não o estado de uma sociedade” (Rodrigues, 1979). Traduzindo: para as elites da chamada República Velha, a questão social era uma questão de polícia.(...) Romeu Zema não aceita nenhuma restrição ao direito de propriedade, em uma posição radicalmente contrária à Constituição, que prevê a “função social da propriedade”: a) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor; b) a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio

ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Romeu Zema defende a propriedade privada como um “princípio sagrado”, como em um vídeo “surge do nada” numa propriedade rural para defender que “cerca existe para ser respeitada”; já o governador não respeita a “cerca” no setor público e, neste caso, a palavra de ordem é a de “invasão” para “privatizar tudo”. Ou seja, o governador é inflexível com o direito à propriedade privada e completamente privatista em relação ao que é público.

UMA OBSESSÃO DE ROMEU ZEMA É CONSEGUIR MAIORIA CONSTITUCIONAL PARA PRIVATIZAR AS DUAS “JÓIAS DA COROA”: CEMIG E COPASA. A impressão que se tem é que o governador Romeu Zema somente se sentirá recompensado com sua missão de “privatizar tudo” se conseguir privatizar as duas grandes empresas do governo mineiro: a Cemig e a Copasa. Trata-se de uma bandeira fundamentalmente ideológica, já que a venda das duas empresas não muda nada a situação precária das finanças de Minas.(...) Mas não será uma tarefa fácil por duas razões. Primeira, é que as estatais mineiras foram constitucionalizadas na Constituição Estadual, como previsto no artigo 14: a) será de três quintos dos membros da Assembleia Legislativa o quórum para aprovação de lei que autorizar a alteração da estrutura societária ou a cisão de sociedade de economia mista e de empresa pública ou a alienação das ações que garantem o controle direto ou indireto dessas entidades pelo Estado, ressalvada a alienação de ações para entidade sob controle acionário do poder público federal, estadual ou municipal; b) a lei que autorizar a alienação de ações de empresa concessionária ou permissionária de serviço público estabelecerá a exigência de cumprimento, pelo adquirente, de metas de qualidade de serviço e de atendimento aos objetivos sociais inspiradores da constituição da entidade; c) a desestatização de empresa de propriedade do Estado prestadora de serviço público de distribuição de gás canalizado, de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica ou de saneamento básico, autorizada nos termos deste artigo, será submetida a referendo popular.(...) O processo de escolha da nova Mesa Diretora da Assembleia Legislativa é um indicativo que Romeu Zema terá grandes dificuldades de conseguir o quórum constitucional de 48 votos favoráveis para emenda a Constituição Estadual para a privatização da Cemig e da Copasa. O governador tentou emplacar o deputado Roberto Andrade (Patriota) para a presidência da Assembleia e não conseguiu; lançou uma segunda candidatura de Duarte Bechir (PSD), considerada mais “palatável”, que também não emplacou; sondou os deputados Antônio Carlos Arantes (PL) e Gustavo Valadares, que recusaram a empreitada. Sem apoio majoritário na Assembleia Legislativa, Romeu Zema fechou com Tadeu Leite (MDB) como candidato único à presidência da ALMG, tendo feito gestões para a constituição de um único bloco governista, o que acabou também não acontecendo.

ROMEU ZEMA VINCULA A CORRUPÇÃO AO TAMANHO DO ESTADO; PARA ELE QUEM DEFENDE O ESTADO SOCIAL E DESENVOLVIMENTISTA SÃO TODOS CORRUPTOS. REACIONÁRIO! O ultraliberalismo, vinculado ao grande empresariado sobretudo do setor financeiro, comprometido com o estado mínimo e a concentração da renda e da riqueza, tem grandes dificuldades com a democracia, mesmo liberal; na América Latina e no Brasil o que predominou foi sua adesão aos regimes totalitários, como a ditadura de 1964, e à lideranças autocráticas, como Bolsonaro mais recentemente. Sem projeto social que empolgue a população, o ultraliberalismo fixou-se historicamente em torno da bandeira do combate à corrupção; claro que de forma demagógica já que são eles que controlam as grandes negociatas; são os

campeões do “falso moralismo”. Os ultraliberais defendem suas teses do Estado mínimo sob pretexto de que a corrupção é resultado do tamanho do Estado; portanto são “corruptos” os que defendem, como o PT, o Estado Social e desenvolvimentista.(...) Paulo Guedes, para quem não sabe, foi colunista do jornal O Globo na década de 2000, e lá escreveu um artigo que denominou “A mãe de todos os corruptos”, que sintetiza o reacionarismo dos ultraliberais: “Existe uma lógica que costura os fatos nos últimos 40 anos de nossa história. Os diversos governos do período, apesar das diversas cores de sua vestimenta, tem em comum a enorme intervenção estatal, o excesso de gastos públicos e as consequentes mazelas financeiras. E a corrupção é apenas a face oculta deste modelo. A mãe de todos os corruptos é o excesso de gastos do Estado”. (O Globo, 13/06/2005).(…) Romeu Zema e o Partido Novo pensam como Paulo Guedes, colunista no passado e ex-ministro de Bolsonaro. Veja passagem do programa de Romeu Zema de 2018: “Estado demais, gastos públicos demais, corrupção demais, impostos demais. Acreditamos que a mudança pode acontecer quando devolvermos o poder de decisão ao indivíduo, de forma que ele mesmo possa fazer suas próprias escolhas. Acreditamos que a garantia da liberdade é a única e verdadeira função do Estado, e que, por isso, ele deve ser o mínimo necessário, pois o indivíduo deve ser o dono de si”. No mesmo programa, a privatização das estatais é defendida como forma de “combate à corrupção: “Governantes, ao longo da história política, criaram um discurso de que as empresas estatais são um patrimônio público da população e que a desestatização implicaria no fim de direitos da sociedade e na entrega dessas empresas para estrangeiros. Quando se fala em privatizar empresas estatais de Minas Gerais se diz em inibir a corrupção e a troca de favores políticos, melhorar a governança e eficiência dessas empresas e, principalmente, garantir a priorização da atuação do estado para aquilo que realmente impacta a população”.(...) Ao contrário do que afirmam os ultraliberais, a percepção menor de corrupção, segundo estudos divulgados, é exatamente naqueles países onde o Estado é maior, que tem o chamado Estado do Bem Estar Social: Dinamarca, Finlândia, Suécia, Nova Zelândia, Países Baixos (Holanda) Noruega, Suíça.

ROMEU ZEMA QUER SER PRESIDENTE PRA QUE? PARA “PRIVATIZAR O BRASIL”. NEM BEM FECHARAM AS URNAS DE 2022,

Romeu Zema e o seu governo já estão em campanha para as eleições municipais de 2024, para as eleições presidenciais e para os governos estaduais de 2026. Recentemente o jornal O Tempo divulgou as visitas do vice em cidades mineiras, em um encontro oficial onde não tinha banner do Governo do Estado, mas do vice governador “Professor Matheus Simões”. Sem dúvida que Romeu Zema obteve uma importante vitória para o governo do Estado, ao vencer a eleição no primeiro turno; mas o partido dele, O Partido Novo, quase desapareceu no Brasil. O Novo já tinha uma pequena bancada de apenas 8 deputados federais; na última eleição ficou ainda mais nanico, com apenas três deputados federais e os dois de Minas Gerais perderam as eleições. Na Assembleia Legislativa o Partido Novo continuou nanico com apenas dois deputados e, ainda assim, são deputados da política tradicional.(...) O Partido Novo já atua em Minas Gerais em três frentes: a) eleição de prefeitos em grandes cidades de Minas com candidatos do Partido Novo ou de partidos aliados, como forma de compensar o mau desempenho nas eleições proporcionais de 2022; b) tornar mais conhecido no Estado o vice governador “Professor Matheus Simões” para substituir Romeu Zema em 2026, já que o governador não poderá se recandidatar; c) cacifar Romeu Zema para as eleições de 2026 como candidato da direita, considerando a hipótese de Bolsonaro tornar-se inelegível e Tarcísio de Freitas disputar a continuidade no cargo, já que é governador de primeiro mandato; para isso o governador mineiro busca se aproximar do

PL e costurar uma aliança do “bolsonarismo raiz” com o eleitorado de direita para enfrentar a esquerda na disputa presidencial.(...) E pra que Romeu Zema quer ser presidente da República? Para realizar a “utopia liberal”, na expressão do sociólogo José Luís Fiori, de “privatizar o Brasil”. São alguns dos pontos do programa do Partido Novo: Estado sem estatais e sem participações em qualquer empresa, com privatização da Petrobras, Banco do Brasil, Caixa, BNDES, Correios, Itaipu, e de todas as demais estatais; parcerias, concessões e privatizações para a infraestrutura; programa de bolsas em escolas particulares para alunos do ensino público; ampliação das parcerias público-privadas e com o terceiro setor para a gestão dos hospitais.

O jornal O Tempo, de 20/02/2023, publicou uma ampla reportagem sobre a unidade da direita para 2026. Nem todos apostam na alternativa de Romeu Zema: “O professor titular do Departamento de Ciência Política e pesquisador do Centro de Estudos Legislativos da UFMG, Carlos Ranulfo, não acredita que o governador Romeu Zema tenha força para assumir o protagonismo da direita no cenário nacional por não ter papel conciliador sequer na direita mineira. ‘Acho que uma eventual candidatura do Zema em 2026 é um blefe no momento. Não vejo nele potencial para agregar a direita nacionalmente. Ele pode até ser candidato, mas dificilmente será o expoente da direita. O Bolsonaro causou uma reviravolta no sistema político brasileiro. É muito difícil substituí-lo. As coisas não são simples para o Zema, porque ele não tem esse perfil. É um governador técnico. Ninguém morre de amores pelo Zema”. De toda forma, o governador não deve ser subestimado. A ver.

ROMEU ZEMA DEFENDEU, NA PANDEMIA, QUE O VIRUS DEVERIA “VIAJAR” O ESTADO; ELE PRIVATIZOU O VIRUS E DEFENDEU PARA A COVID-19 UMA “ESTRATÉGIA DE MERCADO”.

O governador Romeu Zema é privatista radical em cada uma de suas atitudes; até mesmo na pandemia ele mostrou a sua face mais cruel. Romeu Zema não é anti ciência como Bolsonaro: defende a vacinação, o uso das máscaras, e o álcool em gel. Mas, como um ultraliberal, Romeu Zema defende, como escreveu em seu programa de governo, que “a garantia da liberdade é a única e verdadeira função do estado”, ou seja, ele defende a “privatização de tudo”. Romeu Zema chegou a adotar, neste sentido, uma posição semelhante a de Bolsonaro no enfrentamento da covid-19 em Minas Gerais, na questão do isolamento social e do fechamento da economia.(...) Romeu Zema, na primeira onda da covid-19, “privatizou” o vírus. Veja a íntegra do raciocínio do governador quando ele afirmou que o vírus tinha que “viajar”:

“São medidas que o prefeito resolveu adotar, e nós temos observado que em muitas regiões, em muitas cidades, os casos existentes, ou até a ausência de casos, não justifica o fechamento total do comércio, até porque nessa crise nós precisamos que o vírus viaje um pouco. Se nós impedirmos ele totalmente, ele acaba deixando algumas regiões sem estar infectadas, e amanhã nós vamos ter uma onda gigantesca nessa região. Então, o ideal é que ele se propague, mas devagar, e a ausência total de propagação é ruim”.(UOL, 01/04/2020)(...) Ao invés de o poder público atuar para ampliar o isolamento social com restrições ao funcionamento das atividades econômicas para prevenir a doença, para Romeu Zema o Estado deveria garantir a “propagação controlada do vírus”; é a chamada “imunidade de rebanho”, onde o vírus deveria infectar a maioria da população e quem sobrevivesse “estaria imunizado”. Inacreditável e desumano! (...) Romeu Zema subestimou gravemente a pandemia em Minas Gerais. Nosso Estado não foi atingido em cheio na “primeira onda”, o que levou o governo mineiro a propagandear uma suposta “eficiência” no combate à covid-19 e a baixar a guarda no combate à pandemia. Com o avanço avassa-

lador da segunda onda da pandemia em Minas Gerais, e para não ser atropelado em sua popularidade, o governador, a contragosto, teve que contrariar a sua ideologia ultraliberal, e criar a “Onda roxa” de aplicação compulsória em toda Minas Gerais, com fechamento de todas as atividades não essenciais no Estado. E o governo do Estado e os “novistas”, visivelmente, demonstraram um enorme desconforto com o fechamento de Minas e mostraram ansiedade em se livrar da “Onda roxa”, até porque a sustentação de fechamentos por prazos mais longos implicaria em reabrir o “orçamento de guerra” no Brasil, para aumentar o auxílio emergencial e o apoio às empresas, política que o Partido Novo é radicalmente contrário. (...) Os números da pandemia em Minas, agora mais recentemente no final de fevereiro de 2023, segundo o site Poder 360 são os seguintes: a) Minas, depois de São Paulo, é, em termos absolutos, a segunda pior situação epidemiológica do Brasil, com 4.185.759 casos e 65.471 mortes; b) em termos relativos, ou seja, “mortes por milhão de pessoas”, Minas ocupa a décima quinta posição; ou seja, a segunda onda atropelou a estratégia mercadista de Romeu Zema e Minas Gerais, em relação à primeira onda subiu 11 posições na taxa de mortalidade por 1 milhão de habitantes da 26ª para 15ª posição no ranking nacional dos Estados. Um resultado deste não tem como colocar Zema com uma boa gestão da pandemia.

TUDO EM ROMEU ZEMA É PRIVATISMO; ATÉ A IMAGEM QUE ELE CRIA DE “UM HOMEM SIMPLES” E “QUE RECUSA PRIVILÉGIOS DE VIVER EM PALÁCIOS” É PARA FORTALECER O “PRIVATIZA TUDO”.

Romeu Zema tem como uma das estratégias construir no imaginário popular a figura do “homem simples”, que cuida dos serviços domésticos, e que “rompeu com os privilégios dos Palácios”. Tudo indica que esta construção da imagem do governador tenha sido uma estratégia vitoriosa. No instagran do governador, tem-se diversos vídeos sobre “o homem simples” com mais de 1 milhão de visualizações; um exemplo é um onde o senador Cleitinho “passeia” pelo Palácio das Mangabeiras, tido como “privilégios dos ex-governadores”, e depois visita Romeu Zema no apartamento dele onde é apresentado como o “melhor governador do Brasil”. É uma mistura de privatismo e a antipolítica na veia. E o senador, “sincêro” como ele é, deixa claro que os privilégios dos políticos são intoleráveis; mas os privilégios privados, até mais que os existentes no setor público, são “naturais”. Empresários podem ter os grandes privilégios, até casas muito melhores que o Palácio das Mangabeiras: “Quero deixar bem claro que uma pessoa da iniciativa privada quer quiser uma casa ou até melhor, fica à vontade; o que é errado é uma pessoa, que é pública, que veio para servir, que tem um privilégio e uma regalia igual a um faraó, um palácio mesmo”. Impressionante a sinceridade do senador Cleitinho na defesa da privatização do Palácio das Mangabeiras: “O Palácio das Mangabeiras é um local de eventos; antes sugava recursos, hoje dá lucro. Isso é que é gestão”. Romeu Zema mostra uma enorme interação com o senador Cleitinho no esforço de “viralizar” para todo o Brasil o exemplo “moral” do governador: “Palavras convencem, exemplos se arrastam”. (...) O projeto de lei, apoiado por Romeu Zema, de reajuste de 298% dos salários do governador (para R\$ 41.845,00), Vice-governador (R\$ 37.661,00), secretários (R\$ 34.774,00) e secretários adjuntos (R\$ 31.297,00), expôs bastante a demagogia do governador no “combate aos privilégios”, ainda que estes salários estejam congelados há 15 anos.

A postura do governador Romeu Zema, à primeira vista, parece muito com a postura da prefeita petista Marília Campos de Contagem. Mas são posturas opostas, na forma e no conteúdo, as de Romeu Zema e Marília Campos. (...) Romeu Zema, o “cidadão comum”, o “governador que abriu mão dos privilégios dos palácios” não defende o sentido da igualdade social, da paridade entre representantes e represen-

tados, visa “desconstruir” a coisa pública, vista como privilégio dos políticos; portanto, Romeu Zema faz “pirataria” com o combate aos privilégios, o que ele pretende é fortalecer a proposta do “privatiza tudo”, sua visão é manter e aumentar as desigualdades, é “cada um por si”, é a “selvageria do mercado”. Além do mais, a vida de “cidadão simples” de Romeu Zema é pura marquetagem: ele assa o pão de queijo, mas nunca apareceu fazendo pão de queijo; ele lava vasilhas, mas nunca apareceu fazendo comida; nem o café da forma tradicional ele sabe fazer, o que ele serve às visitas é feito naquela cafeteira italiana muito manjada.(...) Já Marília, na expressão popular, “é gente como a gente”, combateu e recusou, desde sempre, os privilégios (verba paletô, diárias sem permanência no local visitado, auxílio moradia, aposentadoria especial dos deputados): Marília se aposentou pelo INSS com aproximadamente R\$ 6.000,00 e recusou aposentadoria de deputada de R\$ 17.000,00; na pandemia, a petista doou R\$ 18.000,00 para cestas básicas a pessoas que passavam fome; ainda hoje, Marília publica nas redes sociais mensalmente o contracheque dela. E o marketing de Marília não é pirataria, é autêntico: a cozinheira, a confeitadeira, a compra na feira, as viagens de ônibus para a praia, a circulação no meio do povo, sempre foram práticas desde que ela entrou para a vida política; e a recusa aos privilégios é para dar sentido de igualdade à sua militância, porque quem combate de fato os privilégios públicos e privados precisa dar o exemplo de uma vida simples e austera. Marília, na política, sempre adotou uma postura austera, que aprendemos com o líder bancário Fausto Drummond; com Olívio Dutra, ex-governador do Rio Grande do Sul; e tem uma visão de mundo parecida com Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai. Mujica, em entrevista recente, perguntado o que “faria diferente em sua vida”, respondeu: “Sou um líder socialista. Eu obrigaria todo o pessoal de confiança a colocar 5% a 10% para um fundo para fazer casas para os pobres. Eu colocava 80% do meu salário de presidente. Não fazia isso para me mostrar aos outros, mas para ter o direito moral de falar aos ricos que façam algo. Você tem de dar o primeiro passo”. Com estes líderes aprendemos que o socialismo, mais que um programa de governo e projeto de sociedade, é uma “forma de vida”. Uma das coisas que mais me deixa triste em relação à esquerda de nosso país é esta falta do “sentido de igualdade” em nossa prática política, deixando para a demagogia da antipolítica e do privatismo o combate aos privilégios. Isto vai cobrar um alto preço da esquerda na reforma tributária, vai faltar argumentos e engajamento na luta por política tributária progressiva. O Brasil é um país de renda ainda baixa: o salário mínimo é de R\$ 1.302,00; o salário médio, de R\$ 2.300,00. E que são os ricos do País? Para surpresa de muitos, informamos, que quem tem renda per capita de R\$ 4.000,00 está entre os 10% mais ricos; quem tem renda per capita de R\$ 16.000,00 faz parte do grupo seletivo de 1% mais rico dentre os brasileiros. Ou seja, uma reforma tributária progressiva séria vai sobrar para nós, da classe média de esquerda, que teremos que “dividir o pão”. Quantos de nós vai concordar com a progressividade? E os deputados e senadores, com salários mensais de R\$ 42.000,00 (quase três anos de salário de um trabalhador de salário mínimo), quantos votarão e apoiarão a tributação progressiva sobre a renda e a propriedade?

O PRIVATISMO DE ROMEU ZEMA NÃO TEM LIMITES; ELE PRIVATIZOU ATÉ O “PALÁCIO DO GOVERNO”. É chocante o privatismo de Romeu Zema; como disse o senador Cleitinho ao defender a privatização do Palácio das Mangabeiras: “O Palácio das Mangabeiras é um local de eventos; antes sugava recursos, hoje dá lucro. Isso é que é gestão”.(...) A Folha S.Paulo publicou uma reportagem de Leonardo Augusto que mostra a importância histórica do Palácio das Mangabeiras e o processo de privatização.(...)

Veja as principais passagens da reportagem: “Espectador mudo da política de Minas Gerais por mais de 60 anos, o Palácio das Mangabeiras tem seu papel original encerrado em Belo Horizonte e passa a funcionar como centro cultural da iniciativa privada na capital do estado. Residência oficial dos governadores de Minas Gerais de 1955 a 2018, abrigou no período 18 chefes do Poder Executivo mineiro e chegou a hospedar figuras ilustres da cena nacional, como o presidente Getúlio Vargas, no exercício do cargo. Por um acordo do atual governo do estado, comandado por Romeu Zema (Novo), e uma empresa de promoções, a Multicult, toda a área ocupada pelo palácio, um total de 42 mil metros quadrados, foi batizada de Parque do Palácio e passará a cobrar ingresso para, por exemplo, acesso a exposições. Zema foi o primeiro chefe do Poder Executivo desde 1955 a não utilizar o local como residência oficial.(...) O Palácio das Mangabeiras foi construído a partir de projeto modernista atribuído ao arquiteto Oscar Niemeyer e paisagismo de Burlle Marx. O primeiro morador foi Juscelino Kubitschek, que comandou o estado de janeiro e 1951 a março de 1955, e quem determinou a construção da residência oficial, erguida aos pés da Serra do Curral, que limita Belo Horizonte ao longo de seu setor sul. Durante refeições em uma longa mesa na sala de jantar do palácio, ou em conversas na sala de estar, em sofá, poltronas e tendo à frente uma mesa de centro típicos da década de 50, a política foi discutida em encontros organizados por governadores do estado como Magalhães Pinto, Aureliano Chaves e Itamar Franco, além de Kubitschek. O último morador foi Fernando Pimentel (PT), que governou Minas Gerais de 2015 a 2018, e ficou em terceiro lugar ao tentar disputar a reeleição. Seus ocupantes mantinham as casas em que viviam antes de se elegerem, mas o status de residência oficial era do Palácio das Mangabeiras.(...) Em 12 de agosto de 1954, durante o governo de Kubitschek, a residência oficial hospedou o então presidente da República, Getúlio Vargas, que esteve em Belo Horizonte para cerimônia de entrada em funcionamento de uma empresa do setor de siderurgia, a Mannesmann, hoje Vallourec & Mannesmann. Na ocasião, a residência já estava em uso, mas ainda não inaugurada oficialmente. A presença de Vargas no Palácio ganhou fortes contornos históricos porque, pouco tempo depois, em 24 de agosto, ele se suicidou com um tiro no peito no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.(...) O deputado estadual Sávio Souza Cruz (MDB), que foi secretário de Administração, e também de Planejamento, do governador Itamar Franco, que comandou o estado de 1999 a 2002, lembra que o Palácio das Mangabeiras foi usado para reuniões durante uma das principais crises já ocorridas entre Minas Gerais e o governo federal. Em janeiro de 1999, Itamar Franco, à época no PMDB, decretou moratória (suspensão de pagamentos de dívida com a União) de 90 dias. O presidente da República à época era Fernando Henrique Cardoso (PSDB), já em seu segundo mandato. No primeiro mandato, conseguido em 1994, teve o apoio de Itamar, que foi presidente da República por dois anos, de 1992 a 1994, com o impeachment de Fernando Collor. Itamar e Fernando Henrique, no entanto, deixaram de ser aliados. Durante a gestão de Itamar, o Palácio das Mangabeiras passou a receber, a convite do governador, integrantes da oposição a Fernando Henrique. Se reuniram com Itamar na residência oficial, por exemplo, Miguel Arraes (PSB), que governou Pernambuco de 1995 a 1998, e Leonel Brizola (PDT), que comandou o Rio de Janeiro de 1991 a 1994. “As reuniões mais restritas eram realizadas em uma pequena sala que fica abaixo da escada em caracol”, lembra Souza Cruz, se referindo aos degraus em curva que ligam o térreo ao segundo andar, onde ficam os quartos da agora antiga residência oficial. “Foi um período de muita turbulência”, recorda.(...) A entrega à iniciativa privada da área que abriga o Palácio das Mangabeiras, agora Parque do Palácio, ocorreu sem a realização de concorrência pública ou licitação. A Codemge (Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais) afirma que foi firmado um acordo de parceria com amparo na Lei Federal 13.303/2016, a chamada Lei das Estatais. “A parceria foi firmada com base na Lei Federal 13.303/2016, que admite a dispensa de

licitação/concorrência em casos como o presente, no qual restou configurada a oportunidade de negócios, em face das características particulares das parcerias e de condições definidas e específicas para gestão do ativo".(Folha S.Paulo, 19/05/2022).

POR QUE ROMEU ZEMA APOIOU BOLSONARO, QUE TIROU R\$ 12 BILHÕES DO ICMS DE MINAS? PRIVATISMO E ANTIPETISMO FALARAM MAIS ALTO.

Bolsonaro, ao longo de seu governo, destruiu o pacto federativo e, na presidência, não fez outra coisa senão enfrentar governadores e prefeitos, como fez na pandemia e nas polêmicas sobre os preços dos combustíveis. Romeu Zema sempre foi fiel à Bolsonaro e sempre se recusou a se juntar a governadores e prefeitos não assinando notas de repúdio e nem realizando qualquer pronunciamento contra o presidente.(...) Impressionante como Romeu Zema não se distanciou de Bolsonaro nem quando o presidente, para tentar vencer as eleições, fez uma desoneração violenta dos preços dos combustíveis e outros itens, com impactos que, na previsão do secretário da Fazenda de Minas, Gustavo Barbosa, poderá gerar perdas de R\$ 12 bilhões anuais para nosso Estado. A "insuspeita" Mirian Leitão expressou a surpresa com o apoio de Romeu Zema a Bolsonaro no O Globo de 04/10/2022: "O governo de Minas Gerais, Romeu Zema, declarou apoio a Bolsonaro neste 2º turno das eleições. O curioso é que o estado foi um dos maiores perdedores com a mudança eleitoreira feita pelo presidente no ICMS. Pelas contas da própria Secretaria de Fazenda de Minas, as perdas chegam a R\$ 12 bilhões por ano com o teto colocado ao imposto na cobrança dos combustíveis, telecomunicações e energia. Vale lembrar que Minas é um dos estados com maiores dificuldades financeiras do país e chegou a receber liminar do STF para que não precisasse pagar dívidas com a União".(...) Minha tese é a seguinte: a "utopia liberal" de Romeu Zema e do Partido Novo é o Estado Mínimo. Portanto, não é estratégia deles uma recuperação fiscal que interessa ao povo, ou seja, um estado com mais receitas, menos dívidas, mais investimentos e políticas públicas; a estratégia é a liquidação do Estado, é o "privatiza tudo". Portanto, para eles que combatem severamente os impostos perdas de receitas de R\$ 12 bilhões, não é algo que os novistas rejeitem. Com menos receitas eles pretendem se adaptar utilizando, como sempre, o arrocho dos servidores como fator de ajuste e mais a suspensão do pagamento da dívida feita pelo STF(...) O que aconteceu é o seguinte: Bolsonaro sem coragem e vontade política de enfrentar a política de preços da Petrobras, que levou a lucros incríveis, como o recorde de R\$ 184 bilhões de 2022, e com a distribuição generosa de lucros e dividendos, optou por reduzir de forma violenta impostos e cortar nas políticas públicas (zerou impostos federais e estabeleceu teto para o ICMS dos Estados). As alíquotas dos bens essenciais são fixadas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ (colegiado formado pelos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal) como "alíquotas correntes das operações de ICMS" e atualmente variam entre 17 e 18% (em Minas Gerais corresponde a 18%). A Lei Complementar 194, de 23/06/2022, ao definir que os combustíveis, a energia elétrica, as comunicações e o transporte coletivo devem ser enquadrados como bens e serviços essenciais, forçou a redução das alíquotas a eles aplicadas para estes patamares. Veja a **tabela 5**, com as reduções de alíquotas de ICMS de Minas Gerais.

O secretário da Fazenda de Minas Gerais, Gustavo Barbosa, ao contrário de Romeu Zema, bateu forte na desoneração do ICMS, qualificou a desoneração de "desastrosa" e fez previsões dramáticas nas finanças do Estado, o que poderá levar mais adiante até mesmo ao "atraso do pagamento dos salários dos servidores". Veja seu depoimento publicado na Agência Minas Gerais: "Minas Gerais sofrerá uma perda de R\$ 12 bilhões da arrecadação tributária com a aprovação, no Congresso Nacional, do projeto que reduz as alíquotas

MINAS PRECISA DE UM “PLANO DE RESGATE”

de ICMS sobre combustíveis, energia, comunicações e transporte coletivo. De acordo com o secretário de Fazenda, Gustavo Barbosa, esse montante de perda representa 15% da receita do Estado com impostos e taxas e refletirá, diretamente, nos cofres dos 853 municípios mineiros - que ficam com 25% do ICMS -, assim como nos investimentos vinculados à saúde e educação, além das demais áreas”. (...) ‘O Projeto de Lei Complementar (PLP) 18 é desastroso não só para as contas de Minas Gerais, mas de todos os estados e municípios. Uma perda de 15% de arrecadação, com a manutenção das despesas no patamar atual, certamente vai comprometer toda a estabilidade que vínhamos buscando no Estado. Esse comprometimento, geralmente, reflete no custeio da máquina pública, passando pelos investimentos em políticas sociais e podendo chegar até no que aconteceu no passado, que é o atraso nos salários dos servidores’, analisa o secretário”. (...) ‘Buscaram uma solução estrutural para uma situação conjuntural, ao nosso ver bastante equivocada’, finaliza o secretário”.

O que vai acontecer com a desoneração/reoneração do ICMS dos Estados: a) os governadores e o governo federal estão discutindo a compensação de perdas do ano de 2022, como previsto na lei; b) a validade destas definições é 31/03/2023, momento a partir do qual o próprio Confaz pode permitir a majoração das alíquotas aplicáveis aos bens essenciais. As mudanças, a partir de 31/03/2023, podem conduzir a tributação destes bens aos patamares anteriores (já autorizados na legislação de cada estado) ou ainda ser fixada em qualquer nível entre estes. Ressalte-se que cada Estado tem autonomia para fixar alíquotas inferiores àquelas definidas como limites. A tendência é que o Confaz fixe teto maior para a tributação dos itens essenciais, mas inferior aquele praticado em Minas Gerais, e, ainda assim, a reoneração seja gradual, o que poderá manter muitas das perdas de Minas Gerais; c) o governador Romeu Zema, de forma irresponsável, criticou a reoneração dos impostos federais sobre combustíveis e defendeu a continuidade da desoneração: “Então, mais uma vez é o consumidor que vai estar pagando a conta”. Esta posição indica que Romeu Zema vai manter a desoneração do ICMS de combustíveis e outros itens relevantes nas receitas tributárias de Minas. Se isso acontecer, esta posição “desastrosa” como afirma o secretário da Fazenda de Minas, o que teremos Romeu Zema estará armando mais uma “bomba fiscal” nas finanças de Minas: a) nas despesas, os gastos de pessoal continuarão sendo o principal mecanismo de ajuste fiscal, com o seu congelamento por prazo indeterminado; b) Zema continuará contando com a moratória da dívida de Minas, jogando para frente para os novos governantes a bomba que será a volta do pagamento de R\$ 10 bilhões por ano; c) os investimentos serão feitos sem recursos das receitas estaduais, mas com recursos obtidos unicamente dos crimes ambientais no Estado.

TABELA 5 - AS ALÍQUOTAS DE ICMS DE MINAS DE ANTES E DEPOIS DA DESONERAÇÃO

Item	Alíquota antes desoneração	Alíquota depois desoneração
Gasolina	31%	18%
Energia elétrica	30%	18%
Comunicação	27%	18%

Fonte: Governo do Estado

ROMEU ZEMA FOI ELEITO NO PRIMEIRO TURNO COM 56% DOS VOTOS PORQUE RECUPEROU UMA CERTA FUNCIONALIDADE DO ESTADO; MAS O GOVERNADOR, AO CONTRÁRIO DO QUE AFIRMA, NÃO TEM APOIO POPULAR PARA O “PRIVATIZA TUDO”.

Romeu Zema foi reeleito no segundo turno com 56% dos votos e mostrou bastante força política; mas devemos ter claro que tipo de apoio ele tem dos mineiros e mineiras. A gestão de Fernando Pimentel terminou de forma muito negativa, com uma crise profunda do Estado: receitas com crescimento negativo, abaixo da inflação; pagamentos elevados da dívida estadual; investimentos baixíssimos. Foi uma crise “em público”, “a olhos vistos” da população; ou seja, com atraso nos salários dos servidores estaduais; e atrasos nos repasses constitucionais aos municípios de ICMS, IPVA e FUNDEB. Romeu Zema assumiu o governo e teve como principal “legado” uma liminar com a moratória da dívida estadual; com isso o Estado deixou de gastar R\$ 36 bilhões em quatro anos, valor mais que suficiente para que o governo estadual quitasse seus débitos junto aos servidores e regularizasse os repasses constitucionais aos municípios com pagamento gradual dos atrasados. Romeu Zema “fez a festa” dizendo que arrumou as finanças estaduais; e a crise ficou “escondida” do público com a disparada da dívida estadual com a incorporação ao estoque existente dos valores não pagos. A oposição errou, em particular o PT, ao ajudar na narrativa do governador porque, para sustentar a capacidade de atendimento do Estado de reivindicações de suas bases sociais, também acabou reconhecendo que o Estado estaria saneado e com bilhões de reais em caixa.(...) Romeu Zema foi reeleito porque atendeu o anseio popular de uma certa normalização das funções do Estado, como a regularização dos salários dos servidores e o repasse das transferências constitucionais aos municípios, esta última questão com enorme capilaridade na vida da população dos 853 municípios mineiros. Mas o governador, ao contrário do que afirma, não tem o apoio da população mineira para a sua estratégia do “privatiza tudo”. Os dados que divulgados na **tabela 6**, mostram claramente que 2/3 da população de nosso Estado rejeita a privatização de nossas principais estatais, como Cemig e Copasa.(...) Pesquisa Datatempo, divulgada em setembro de 2022, mostra o repúdio da população mineira ao “privatiza tudo”: “A maioria dos eleitores mineiros é contra a privatização de empresas estatais, segundo a mais recente pesquisa DATATEMPO. Questionados sobre o tema, eles responderam que o Estado deve continuar sendo dono de Cemig, Copasa, Gasmig e MGS. A Cemig, que atua na geração, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica, é a empresa que os entrevistados mais demonstraram ser contrários à privatização, 65,3%. O índice é de 59,6% para a Copasa, companhia que presta serviço de saneamento básico, e de 53,9% para a Gasmig, distribuidora de gás natural canalizado. Além delas, 53% afirmam que o governo de Minas deve permanecer proprietário da MGS, empresa responsável pela prestação de serviços como limpeza e vigilância. Por outro lado, a Copasa lidera o ranking das estatais que os entrevistados consideram que o governo de Minas deve vender, com 25,2%. A empresa de saneamento básico é seguida pela Cemig (22,9%), Gasmig (22,1%) e MGS (21,1%). De forma geral, 62,9% dos entrevistados são contrários a todas as privatizações, enquanto 20,8% são favoráveis a vender todas as empresas. Outros 16,3% são favoráveis apenas em alguns casos”.(...) Como pode se ver neste estudo, Romeu Zema não defende a privatização somente das estatais, mas de todos os serviços públicos. O Datatempo não pesquisou sobre todo o projeto privatista do governador, mas, temos certeza, que a privatização do SUS e da educação, por exemplo, tem a rejeição de mais de 80% da população.

TABELA 6 - DATATEMPO: MINEIROS SÃO AMPLAMENTE CONTRÁRIOS AO “PRIVATIZA TUDO” DE ROMEU ZEMA

Empresa	Contra privatização	A favor da privatização	Não sabe / não respondeu
Cemig	65,3%	22,9%	11,8%
Copasa	59,6%	25,2%	15,2%
Gasmig	53,9%	22,1%	24,0%
MGS	53,0%	21,1%	25,9%
Todas estatais mineiras	62,9%	20,8%	16,3% favoráveis em alguns casos

Fonte: Datatempo

ROMEU ZEMA “PASSA O PANO” PARA O GOLPISMO DE 8 DE JANEIRO. Mas ninguém deve esperar de Romeu Zema e do Partido Novo uma postura de respeito à vontade popular, como no caso da oposição popular às privatizações; são segmentos políticos autoritários e, sabedores de que o ultraliberalismo é incompatível com a democracia, apoiam todo tipo de regime autoritário no Brasil, seja a ditadura militar no passado e o governo autocrático de Bolsonaro mais recentemente, para tentar “enfiar goela abaixo do povo” a “utopia liberal” do Estado mínimo.(...) Veja a posição do governador em relação à tentativa de golpe perpetrada pela extrema direita no dia 8 de janeiro, com a “tomada” e destruição da sede dos Três Poderes. Romeu Zema causou uma grande polêmica quando insinuou que o governo Lula fez vista grossa a ataques em Brasília; o governador foi convocado a realizar um depoimento na Polícia Federal para confirmar ou desmentir as insinuações.(...) Pois bem mais recentemente, Romeu Zema reafirmou suas conclusões absurdas e inaceitáveis: “Eu acho que aqueles vídeos que foram mostrados há duas semanas deixaram muito claro que nenhuma medida foi tomada para tolher os invasores, que depredaram, que vandalizaram, tanto o Palácio do Planalto, o STF e o Congresso Nacional. Nenhuma medida foi tomada. Isso é muito estranho, porque hoje a Polícia Militar, em qualquer manifestação, por menor que seja, sempre emite um alerta, sempre fica de prontidão, e lá em Brasília nós estamos falando de uma manifestação, não sei se foram 5.000, 10 mil, 15 mil pessoas. Alguém não fez a tarefa de casa, e isso precisa ser apurado. Agora, se foi “vista grossa”, se é falta de competência, se é conivência, vai ser a CPMI que vai mostrar. Na minha declaração eu só apontei que o fato é inconcebível. Onde está a sede dos Três Poderes do Brasil, que tem ali do lado um exército, que tem ali uma polícia distrital, ninguém tomar uma ação sabendo que o movimento iria acontecer. Então, que seja apurado, que os responsáveis se expliquem, porque é algo que até o momento realmente ficou inexplicável. Se você tem uma força policial e tem um movimento gigantesco, essa força deveria estar mobilizada. Deveria estar ali para defender o patrimônio público, e não ficar sem nenhuma ação como aconteceu lá. Então, há muita coisa para ser explicada. Estou confiante que uma boa investigação aponte o que aconteceu. Tem muita coisa estranha escondida aí”.(O Tempo, 09/05/2023).



MINAS GERAIS PRECISA DE UM “PLANO DE RESGATE” DAS FINANÇAS ESTADUAIS

Minas Gerais “sangra” há 30 anos com uma crise financeira que parece que não ter fim. Já tivemos governos de centro, de esquerda e de direita e a crise continua dramática: duas moratórias da dívida (com Itamar Franco e com Romeu Zema); Minas perde receitas importantes (Lei Kandir e, agora, uma espécie de Lei Kandir 2, com o populismo fiscal de Bolsonaro com o ICMS dos Estados); a dívida de Minas, de R\$ 159 bilhões, continua impagável; os servidores sofrem as consequências da crise, com arrocho salarial e atraso nos pagamentos; mais recentemente, o Estado não conseguiu sequer honrar os repasses constitucionais aos municípios; Minas, inacreditável, só tem recursos para investimentos graças ao acordo com a Vale referente aos crimes ambientais de Brumadinho de Mariana.(...) Romeu Zema nega a realidade e afirma que arrumou as finanças do Estado nos últimos quatro anos. O PT Minas, na luta pelo atendimento das reivindicações de suas bases sociais, também afirma que o governo Romeu Zema arrumou as finanças de Minas e está com o caixa cheio de “bilhões de reais”. Chega de autoengano. Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estão “quebrados” há décadas. É preciso aproveitar uma oportunidade única neste momento e articular com o governo Lula um “plano de resgate” para Minas Gerais que interrompa, em definitivo, o “sangramento” de nosso Estado e recupere as finanças públicas estaduais, que é uma das bases para um projeto de desenvolvimento estadual.(...) A esquerda não pode ser voluntarista na gestão do Estado; quando perde o controle da economia e das finanças públicas, como aconteceu no governo Fernando Pimentel, é fatal para a continuidade de nossos projetos históricos.

I-UM REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL SEM PRIVATIZAÇÕES E SEM DESTRUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

MINAS GERAIS PRECISA DE UM “PLANO DE RESGATE” DAS FINANÇAS ESTADUAIS. Minas Gerais precisa de um plano de recuperação das finanças estaduais. Minas Gerais tem “desequilíbrios estruturais” que impossibilitam uma solução duradoura para as finanças públicas estaduais. Mas, quase sempre, os governos estaduais que se sucedem fazem uma politização “rasteira” desta questão e jogam a culpa pela deterioração fiscal nos governos anteriores. É como se a crise fiscal de Minas se resumisse a uma questão “de gestão”, de “competência administrativa”, e não fosse resultado de desequilíbrios de difícil solução, como no caso da Lei Kandir. Este autoengano é antigo em Minas Gerais. Até governadores aliados, como Itamar Franco e Aécio Neves, brigaram em torno da situação financeira de Minas. Itamar qualificou de “conversa fiada” o “choque de gestão” e “déficit zero” da publicidade do tucano.(...) Veja agora a situação fiscal de Minas Gerais no governo Romeu Zema. Minas está em uma moratória judicial e a dívida disparou de R\$ 113,818 bilhões, em 2018, para R\$ 159,250 bilhões, em 2022; o governo fez um ajuste inflacionário violento nas despesas de pessoal (receitas cresceram 62% e gastos de pessoal apenas 19% a 21%), e, ainda assim, os gastos de pessoal estão nos limites da Lei Fiscal, o que indica a continuidade do arrocho. Romeu Zema apoiou Bolsonaro, mesmo tendo o ex-presidente atacado duramente os interesses de nosso Estado com o populismo fiscal na questão do ICMS; o Estado só recupera a capacidade de investimento com os recursos dos crimes ambientais de Brumadinho e Mariana.(...) Já se passaram seis governos – Eduardo Azeredo, Itamar Franco, Aécio Neves, Antônio Anastasia, Fernando Pimentel, e agora Romeu Zema –, e a dívida de Minas Gerais continua próxima a 200% da receita corrente, limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que a torna inadmissível.(...) O que isto significa? Quando Minas Gerais voltar a pagar a dívida, ainda que de forma gradual, seja por decisão judicial ou pela adesão ao plano do governo federal, os encargos da dívida serão tão elevados que inviabilizarão financeiramente o nosso Estado novamente. Por isso é que dizemos: Minas Gerais só terá uma saída mais duradoura do ponto de vista fiscal com um “plano de resgate” das finanças estaduais. Não dá mais para um estado tão importante como Minas Gerais continuar sobrevivendo com improvisos e gambiarras fiscais, como liminar de suspensão da dívida; receitas extras como no caso da Vale; recursos extras provenientes de repasses do orçamento de guerra na pandemia; venda de folha de pagamento; recursos de precatórios; venda de estatais como pretendem os governos de direita; etc.

MINISTRO ALEXANDRE PADILHA, FALANDO EM NOME DO GOVERNO LULA, DEU A LINHA POLÍTICA: REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL SIM, MAS SEM PRIVATIZAÇÕES E SEM POLÍTICAS DE DESTRUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

O ministro Alexandre Padilha, das Relações Institucionais, em um encontro com representantes da bancada de oposição mineira fez um importante depoimento sobre as diretrizes do governo Lula para a recuperação fiscal dos Estados: “(A medida adotada) pelo Paulo Guedes não é o mesmo que o Haddad vai fazer. Porque as eleições deram a responsabilidade pro novo governo do presidente Lula e do novo ministro da Fazenda. Nós teremos o tratamento republicano e parceiro dos Estados e Municípios, vamos sempre apoiar e com-

prender o papel que a União pode ter para apoiar as dificuldades do Estado, mas não vamos usar os instrumentos que a União tem para estimular qualquer plano de privatização e qualquer plano privatista, que desmonte as políticas públicas em qualquer Estado. Então isso é uma diretriz muito clara". (...) "Para nós é muito grave qualquer proposta como essa não ter sido debatida pela ALMG. O regime não é de um governo, ultrapassa governos. Então, se você não tem um órgão legislativo como órgão fiador do que pode ser a proposta, você está entregando na mão de um governo que é transitório. O que pode dar garantia que é um projeto que ultrapassa governos é exatamente o papel legislativo. Sempre foi assim, é uma instância fundamental que tem que ser respeitada". (...) O vídeo teve ampla divulgação na imprensa mineira, O Tempo e Portal UAI, mas não teve a mesma repercussão na bancada de oposição de Minas que se reuniu em Brasília com o ministro, provavelmente porque Padilha sinalizou apoio ao Regime de Recuperação Fiscal. Concordamos com as diretrizes do ministro Alexandre Padilha sobre o Regime de Recuperação Fiscal – RRF sem privatizações e sem desmonte dos serviços públicos; somente discordamos de que a Assembleia de Minas já deveria ter aprovada o RRF há mais tempo. De outro lado, se tem razão os deputados e deputadas do PT e da oposição, que ajudaram impedir o avanço do RRF no passado; não tem porque se oporem agora a um RRF com os critérios apontados pelo ministro Alexandre Padilha.

DÍVIDA DE MINAS GERAIS É IMPAGÁVEL; PROPOMOS REDUZIR O LIMITE DE ENDIVIDAMENTO DE 200% PARA 120% DA RECEITA CORRENTE (IGUAL AOS MUNICÍPIOS); A DÍVIDA ACIMA DESTES PERCENTUAIS DEVE SER CANCELADA.

A dívida de Minas Gerais junto à União é impagável: depois de 25 anos do acordo da dívida, a situação permanece sem solução. Nosso Estado tem 9% do PIB nacional, mas a dívida consolidada líquida, de R\$ 143,439 bilhões, representa 18,80% da dívida corrente líquida, de R\$ R\$ 763,240 bilhões, dos 26 estados brasileiros. Juntos os quatro estados mais ricos do Brasil, com 56,3% de participação no PIB nacional, são os responsáveis por nada menos que 86,47% da dívida líquida dos estados. Veja a dívida de Minas Gerais: no montante de R\$ 143,460 bilhões, ela é bem maior que a dívida líquida de 22 estados brasileiros, de R\$ 103,230 bilhões. Veja a **tabela 1**. Impressionante, não é mesmo? (...) A moratória judicial da dívida de Minas Gerais ou a moratória do Regime de Recuperação Fiscal dos outros Estados mais endividados (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) não resolve o problema do endividamento. Já mostramos isso no item em que tratamos da dívida do Rio de Janeiro. Matéria do "insuspeito" Valor Econômico, de 06/04/2019, informa: "O Regime de Recuperação Fiscal, ao qual o Rio de Janeiro aderiu em 2017, tem duração prevista de três anos, podendo ser prorrogado por mais três. Durante o período, ficam suspensos os pagamentos da dívida com a União. Se, por um lado, a interrupção dos pagamentos contribui para aliviar o aperto sobre o caixa estadual, por outro, aumenta o endividamento em termos absolutos, uma vez que os juros e os encargos continuam a incidir sobre o valor principal. O problema foi empurrado para 2024". (...) Por que a Lei de Responsabilidade Fiscal fixou o limite de endividamento dos municípios em 120% da receita líquida e dos Estados em 200%? Não conhecemos os detalhes da aprovação da Lei Fiscal, mas não acreditamos que a diferença nos limites tenha sido em função de critérios técnicos, mas, provavelmente, foi resultado de uma situação concreta: a fixação do limite de 200% para Estados foi para não inviabilizar completamente estados muito endividados como Minas Gerais. Ou seja, os problemas fiscais dos estados mais en-

divididos foram adiados: e foram estes estados que foram os mais penalizados porque, com dívida muito grandes, o peso dos juros e correção monetária manteve a dívida em patamares impagáveis. (...) Por isso propomos: que o limite das dívidas dos Estados seja reduzido de 200% para 120%, com o cancelamento das dívidas dos Estados, como Minas Gerais, acima deste percentual. E veja só: na renegociação das dívidas de Estados e municípios, no governo Dilma, se adotou um critério neutro: foi feito um encontro de contas com base na Selic, ou seja, a União aplicou, de forma retroativa às dívidas estaduais e municipais o mesmo indexador de sua dívida interna. Se as dívidas estaduais e municipais tiveram reduções expressivas foi porque, na verdade, eram os estados e municípios que financiavam a União. Portanto, o governo federal pode e deve, ainda que tardiamente, dar a sua contribuição para sanear os estados mais endividados, como é o caso de Minas Gerais.

TABELA 1 - OS QUATRO ESTADOS MAIS ENDIVIDADOS. PARTICIPAÇÃO NO PIB E NA DÍVIDA ESTADUAL

Estado	Participação % no PIB	Participação % dívida líquida estadual
Minas Gerais	9,0%	18,80%
Rio Janeiro	9,9%	19,76%
Rio Grande do Sul	6,2%	13,21%
São Paulo	31,2%	34,70%
Total	56,3%	86,47%

Fontes: PIB de 2020 (IBGE); dívida 2022 (Tesouro Transparente)

UM PLANO FISCAL SUSTENTÁVEL PRECISA AMPLIAR RECEITAS, REDUZINDO AS DESONERAÇÕES.

As dificuldades financeiras históricas de Minas Gerais têm muito a ver com as receitas do Estado. A Lei Kandir, que acabou com o ICMS nas exportações, foi um duro golpe para Minas Gerais, um dos estados mais exportadores do Brasil. Mais recentemente, em 2022, Bolsonaro, para tentar vencer as eleições na marra, apelou ao populismo fiscal e aprovou uma lei transformando combustíveis, energia elétrica e telecomunicações em itens essenciais e reduziu a tributação de ICMS de 27% a 31% para apenas 18%. Para Minas Gerais é uma espécie de Lei Kandir 2, com repercussões dramáticas sobre as finanças de Minas Gerais, que podem reduzir as receitas em R\$ 12 bilhões anuais. O secretário da Fazenda de Minas Gerais, Gustavo Barbosa, ao contrário de Romeu Zema, bateu forte na desoneração do ICMS, qualificou a desoneração de “desastrosa” e fez previsões dramáticas para as finanças do Estado, o que poderá levar mais adiante até mesmo ao “atraso do pagamento dos salários dos servidores”. (...) O governador Romeu Zema, de forma irresponsável, criticou a reoneração dos impostos federais sobre combustíveis e defendeu a continuidade da desoneração: “Então, mais uma vez é o consumidor que vai estar pagando a conta”. Esta posição indica que Romeu Zema vai manter a desoneração do ICMS de combustíveis e outros itens relevantes nas receitas tributárias de Minas. Se isso acontecer, esta posição “desastrosa” como afirma o secretário da Fazenda de Minas, o que teremos é que Romeu Zema armará mais uma “bomba fiscal” nas finanças de Minas; mais uma vez, quem pagará a conta, principalmente, serão os servidores com o congelamento indefinido da remuneração. Veja só: as compensações pelas perdas da desoneração

do ICMS no segundo semestre de 2022, que o governo federal fixou para os Estados, em torno de R\$ 26 bilhões, pouco resolve a situação de Minas Gerais, o problema principal serão as perdas permanentes. Portanto, é preciso debater a reoneração do ICMS em Minas Gerais e, ao mesmo tempo, lutar para que, na reforma tributária, os estados não percam ainda mais com o fim do ICMS e adoção do IVA.

REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL NÃO PODE IMPOR NOVOS SACRIFÍCIOS PARA OS SERVIDORES ESTADUAIS; UMA PROPOSTA FUNDAMENTAL É NÃO ADERIR AO REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NA PREVIDÊNCIA.

Não se pode aceitar que o Regime de Recuperação Fiscal de Minas Gerais imponha novos sacrifícios aos servidores públicos, como a proibição de concursos públicos e vetos a reajustes reais de salários por 10 anos, como quer o governador Romeu Zema. Os gastos de pessoal já estão disciplinados na Lei de Responsabilidade Fiscal, que passará a incorporar, a partir de 2024, por decisão da Secretaria do Tesouro Nacional, também os gastos de pessoal das empresas terceirizadas. Não se pode aceitar que novos sacrifícios sejam exigidos, como, por exemplo, reduzir os gastos de pessoal para menor em relação ao limite legal de 60% da receita corrente líquida. Mas não vejo também a menor chance de suspender ou descumprir as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, num Estado que precisa ajustar suas contas.(...) Na verdade, a maior ameaça aos servidores é a exigência federal, criada no governo Lula em 2008, de implantação da capitalização na previdência dos servidores. Capitalização que foi inspirada na esquerda mineira, que, no governo Itamar Franco dirigia do IPSEMG, e numa reforma da previdência implantou a previdência capitalizada, através da segregação de massas, que ficou conhecida como “FUMPENMG”. Minas Gerais, na mais recente reforma da previdência, não criou, na minha opinião, e nem deverá criar a previdência capitalizada.

As muitas razões para que o modelo de previdência dos Estados e Municípios seja insustentável: 1) trata-se de um modelo muito caro, e a capitalização do fundo previdenciário dos novos servidores se dá com a descapitalização e enorme desfinanciamento do fundo financeiro dos velhos servidores (fundo este que fica com todo o passivo dos benefícios concedidos e dos benefícios a conceder dos servidores mais velhos ainda em atividade e não tem mais novos contribuintes, que são segurados do novo fundo, o fundo previdenciário); 2) veja só: enquanto a União tem um impacto fiscal limitado com uma contribuição patronal para a previdência complementar de capitalização de 7,5% sobre as parcelas acima do teto do INSS, os Estados e municípios tem um impacto fiscal gigantesco, com contribuições sobre grande parte dos salários dos servidores até R\$ 7.507,49, que chega de 22% a 28% da contribuição patronal, além de perder a contribuição dos servidores de 14%, que antes abatia, no curto prazo, as despesas previdenciárias de todos os aposentados e pensionistas; além disso, Estados e municípios tem contribuições de 7,5% para a previdência complementar de seus servidores; 3) a Emenda 103/2019 definiu também que os regimes capitalizados só concedem benefícios de aposentadorias e pensões; com isto despesas expressivas com benefícios de auxílio-doença, salário-família, salário-maternidade ficam também com os Tesouros Estaduais e municipais; 4) e não para por aí: aportes extras já estão sendo definidos nos cálculos atuariais para os fundos capitalizados, como no caso de Contagem (MG), com aporte de R\$ 500 milhões em 30 anos para compensar uma mudança de data da “segregação de massas”, uma cidade que tem uma dívida corrente líquida

de R\$ 52 milhões.

Conta trilionária da capitalização será paga pelos servidores estaduais e municipais e pela população. Por ingenuidade e/ou desconhecimento técnico, a maioria dos sindicatos de servidores estaduais e municipais são favoráveis à previdência de capitalização: a) se toda contribuição aos fundos previdenciários, seja fundo financeiro ou fundo previdenciário, é, pela Lei Fiscal, despesas de pessoal; se as despesas de pessoal estão limitadas a 60% da receita corrente líquida; é óbvio que os gastos milionários com a mudança da previdência de um regime financeiro em um regime de capitalização reduzem fortemente a capacidade remuneratória dos entes públicos, com a conta sendo paga, em última instância, pelos servidores, com uma violenta redução dos salários reais nas próximas décadas; b) os fundos previdenciários não são um “patrimônio dos servidores”, são patrimônio apenas dos servidores mais jovens; os servidores mais antigos são o “passivo indesejado” no processo de transição, fazem parte do “fundo podre”, na expressão de alguns atuários mais desumanos; ou seja, a previdência capitalizada só se consolida com a morte de todos os servidores mais antigos e seus dependentes; a previdência, que é um pacto de vida, com a capitalização vira um pacto de morte; c) não ajuda em nada os servidores o aumento das contribuições patronais, já que como despesas de pessoal fazem parte do limite de 60% da remuneração; d) os concursos públicos, como muitos deixam a entender, não ajudam em nada também no modelo vigente, já que novos servidores são vinculados aos fundos previdenciários; quando faltam recursos na verdade é nos fundos financeiros colocados em extinção; e) os sindicatos defendem também a capitalização como uma forma de equacionar a crise da previdência, eles recusam as reformas conjunturais (por exemplo, aumento da idade da aposentadoria frente ao crescimento da expectativa de vida), mas acabam apoiando a capitalização, uma reforma estrutural do financiamento que destrói a Previdência Social como um grande programa social. Regime capitalizado é para poucos: para servidores e, ainda assim, porque eles tem estabilidade; e para uma minoria de altos funcionários das empresas privadas que detêm altas rendas e uma certa estabilidade pela qualificação do trabalho que exercem.

UM REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL SEM EXIGÊNCIA DE PRIVATIZAÇÕES. Ciente das dificuldades de privatizar as estatais mineiras, o governador Romeu Zema sempre defendeu o Regime de Recuperação Fiscal de Bolsonaro e Paulo Guedes, que exige privatizações dos Estados para ter o pagamento de suas dívidas suspensas por três a seis anos. O programa de governo de Alexandre Kalil mostra a perversidade do governador: “De acordo com os dados divulgados do relatório de diagnóstico feito pela Secretaria do Tesouro Nacional, as parcelas pertencentes ao Estado na Cemig e na Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), responsável pela prestação de serviços de saneamento na maior parte do estado mineiro, estavam avaliadas, respectivamente, em R\$4 bilhões e R\$3,1 bilhões. É impensável imaginar que uma empresa como a Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (Cemig), uma das principais concessionárias de energia elétrica do Brasil, criada há 70 anos por Juscelino Kubitschek, indissociável do desenvolvimento socioeconômico do Estado, poderia ser vendida, juntamente com Copasa para arrecadar uma quantia que não cobre uma e meia folha de pagamento mensal do Estado”.

PT MINAS ATÉ HOJE NÃO COMPREENDEU AS RAZÕES DO FRACASSO DO GOVERNO

FERNANDO PIMENTEL. Quem analisar alguns dos principais indicadores fiscais do governo Fernando Pimentel não vai conseguir compreender as razões do seu fracasso, com atraso dos salários dos servidores e atrasos nos transferências constitucionais aos 853 municípios mineiros. A dívida corrente líquida, continuou sendo paga, e manteve uma certa estabilidade em relação à receita corrente e os gastos de pessoal se mantiveram nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (60% no consolidado dos Poderes e 49% no Poder Executivo). Como se pode ver nas duas tabelas a seguir, Fernando Pimentel enfrentou uma “tempestade perfeita”: crescimento negativo das receitas, abaixo da inflação; na verdade, gastos de pessoal muito acima dos limites legais; e, no plano político, golpe político parlamentar que derrubou Dilma, vista como uma aliada para tirar Minas da crise financeira. (...) Como se pode ver na **tabela 2**, Fernando Pimentel fez um governo na pior recessão da história brasileira, com crescimento negativo da economia de -3,5%, em 2015, e de -3,3%, em 2016; depois de uma recessão o crescimento econômico costuma ser vigoroso dado o nível baixo da economia, mas tivemos em 2017 e 2018 crescimento de pouco mais de 1% da economia, também a pior saída da recessão da história. Resultado disso foi um crescimento negativo da receita do Estado de apenas 18,26% em quatro anos para uma inflação de 26,63%. (...) Já os gastos de pessoal, como se pode ver na **tabela 3**, estavam fortemente subestimados, desde o início do governo Antônio Anastasia, em 2011. Como se vê, em 2010, último ano do governo Aécio Neves, os gastos de pessoal estavam no limite da Lei Fiscal, de 48,61% (limite prudencial de 46,65%), no Poder Executivo e de 57,69%, no consolidado dos Três Poderes (limite prudencial de 57%). O que fez o governo tucano? Retirou dos gastos de pessoal grande parte das despesas com aposentados e pensionistas: no Poder Executivo, o gastou diminuiu artificialmente de R\$ 5,701 bilhões, em 2010, para R\$ 2,283 bilhões, em 2011; no consolidado dos Três Poderes, os gastos com os inativos de 2010, de R\$ 6,236 bilhões, recuaram para R\$ 2,730 bilhões. (...) O governo Fernando Pimentel manteve a metodologia subestimadora dos gastos de pessoal, herdada dos tucanos, e fechou 2017 com lançamento de apenas R\$ R\$ 5,627 bilhões de gastos com os inativos, no Poder Executivo, e, no consolidado dos Três Poderes, com gastos de R\$ 6,365 bilhões. Resultado disso, que os limites de gastos de pessoal ficaram próximo os limites legais: de 49,99% no Poder Executivo e de 59,76% nos Três Poderes. Como Fernando Pimentel perdeu a reeleição, as estatísticas fiscais de 2018 foram fechadas no governo Romeu Zema, que passou a adotar os critérios da Secretaria do Tesouro Nacional, como faz administrações petistas como de Contagem e de outras cidades. Com isso os gastos com os inativos dispararam com os ajustes contábeis: foram de R\$ 15,809 bilhões, no Poder Executivo e de R\$ 16,594 bilhões no consolidado dos Três Poderes. Veja só: os gastos com inativos dos Três Poderes de R\$ 6,365 bilhões saltaram para R\$ 16,594 bilhões em 2018; é esta diferença de R\$ 10,229 bilhões para menos nas despesas com inativos é que explica, em grande medida, a enorme crise do governo Fernando Pimentel. (...) Por isso é que afirmo: o PT Minas comete um enorme erro em continuar negando a crise financeira de nosso Estado; precisamos reconhecer a gravidade da situação de Minas Gerais e aproveitar a presença de Lula no governo federal para implementar um plano de resgate de nosso Estado sem privatizações e sem destruição dos serviços públicos.

TABELA 2 - MINAS GERAIS – CRESCIMENTO DA RECEITA E INFLAÇÃO EM PERÍODOS DE GOVERNO

Governo	Período	Crescimento receita - %	Inflação – percentual acumulado
Aécio Neves	2003 a 2010	176,67%	56,68%
Antônio Anastasia	2011 a 2014	43,59%	27,03%
Fernando Pimentel	2015 a 2018	18,26%	26,63%
Romeu Zema	2019 a 2022	62,22%	26,92%

Fonte: Secretaria da Fazenda MG / Banco Central

TABELA 3 - MINAS GERAIS – GASTOS DE PESSOAL ENQUANTO PERCENTUAL DA RECEITA

Ano	Gastos Poder Executivo - % Receita	Gastos Três Poderes - % da receita
2010	48,61%	57,69%
2011	38,85%	47,57%
2014	43,49%	52,94%
2015	47,91%	57,32%
2017	49,99%	59,76%
2018	66,65%	76,48%
2022	48,44%	57,03%

Fonte: Secretaria da Fazenda MG

NARRATIVA SINDICAL É IMPORTANTE E MERECE RESPEITO, MAS ELA É LIMITADA PARA SE COMPREENDER MAIS AMPLAMENTE OS GOVERNOS.

Grandes líderes da esquerda, como Lula, em Brasília, e Marília Campos, em Contagem, foram lideranças sindicais expressivas nas grandes lutas sociais nas décadas de 1970, 1980 e 1990, e mais tarde assumiram posições de destaque no plano político institucional: Lula na presidência e Marília na Prefeitura de Contagem. Esta é a dialética da esquerda: pressiona, de baixo para cima, nos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, governa com muitos limites políticos e financeiros. É oposição e é governo a um só tempo. É muito complicado, mas a vida é assim. Certa vez escrevi sobre a trajetória de nossa prefeita: “Marília fez uma transição muito interessante de sindicalista para o cargo de prefeita de Contagem; uma trajetória muito parecida com a de Lula. Foi sindicalista e presidenta do Sindicato dos Bancários e depois ocupou por duas vezes o mandato executivo, como prefeita de Contagem e, agora, foi eleita para um terceiro mandato. Um balanço indica claramente que os movimentos sociais, em geral, são mais radicais, mas também, por representarem interesses concretos de segmentos da sociedade, são mais corporativos; já no Poder Executivo, os administradores de esquerda, em geral, são mais moderados, mas, tendo que atender demandas de toda a sociedade, são também mais universais. Marília se dedicou com muita garra à luta dos bancários por melhorias salariais, emprego e por planos de saúde e de Previdência, auxílio-alimentação e creche; mas na Prefeitura teve que avançar para uma

visão mais universal, para atender demandas de saúde, educação, urbanização de toda a população. Ou seja, Marília, como Lula, era mais radical como sindicalista. Como prefeita, ela é mais moderada mas também é uma líder política mais universal”.

A narrativa sindical, como não poderia ser diferente, depois de elaborada a pauta de reivindicações, sustenta na campanha salarial que o “patrão” tem todas as condições de atender ao que está sendo pedido. No setor privado, a avaliação da situação do “patrão” tem uma dimensão mais econômica; mas no setor público a avaliação da situação do “patrão público” assume uma dimensão claramente política. Ou seja, o sindicalismo do setor público acaba, queira ou não, emitindo uma opinião política da situação econômica financeira de um município, de um Estado ou da União. Minas Gerais é um Estado em moratória judicial há quatro anos, deixou de pagar R\$ 36 bilhões de dívidas, o que fez o valor da dívida disparar de R\$ 113 bilhões para R\$ 159 bilhões, mas Romeu Zema afirma que “Minas está com as finanças arrumadas”, avaliação que é apoiada por todo o grande empresariado do Estado. Na luta pelo atendimento das reivindicações de sua base social, o PT Minas, acaba reforçando a narrativa de Romeu Zema de que nosso Estado está com as “finanças equilibradas”. O sindicalismo que luta bravamente pela reposição das perdas salariais não pode dar destaque à moratória da dívida; não pode afirmar que durante alguns anos nosso Estado esteve com gastos de pessoal muito acima dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal porque isso praticamente inviabilizava as lutas do último período. Ou seja, o que temos em Minas, e não é de hoje, todos negando a crise financeira do Estado; nós da esquerda agimos assim no governo e continuamos com esta prática na oposição. Refirmamos mais uma vez: Minas está quebrada, precisa de um “Plano de resgate” e é preciso aproveitar a presença de Lula na Presidência para que tenhamos um Regime de Recuperação Fiscal – RRF, sem privatizações e sem destruição dos serviços públicos.

ESTRATÉGIA ERRADA DE OPOSIÇÃO A ROMEU ZEMA RESPINGA NOS GOVERNOS PETISTAS, COMO NO CASO DE MARÍLIA CAMPOS, EM CONTAGEM. Todos sabemos que a disputa política mais dura se dá na Região Metropolitana de Belo Horizonte, região onde está a sede do governo mineiro, as sedes dos demais Poderes – Legislativo e Judiciário, os principais órgãos de imprensa e as sedes dos sindicatos e dos partidos políticos. Em grande parte do interior, a política se dá de forma mais pragmática, principalmente através de cargos públicos, emendas parlamentares. A estratégia errada do PT Minas tem respingado fortemente em Contagem, na Grande BH, onde a prefeita Marília Campos tem sido atacada por parte da militância de esquerda, com o silêncio quase absoluto as principais lideranças partidárias.(...) Veja a questão do piso salarial do magistério. Existe, de fato, uma legislação estadual (Emenda Constitucional 97/2018), que manda pagar o “piso cheio” de R\$ 4.420,55 para uma jornada de 24 horas no Estado. Está na EC 97/2018: “O vencimento inicial das carreiras dos profissionais de magistério da educação básica não será inferior ao valor integral vigente, com as atualizações, do piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica”. Verdade que Marília Campos era deputada em 2018 e votou favorável a esta Emenda Constitucional, já que o governador Fernando Pimentel não questionou a PEC, que tinha vício de origem (reajustes salariais são de iniciativa do governante e não de deputados). Isto significa que o petista chancelou o apoio a iniciativa parlamentar.

Existe, de fato, uma legislação em Minas Gerais que dá base para a defesa do piso do magistério

para jornadas reduzidas em relação às 40 horas. Mas a narrativa do PT Minas não se fixa na defesa do cumprimento da legislação estadual, mas no falso argumento de que na legislação nacional não existiria a previsão do “piso proporcional”. (...) Muitos petistas de Contagem e da Grande Belo Horizonte acolhem esta narrativa do PT Minas e equiparam todos os governantes que não pagam o piso integral para qualquer jornada. Nesta narrativa, Romeu Zema e Marília Campos são tratados como iguais, mesmo o Estado pagando apenas R\$ 2.350,49 para uma jornada de 24 horas e a Prefeitura de Contagem pagando R\$ 3.491,00 para uma jornada de 22,5 horas. (...) E mais: o PT Minas faz campanha pelo pagamento do rateio do Fundeb, mas sem deixar claro que este rateio deve ser feito pelos governos que pagam piores salários aos professores e não cumprem o gasto mínimo de 70% do Fundeb com o magistério. Como Contagem já gasta quase 90% do Fundeb com os professores, a narrativa do PT Minas respinga na Marília porque ela não faz o rateio do Fundo. Tem casos de prefeituras, como de Belo Horizonte, que, mesmo cumprindo os 70% do Fundeb com salários de professores, optam pelo “rateio do Fundeb” como forma de desvincular os servidores; ou seja, paga-se o abono em parcela única e não repassa ganhos reais para a carreira dos servidores e nem para aposentados e pensionistas. Já a prefeita Marília Campos concedeu reajuste de 38% em 2022, com repasse para a carreira da ativa e para aposentados e pensionistas; mas porque não paga o “rateio do Fundeb” nem o “piso cheio” para 22,5 horas semanais, é criticada por petistas porque não estaria cumprindo a legislação. Inacreditável: temos a melhor política para o magistério e ainda somos vítimas do “fogo amigo”. (...) Impressionante os efeitos desastrosos da posição do PT Minas nas nossas próprias bases políticas.

O que queremos é que o PT Minas faça a defesa do governo Marília Campos na questão do piso do magistério. De fato, a lei do piso salarial do magistério tem uma redação muito flexível e isto é uma grande fonte de polêmica: a) esta lei prevê o piso para “até” 40 horas: “O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 horas semanais”; b) mas a lei federal prevê sim o piso proporcional: “Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no caput deste artigo”. (...) É absolutamente óbvia a situação de Minas: se a lei nacional não acolhesse o “piso proporcional” não precisaria ter uma legislação estadual, uma emenda constitucional, prevendo o “piso cheio” para a jornada de 24 horas. O deputado federal Rogério Correia, autor da legislação estadual, lançou luz neste debate, em contato conosco, expressou o apoio à prefeita Marília Campos: “Contagem a jornada é 22 horas se não me engano. E na legislação local não tem obrigatoriedade de pagamento de piso nesta jornada, diferente do Zema onde temos a jornada de 24 horas em lei e constituição. Além disto a Marília deu bons reajustes, diferente do Zema. Igualar não é justo e nem boa política”. Queremos também que o PT Minas fixe uma política clara para o Fundeb: a) obrigatoriedade de rateio é para governos que não gastaram os 70% do Fundeb com os salários dos professores; b) não utilização do Fundeb para desvincular os salários dos professores da ativa e dos aposentados e pensionistas. Queremos que outras lideranças do PT Minas também se posicionem em relação ao governo Marília Campos.

Fizemos uma pesquisa, com bases em dois artigos do UOL e da CUT nacional, e ficou claro que a realidade nacional é de jornada de 40 horas para o magistério. Em duas tabelas mostramos: dos 21 estados pesquisados apenas três têm jornadas reduzidas e das 24 capitais pesquisadas apenas seis

também têm jornada de trabalho do magistério inferior às 40 horas semanais. Os valores melhores do piso do magistério são praticados em Estados para jornada “de” 40 horas semanais: Mato Grosso do Sul, Maranhão, Roraima, Ceará, dentre outros. Já nas capitais, os melhores pisos do magistério são praticados em Brasília, Cuiabá, Rio Janeiro, São Paulo e outras cidades, todas com jornadas de 40 horas semanais. E dentre as cidades que pagam o piso proporcional, Contagem tem um dos melhores pisos do Brasil; na proporcionalidade inversa de 22,5 horas para 40 horas semanais, o piso de Contagem é de R\$ 6.200,00. (...) A CUT Nacional fez uma longa reportagem intitulada “Confira os 10 estados e as 9 capitais que pagam salário acima do piso do magistério”, mostrando que estados e capitais, quase sempre, praticam jornada do magistério de 40 horas semanais, e trata as jornadas reduzidas, como a que temos em Contagem, de excepcionalidade. No texto se afirma: “Três capitais (Belo Horizonte, Campo Grande e Rio Branco), que trabalham com jornadas menores, pagam, proporcionalmente, mais que o piso nacional”. E quanto pagam estas cidades e com quais jornadas de trabalho? Segundo a CUT, Belo Horizonte tem salário de R\$ 3.047,92 para uma jornada de 22,5 horas semanais; Campo Grande pratica um piso de R\$ 2.330,83 para uma jornada de 20 horas; e Rio Branco paga R\$ 3.004,40 para uma jornada semanal de 25 horas. Nesta comparação da CUT, Contagem, governada pela petista Marília Campos, está bem posicionada no pagamento do piso do magistério pois paga um piso de R\$ 3.491,00 reais para uma jornada semanal de 22,5 horas, bem acima do piso proporcional para esta jornada de trabalho, que é de R\$ 2.486,56, e acima das três cidades referidas na reportagem da CUT.(...) O PT Minas tem todas as razões para se orgulhar do legado de Marília na educação em Contagem.

TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS (TCE) CONFIRMA QUE MARÍLIA RESPEITA O PISO DO MAGISTÉRIO.

No final de dezembro de 2021, o SindUte Contagem entrou com uma denúncia no Tribunal de Contas contra a prefeita Marília Campos, afirmando que “o município de Contagem não assegura o pagamento do Piso Salarial Nacional aos servidores do Magistério, descumprindo legislação federal”. (...) O Tribunal de Contas arquivou a denúncia do SindUte Contagem afirmando que, para as jornadas inferiores a 40 horas semanais, aplica-se a “proporcionalidade do valor do piso”, como prevê a Lei Federal 11.738/2008: “Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no caput deste artigo”. (...) Vejamos o caso do piso do magistério de 2023, de R\$ 4.420,55. A proporcionalidade em Contagem é calculada da seguinte forma: R\$ 4.420,55 dividido por 40 e multiplicado por 22,5. O valor do piso proporcional para Contagem é de R\$ 2.486,55. Marília paga o valor de R\$ 3.491,00, bem acima do piso do magistério proporcional.(...) Chega de sectarismo de comparar Marília com Romeu Zema! Romeu Zema paga um salário de apenas R\$ 2.350,49 para uma jornada de 24 horas semanais, valor inferior aos R\$ 2,652,00 do piso proporcional para os professores do estado de Minas Gerais. Marília paga em Contagem um salário para o magistério de R\$ 3.491,00 (jornada de 22,5 horas semanais), o que é 48% do piso estadual (jornada de 24 horas semanais). Nós, da esquerda, temos todas as razões para nos orgulharmos do legado de Marília na educação e de valorização dos servidores municipais.(...) O Sindicato, na denúncia ao TCE, pediu que se apurasse “possível prática de ilegalidade na gestão de recursos públicos cometida pela prefeita do Município de Contagem, Senhora Marília Aparecida Campos”. Ou seja, denunciaram Marília no TCE, deram um tiro no pé e agora querem nos

responsabilizar pela decisão do próprio TCE, que eles acionaram. Alguém me explica uma postura destas?

BALANÇO DA POLÍTICA DO PISO DO MAGISTÉRIO E SUGESTÕES, FRENTE ÀS CONTROVÉRSIAS POLÍTICAS E JURÍDICAS, DE UMA NOVA LEGISLAÇÃO PARA O PISO SALARIAL.

A Lei 11.738/2008 fixou o piso do magistério originalmente em R\$ 950,00 e adotou a forma de reajuste seguinte: “A atualização será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei 11.494/2007”. Como a receita sobe com a inflação e o crescimento real da economia, e o número de alunos está reduzindo devido à queda da natalidade (dados do último Censo mostram um crescimento populacional em forte queda), o reajuste do piso tem sido muito expressivo em valores nominais e reais.(...) Veja só: se o piso de R\$ 950,00, fixado em 2008 na lei do piso do magistério, tivesse tido somente a inflação seu valor seria, em 2022, de R\$ 2.172,00. Foi o reajuste real de 104% que o elevou para R\$ 4.420,55. Ou seja, sem os aumentos reais, o salário do magistério teria, hoje, um valor miserável de apenas R\$ 2.172,00 para uma jornada de “até” 40 horas semanais.(...) Vejamos o caso do piso do magistério proporcional de 24 horas semanais: em 2008, ele era de R\$ 570,00. Com um valor reajustado apenas pela inflação, seu valor seria hoje de R\$ 1.303,00. Com o reajuste real de R\$ 104%, seu valor hoje é de R\$ 2.658,00.(...) Como vimos, a lei do piso salarial, ainda que muito descumprida em todo o país, porque não prevê punição para municípios e estados que não a cumprirem, “forçou” politicamente para cima os salários do magistério, com o reajuste nominal de 365% e real, acima da inflação, de 104%. No caso do piso proporcional, como ele é calculado com base no piso integral, a recuperação do piso de 40 horas também alavancou o piso das demais jornadas de trabalho em todo o Brasil (30 horas, 24 horas ou 22,5 horas como em Contagem). E mais: como os aposentados e muitos pensionistas fizeram ou fazem jus à paridade de vencimentos (reajuste pelos mesmos índices da ativa), a Lei do piso retirou da miséria toda uma geração de professores e pensionistas que receberam salários miseráveis antes da lei do piso.

O piso do magistério no “vácuo jurídico”. Mais recentemente, a partir da nova legislação do Fundeb (EC 108/2020) e da Lei 14.113/2020), abriu-se uma espécie de vácuo jurídico na Lei do piso do magistério. Veja só: a Lei do piso salarial (11.738/2008), prevê a fórmula de reajuste do piso todo mês de janeiro: “A atualização de que trata o caput deste artigo será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007”. Acontece que a Lei 14.113/2020, que regulamentou a EC 108/2020, revogou a Lei 11.494/2007, onde se previa a fórmula de reajuste do piso salarial. Olha que confusão: a Lei do piso salarial não foi revogada, mas deixou de ter o critério para reajuste do piso; já a Emenda Constitucional do Fundeb (EC 108/2020) desconheceu a lei do piso existente e previu uma nova “lei específica disporá sobre o piso profissional nacional para os profissionais do magistério da educação básica pública”. É isso que está se chamando o vácuo jurídico do piso do magistério. Quem está falando do vácuo jurídico não é somente a Confederação Nacional dos Municípios (CNM). A Frente Nacional dos Prefeitos, presidida pelo prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, do PCdoB, que reúne os prefeitos

e prefeituras das grandes cidades, como Contagem, orientou os associados: “Em função do flagrante vácuo normativo relativo aos critérios do reajuste do piso do magistério e da inconstitucionalidade da Portaria 67/2022, do Ministério da Educação, cada município deverá exercer sua autonomia de Ente federado. Assim, poderá optar por conceder reajuste, sob qualquer índice, de acordo com o cenário financeiro e a legislação local, respeitando os limites de despesas com pessoal impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal”.

Uma nova legislação para o piso do magistério, mas sem retrocessos. Acho que o governo Lula deveria abrir um debate com prefeitos, governadores e entidades do magistério, sobre uma nova política para o piso do magistério. Considerando a inviabilidade de manutenção de elevados aumentos reais do piso do magistério nos próximos anos, considerando mais recentemente o vácuo jurídico que se criou, sugerimos ao governo Lula, que abra um debate com os prefeitos e prefeituras e entidades dos professores, tendo como referência para o debate: a) uma nova legislação que fixe o piso nos valores atuais de R\$ 4.420,55 para jornada “de” 40 horas semanais e piso proporcional para as demais jornadas; o que seria um avanço enorme porque inclui os reajustes de 2021 e 2022, que estão sendo questionados judicialmente pelas entidades de prefeitos e prefeituras; b) apoio da União para municípios que têm dificuldades comprovadas de cumprir o valor do piso salarial; c) que seja fixada uma regra de reajuste daqui em diante mais compatível com o aumento das receitas municipais, podendo ser, por exemplo, o crescimento da receita do próprio Fundeb; d) garantias legais que o piso será cumprido por todos os municípios daqui em diante.

PT MINAS PRECISA DEFENDER O GOVERNO MARÍLIA CAMPOS DO “FOGO AMIGO”. O

que o PT Minas está esperando para defender o governo Marília Campos? Marília tem um governo muito interessante e popular: a) repassou todos os aumentos de receita para os gastos de pessoal, retomou os concursos públicos e valoriza os servidores; Marília nunca praticou o “austericídio fiscal”; b) paga um dos melhores pisos do magistério de Minas, R\$ 800,00 acima do piso proporcional conforme previsto em lei federal, que diz para quem quiser ler: “Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no caput deste artigo”; c) Marília reverteu a terceirização / privatização dos serviços públicos e trouxe de volta para o município na saúde: o Hospital, Maternidade e as cinco UPAS; rompeu um contrato milionário na gestão escolar e na cobrança da dívida ativa; d) Marília coordena uma enorme participação popular na cidade, com assembleias, comissões de obras, conselhos; e) a cidade tem com Marília uma linda vida comunitária, com as praças e parques com milhares de pessoas em atividades de cultura, lazer e esportes; f) Marília tem um compromisso histórico com a defesa do meio ambiente, com a defesa de Vargem das Flores, da área rural da cidade no Plano Diretor e luta contra o traçado antiambientalista do Rodoanel; g) Contagem tem cotas nos serviços públicos, o que garantiu 624 vagas para negros e negras nos concursos públicos e processos seletivos; h) Contagem gerou, em dois anos, 18.410 empregos de carteira assinada e é a terceira maior economia municipal de Minas; i) Contagem tem uma situação financeira invejável: receitas de R\$2,600 bilhões, sendo 42% de receitas arrecadadas no próprio município; dívida líquida de apenas 2% da receita; despesas sob controle, sem arrochar os servidores; e o maior plano de investimentos da história da cidade de R\$ 1,2 bilhão em quatro anos; ou seja, temos um projeto social e desenvolvimentista; j) Marília realiza grandes avanços na saúde, com construção de duas UPAS e fez uma grandiosa campanha de vacinação contra a covid-19, que

foi destaque em Minas e no Brasil; j) na segurança, os crimes violentos recuaram 42% em dois anos, de 4.783 para 2.922; l) Marília, como prefeita, tem salário de R\$ 24.420,00, um salário realista para uma grande cidade como Contagem, pouco mais da metade dos R\$ 42.000,00 de um deputado federal; e Marília divulga, mensalmente, seu contracheque nas redes sociais, com o salário e sem nenhum penduricalho.(...) É muito fácil defender o governo Marília Campos, que tem incríveis 81% de aprovação popular. Difícil é ser “isento” ou “isenta” e se omitir diante de tantos ataques que vem sofrendo a Marília. Difícil, constrangedora, é a vida dos sectários de esquerda, que igualam Marília a Romeu Zema, que são obrigados a negar tantas conquistas em Contagem e a esconder, vergonhosamente, o massacre do governador sobre os servidores estaduais e o desmonte dos serviços públicos.

II-DIAGNÓSTICOS APONTAM QUESTÕES DE DIFÍCIL SOLUÇÃO NA CRISE FINANCEIRA DE MINAS GERAIS

A FALÊNCIA DE MINAS GERAIS SE DEVE A DIVERSOS FATORES; SOMENTE UM MIX DE POLÍTICAS ECONÔMICAS IRÁ RESOLVÊ-LA. Na questão financeira do Estado é preciso reconhecer que não é possível explicar a crise de Minas por apenas um único motivo. A crise é resultado, dentre outros, dos seguintes aspectos: a) a recessão econômica e o baixo crescimento dilaceraram as receitas do Estado; b) a perda de peso do ICMS, principal imposto estadual, com a redução do peso da indústria no PIB e o fortalecimento do setor de serviços c) Minas Gerais perdeu demais com a Lei Kandir, que desonerou as exportações, prejudicando as receitas de estados mais exportadores como o nosso; d) mais recentemente no governo Jair Bolsonaro, Minas perdeu receitas muito importantes com a desoneração imposta que reduziu o ICMS de alguns itens de 27% a 31% para 18%; e) a dívida do Estado entrou em uma trajetória explosiva porque teve uma correção monetária pelo IGP-DI, muito acima da inflação oficial do IPCA, mais juros reais estratosféricos de 7,5% ao ano; os novos indexadores a partir de 2014 continuaram muito altos; f) Minas Gerais, como todos os estados, perdeu muito com a centralização tributária de FHC na década de 1990, que cresceu a carga tributária nas contribuições sociais, que não são repartidas com estados e municípios; g) Minas Gerais é a terceira economia do Brasil, mas tem apenas o 10º PIB per capita, e cai para 19ª posição na receita per capita, ou seja, Minas é o “primo pobre” do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, mas tem carências sociais enormes para serem atendidas; h) nosso Estado é o campeão brasileiro em número de municípios, são 853 no total, com população média de 24.606 pessoas, o que dispersa e encarece muito os serviços públicos estaduais; i) Minas Gerais faz poucos concursos públicos, tem déficit enorme de servidores efetivos, que são os contribuintes da previdência estadual, e tem grande contingente de servidores “temporários” e comissionados, que são contribuintes do INSS, além da despesa do Estado com a contribuição patronal; mas a maior ameaça é a exigência de capitalização da previdência, que tem efeitos explosivos nas finanças estaduais; j) existiram de fato, no passado, graves distorções no serviço público, que nada têm a ver com os direitos dos servidores: a aposentadoria era integral sem nenhuma carência no serviço público, o que garantia a integralidade da remuneração para pessoas com pouquíssimo tempo de serviço público, ainda mais durante longo período que não se exigia concurso para ingresso no serviço público, o que era de fato insustentável; na Constituição mineira foi inserido um artigo (que acabou sendo revogado) garantindo a contagem de tempo priva-

do para fins de aposentadoria, o que é correto, mas o artigo garantiu a contagem do tempo privado também para fins de quinquênios, o que é insustentável; durante muito tempo, a legislação mineira garantiu o “apostilamento”, assegurando ao servidor ocupante de cargo político a continuidade da remuneração de chefia e assessoramento depois do retorno ao cargo de origem; l) no Estado estão as duas mais numerosas categorias que têm direito a aposentadoria especial (professores e militares). Esses servidores merecem continuar se aposentando mais cedo, mas é preciso garantir um esforço fiscal para fazer frente a esta despesa previdenciária com a aposentadoria especial.(...) Já tratamos neste estudo de alguns temas deste diagnóstico, como a desoneração recente do ICMS; trataremos a seguir de outros temas importantes; afinal de contas, quem erra nos diagnósticos quase nunca acerta nas propostas.

JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA MUITO ELEVADOS FIZERAM A DÍVIDA DE MINAS GERAIS SE TORNAR IMPAGÁVEL.

No final da década de 1990, em 1996 e 1997, a dívida de Estados e municípios foi federalizada; comprometeu-se, como contrapartida, a controlar os gastos e equilibrar as contas públicas, deixar de emitir qualquer de título de dívida pública e vincular o pagamento das parcelas devidas ao limite máximo de 13,0% das receitas líquidas. A correção da dívida foi fixada com indexadores que fizeram as dívidas, sobretudo dos grandes devedores, ficarem impagáveis: IGP-DI, índice muito vinculado aos preços no atacado, que sempre subiu muito mais do que o IPCA, e mais juros reais de 6%, 7,5% e 9%, que variaram de acordo com a adesão de cada ente público a um programa de privatização; Minas ficou com juros reais de 7,5%. Veja só o IPCA em comparação com o IGP-DI de 1998 a 2014, período em que foi o IGP-DI o indexador da dívida de Minas Gerais e dos demais Estados. Nestes 17 anos temos os seguintes números acumulados: IGP-DI com 280,96% e IPCA com 183,02%. Portanto, índice como o IGP-DI mais juros de 7,5% ao ano simplesmente transformaram a dívida de Minas em algo impagável. É preciso dizer que o impacto da correção da dívida é quanto maior era o endividamento, e, neste sentido, a correção prejudicou os quatro estados mais endividados: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Pois bem, há poucos anos o economista do PSDB, Luiz Carlos Mendonça de Barros, lançou luz ao debate do endividamento dos Estados. Em artigo publicado na Folha, do dia 03/04/2015, denominado “As consequências de um erro”, o economista do PSDB elogia o processo de federalização das dívidas de Estados e municípios, mas reconhece que os juros definidos “foram elevados demais” e isto fez com os “saldos da dívida crescessem de forma insuportável”. Veja passagens do artigo do economista tucano: “Como tive uma participação relevante nas negociações que levaram à federalização das dívidas financeiras de quase todos os Estados brasileiros – e de alguns municípios– em 1996, creio ser minha responsabilidade trazer ao leitor da Folha alguns fatos que ficaram perdidos nestes quase 20 anos já passados”. (...) “Mas, por um erro cometido pelo Ministério da Fazenda, os juros cobrados na renegociação foram elevados demais, o que fez com que os saldos devedores das novas dívidas, mesmo com os pagamentos anuais realizados, crescessem de forma insuportável”. (...) “Por isso a questão da renegociação das condições pactuadas em 1997 passou a fazer parte das pautas de reivindicações da classe política já há alguns anos. Uma obra quase perfeita ficou assim maculada pela visão eminentemente financeira da equipe de Malan”.

Dívida de Minas Gerais foi renegociada no governo Dilma e teve desconto de R\$ 9,6 bilhões. Devido

ao forte crescimento da dívida dos Estados e municípios, no governo Dilma foi aprovada a Lei Complementar 148/2014 com a mudança da correção monetária e dos juros previstos no contrato original. Prevê esta lei: “A União adotará, nos contratos de refinanciamento de dívidas celebradas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios as seguintes condições: I - juros calculados e debitados mensalmente, à taxa nominal de 4% a.a. (quatro por cento ao ano) sobre o saldo devedor previamente atualizado; e II - atualização monetária calculada mensalmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo. Os encargos de que trata o caput ficarão limitados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para os títulos federais. Para fins de aplicação da limitação referida no § 1o, será comparada mensalmente a variação acumulada do IPCA + 4% a.a. (quatro por cento ao ano) com a variação acumulada da taxa Selic”.(...) A lei previu ainda: “A União concederá descontos sobre os saldos devedores dos contratos referidos, em valor correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente em 1o de janeiro de 2013 e aquele apurado utilizando-se a variação acumulada da taxa Selic desde a assinatura dos respectivos contratos, observadas todas as ocorrências que impactaram o saldo devedor no período”. Com isso, Minas Gerais obteve um desconto de R\$ 9,6 bilhões em seu saldo devedor.(...) Veja que coisa incrível: se a dívida corrigida era superior ao seu valor original corrigida pela SELIC confirmou-se o que muitos diziam, ou seja, estados e municípios é que financiavam a União pagando juros e correção monetária superiores ao custo de captação do governo federal expresso na Selic. Mesmo com o desconto, a dívida de Minas continuou muito elevada porque a taxa de juros Selic foi no Brasil, nas últimas duas décadas, muito acima dos patamares de juros no mundo e a outra forma de correção – IPCA mais 4% ao ano – é também muito elevada.

O MELHOR AJUSTE FISCAL É O CRESCIMENTO ECONÔMICO; O BAIXO CRESCIMENTO PREJUDICA MAIS OS ESTADOS MAIS DESAJUSTADOS, COMO MINAS GERAIS. Um novo plano de desenvolvimento para o Brasil e Minas Gerais. Veja, de forma impressionante, as repercussões dos ciclos econômicos sobre as finanças de Minas Gerais. Quando o Brasil cresceu, como no governo Lula, Minas também cresceu e melhorou as finanças públicas. Mais recentemente, com os governos ultraliberais, a taxa de crescimento do Brasil foi pequena, Minas também cresceu pouco e as finanças públicas se desorganizaram. Veja a **tabela 4** e veja também, a seguir, as repercussões, por governo estadual, nas finanças estaduais. (...) De 2002 a 2010, com um grande crescimento econômico (média de 3,91%), a receita do estado cresceu 176,67% e, considerando a inflação acumulada no período de 56,68%, o aumento real da receita estadual foi de espetaculares 77%. Podemos dizer mesmo que quem viabilizou o PSDB mineiro durante 12 anos no poder em Minas Gerais foi o governo Lula com um grande crescimento do Brasil e com o forte crescimento econômico e financeiro de nosso Estado.(...) Nos anos de 2011 a 2014, com a economia em desaceleração (média de 1,40%), a receita estadual cresceu 44% e, sendo que a inflação no período foi de 27%, o que significou um aumento real da receita de apenas 13,40%.(...) A melhoria da situação fiscal de Minas nos governos tucanos, entre 2002 e 2014, pode ser expressa nos seguintes indicadores: a) a dívida consolidada enquanto proporção da receita corrente líquida caiu de 261,73% para 196,73%; b) já a dívida consolidada líquida enquanto percentual da receita corrente líquida caiu de 242,80%

para 178,97%, e ao cair abaixo de 200%, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, possibilitou que o Estado buscasse no mercado financeiro, novos empréstimos para obras. (...) No período de 2015 a 2018, com a forte recessão da economia (índice médio de -0,83%), a receita estadual apresentou crescimento nominal inexpressivo de 18,26%, o que não cobriu sequer a inflação do período de 26,63%; ou seja, Fernando Pimentel enfrentou uma “tempestade perfeita”, com receitas com crescimento real negativo e atraso de pagamentos de servidores, fornecedores, e municípios; já as dívidas consolidada e consolidada líquida se mantiveram estáveis, porque juros e amortizações foram pagos de 2015 até o final de 2018, e passaram de 196,73% e 178,97% para, respectivamente, 202% e 189,03%. (...) Já nos quatro anos do governo Romeu Zema, o crescimento econômico foi medíocre (média de 1,35%), mas a receita estadual cresceu expressivos 62,2%, impulsionada muito pela inflação, em especial de produtos com grande peso no ICMS, como os combustíveis, percentual bem acima da inflação média de 26,92% no período. Com isso a dívida pública teve um recuo, enquanto proporção da receita corrente, de 202% para 174,23% e a dívida consolidada líquida passou de 189,03% para 156,93%. Ou seja, o “imposto inflacionário” não fez a dívida recuar enquanto percentual da receita de forma mais expressiva porque ela disparou com a moratória concedida pelo STF, através de liminares. (...) Como se vê, o crescimento econômico, com o crescimento das receitas públicas é o melhor ajuste fiscal.

TABELA 4 - MINAS GERAIS E OS CICLOS ECONÔMICOS DOS GOVERNOS ESTADUAIS – 2003 A 2022

Governo estadual	Período	Governo federal	Taxa média do crescimento do PIB de Minas
Aécio Neves	2003 a 2010	Lula	3,91%
Antônio Anastasia	2011 a 2014	Dilma	1,40%
Fernando Pimentel	2015 a 2018	Dilma (2015), Temer (2016 a 2018)	-0,83
Romeu Zema	2019 a 2022	Bolsonaro	1,35%

Fonte: IBGE / Fundação João Pinheiro

PERDAS DA LEI KANDIR SUPERAM A DÍVIDA DE MINAS GERAIS; É PRECISO REDISCUTIR A ISENÇÃO FISCAL DAS EXPORTAÇÕES, ESPECIALMENTE DO SETOR MINERAL.

Como vimos neste estudo, Minas Gerais é um estado exportador: teve, em 2021, participação de 13,6% nas exportações brasileiras, o que representou quase 5% a mais da participação do estado no PIB nacional de 8,8%. Por isso mesmo, Minas foi um dos estados que mais perdeu com a Lei Kandir, que isentou o ICMS sobre produtos de exportação. O valor das perdas, estimado por uma comissão extraordinária da Assembleia Legislativa, chega a R\$ 135 bilhões no período de 2002 a 2015, montante bem superior a dívida estadual naquela data. (...) O documento da Assembleia de Minas conclui com informações sobre as perdas de Minas com a Lei Kandir e a proposta de encontro de

contas do Estado e a União: “Quanto às perdas líquidas provenientes da desoneração do ICMS para o Estado de Minas Gerais, segundo informações do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – o valor total não compensado, de 1996 até 2015, chega a R\$ 135,67 bilhões, montante este atualizado pela taxa Selic acumulada no período.(...) Desde a promulgação da Lei Kandir, há 21 anos, as perdas dos estados acumularam-se em valores exorbitantes e vêm prejudicando a capacidade de cumprimento das atividades estaduais. A lei resultou na concentração de recursos da União e, simultaneamente, no enfraquecimento dos estados, Distrito Federal e dos municípios, penalizando o cidadão. Houve, assim, um claro rompimento do pacto federativo brasileiro, pedra de toque da Constituição da República de 1988.(...) Observa-se a partir dos dados apresentados que o crédito de ICMS que Estado tem com a União, relativo à compensação das desonerações desse imposto, totaliza aproximadamente R\$ 135,7 bilhões corrigidos a preços de dezembro de 2016; já o saldo da dívida do Estado com o governo federal totaliza R\$ 87,2 bilhões, também corrigidos a preços da mesma data. Dessa forma, após o referido encontro de contas, Minas Gerais permanecerá credora de R\$ 48,5 bilhões, valor este que propomos seja investido pela União em obras de infraestrutura no Estado para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos mineiros”.

Privatização e isenção fiscal promoveram uma brutal transferência da riqueza mineral para o setor privado. A versão que a Vale privada conseguiu a façanha de transformar a “sucata” estatal brasileira na maior empresa privada do país pelo brilhantismo da gestão privada, é simplesmente ridícula. Alguém já disse que “mentira tem pernas curtas” e a própria mídia e a Vale se desmentem. Cruzamos informações do articulista Vinicius Torres Freire, do jornal Folha de S.Paulo, com uma publicação da Vale. Veja a análise do articulista, realizada em 2008, sobre a valorização do minério de ferro: “Desde que começou o boom do ferro e de outras commodities, em 2003, o preço do minério subiu 284% até 2007. Com o reajuste deste ano, o segundo maior da história, o aumento vai a 469%. O motivo do boom, arquiconhecido, é a explosão do complexo China-Ásia. Os chineses produzem um terço do aço mundial, e, na última década, foram responsáveis por 65% do aumento da produção mundial de aço”. Agora vejam os números divulgados pela Vale sobre a sua produção e lucratividade no período do boom do minério. No período de 2003 a 2008, a produção de minério de ferro, principal produto da empresa, aumentou 60%, passando de 188,3 para 301,6 milhões de toneladas métricas. O lucro da Vale, com a explosão dos preços no mercado internacional, subiu, no mesmo período, 753%, passando de US\$ 1,548 bilhões em 2003, para US\$ 13,218 bilhões em 2008.(...) Agora, veja os números do setor mineral no recente boom das commodities minerais em 2021. O Jornal do Comércio, de Belo Horizonte, informou sobre as exportações de minerais de Minas Gerais nos anos de 2020 e 2021: “Em termos de produtos, as commodities minerais ou agrícolas continuaram liderando as exportações de Minas Gerais. As remessas de minério de ferro ao exterior em 2021 somaram US\$ 18,1 bilhões, praticamente o dobro (84,6%) dos valores de 2020 (US\$ 9,8 bilhões). Em volume, os embarques de minério a partir de Minas Gerais avançaram 15% no exercício passado sobre o ano anterior. Ao todo foram 146 milhões de toneladas no ano passado e 126 milhões de toneladas em 2020”. Veja só: os embarques de minérios cresceram 15% e os valores que os exportadores conseguiram cresceram 84,6%.(...) Assim, os números indicam claramente que a lucratividade do setor mineral, em particular da Vale, está ligada, acima de tudo, ao comportamento da economia internacional (aumentos do consumo e principalmente dos preços), e não à suposta genialidade de seus dirigentes e controladores. Como os preços das commodities são dolarizados, todas as vendas

ao mercado interno também rendem lucros excepcionais para o setor privado. Isso confirma aquilo que dizemos: a privatização da Vale e a isenção de ICMS transferiu de forma brutal as riquezas minerais do Brasil e de nosso Estado para o setor privado. Além dos problemas ambientais, a mineração tem reflexos dramáticos no campo socioeconômico, já que o Estado não recebe dividendos como acionista e nem impostos na exportação, ou seja, pouco da riqueza mineral tem apropriação pública; e o setor mineral nem mesmo é um grande gerador de empregos.

Lei Kandir não foi aprovada para acabar com a “exportação de impostos”, mas para minimizar as perdas dramáticas do Brasil com a paridade cambial. O principal argumento para a aprovação da Lei Kandir era a necessidade de o Brasil deixar de “exportar impostos” para se tornar mais competitivo no comércio mundial. Isto não é verdade. A Lei Kandir foi mais uma medida imediata, uma “gambiarra” para diminuir o impacto da paridade cambial do Plano Real (R\$ 1 = a US\$ 1) nas exportações do nosso país; o Brasil exportava “câmbio valorizado”. O Plano Real foi, de fato, importante no fim da hiperinflação em nosso país, mas teve consequências em outras áreas, sobretudo nas contas externas do país, devido à manutenção da paridade cambial por tempo muito longo. A paridade cambial destroçou nossas exportações, já que com o Real muito valorizado, exportar ficou muito caro e importar ficou muito barato. Veja a **tabela 5**. O Brasil teve saldo comercial ininterrupto de 1984 a 1994; teve déficits na balança comercial no período da paridade cambial, de 1995 a 1998; teve uma redução do déficit com o fim da paridade cambial e retomou os saldos comerciais positivos a partir de 2001. Como se vê, a Lei Kandir, de 1996, não teve nenhum impacto na melhoria das exportações de nosso país; nossa balança comercial só se tornou positiva depois do Plano Real, quando o Brasil deixou de “exportar câmbio valorizado”, com o fim da paridade cambial em 1999. No processo de aprovação da Lei Kandir, existia um debate de desonerar somente as exportações de produtos de maior valor agregado, para tornar o Brasil mais competitivo no comércio internacional, mas prevaleceu a proposta de isenção ampla, incluindo as exportações de commodities.

(...) Portanto, a privatização da Vale e isenção fiscal promoveram uma brutal transferência da riqueza mineral para o setor privado. Veja que escândalo: no ano de 2021, como vimos, as exportações de minério de ferro cresceram, em quantidade, apenas 15% e o faturamento subiu especulares 84,6%. Toda a riqueza do ciclo de commodities foi apropriado, mais uma vez, pelo setor privado, o que explica o lucro da Vale em 2021 de R\$ 121 bilhões. Por isso é preciso acabar com a isenção fiscal da mineração, sobretudo nos períodos de boom dos preços internacionais. E afinal de contas, os impostos sobre exportação são regulatórios e podem sim ser reduzidos ou até eliminados temporariamente se os preços internacionais das commodities estiverem muito baixos.

TABELA 5 - LEI KANDIR: EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA – EM US\$ BILHÕES	
Ano	Saldo comercial
1984	13,089
1985	12,485
1986	8,304
1987	11,173
1988	19,184
1989	16,119
1990	10,752
1991	10,579
1992	15,238
1993	13,298
1994	10,466
1995	-3,465
1996	-5,999
1997	-6,752
1998	-6,574
1999	-1,198
2000	-0,697
2001	2,650
2002	13,121
2003	24,793
2004	33,640
2005	44,702
2006	46,456

Fonte: BC / IPEA

MINAS GERAIS É A TERCEIRA MAIOR ECONOMIA NO RANKING DOS ESTADOS; MAS NA RECEITA PER CAPITA CAI PARA A 19ª COLOCAÇÃO. Em publicações anteriores sobre Minas Gerais, sempre afirmei que Minas ocupava a 3ª colocação do PIB no Brasil, mas que no PIB per capita nosso Estado ocupava apenas a 9ª colocação e isto, provavelmente, teria reflexos importantes na arrecadação per capita do Estado (arrecadação dividida pelo número de habitantes de nosso Estado). Agora, numa publicação do governo do Estado do Rio de Janeiro, tivemos acesso aos dados da **tabela 6**, que mostram uma situação muito preocupante: Minas Gerais, na receita per capita, desaba para a 19ª colocação nacional. Não temos informações para analisar porque Minas Gerais cai tanto no ranking dos Estados da receita per capita, ficando muito próximo dos Estados do Nordeste, que são os mais pobres do Brasil. Uma das hipóteses é o peso da Lei Kandir de desoneração do ICMS, que tem grande repercussão em um Estado exportador como Minas Gerais. De toda forma vale registrar que a receita per capita bem abaixo da média nacional impossibilita que nosso Estado, mesmo

quando governado pela esquerda, disponha de receitas suficientes para enfrentar as desigualdades regionais, a pobreza e extrema pobreza de uma parcela expressiva a população.

TABELA 6 - RECEITA PER CAPITA POR ESTADO (RECEITA DIVIDIDA PELO NÚMERO DE HABITANTES) – 2020

Estado	Receita per capita	Posição ranking Estados
Acre	6.375,70	4 ^a
Alagoas	3.001,45	21 ^a
Amazonas	3.911,84	9 ^a
Amapá	7.311,10	2 ^a
Bahia	2.536,91	25 ^a
Ceará	2.397,74	26 ^a
Distrito Federal	8.202,19	1 ^a
Espírito Santo	3.848,59	10 ^a
Goiás	3.700,46	13 ^a
Maranhão	2.293,15	27 ^a
Minas Gerais	3.315,02	19 ^a
Mato Grosso Sul	5.008,49	7 ^a
Mato Grosso	5.808,48	5 ^a
Pará	2.784,18	24 ^a
Paraíba	2.794,52	23 ^a
Pernambuco	2.832,49	22 ^a
Piauí	3.586,72	15 ^a
Paraná	3.494,98	17 ^a
Rio de Janeiro	3.426,09	18 ^a
Rio Grande do Norte	3.063,63	20 ^a
Rondônia	4.856,10	8 ^a
Roraima	6.868,30	3 ^a
Rio Grande do Sul	3.683,24	14 ^a
Santa Catarina	3.703,74	12 ^a
Sergipe	3.762,52	11 ^a
São Paulo	3.569,50	16 ^a
Tocantins	5.638,94	6 ^a

Fonte: SICONFI/STN E IBGE / Governo Rio de Janeiro

MINAS GERAIS É O CAMPEÃO NACIONAL EM NÚMERO DE MUNICÍPIOS; E ISTO TEM IMPACTO NO CUSTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. Minas Gerais, devido ao tamanho de sua área territorial e também em função dos interesses políticos locais, é o estado campeão brasileiro em número de municípios: são 853 ao todo, representando 51,2% dos existentes na região Sudeste e 15,5% dos existentes no Brasil. (...) A rede municipal mineira caracteriza-se pela existência de um

grande número de municípios com pequena população. Dados da Fundação João Pinheiro para 2020 estimam em 474 o número de municípios mineiros com menos de 10 mil habitantes, número que representa 55,6% do total. Nessas localidades vivem 2.552.241 pessoas, o que representa apenas 12% da população. Na outra ponta, são 13 as cidades mineiras com mais de 200 mil habitantes, representando 1,5% do total de municípios, mas onde vivem 7.185.218 pessoas, ou 33,7% da população total.(...) Demais cidades: são 20 as cidades com 100 a 200 mil habitantes, 2,3% do total, nas quais vivem 2.559.723 pessoas, ou 12% do total; são 39 as cidades mineiras com 50 a 100 mil moradores, 4,6% do total, onde vivem 2.820.505 pessoas, ou 13,2% do total. Já as cidades com 20 a 50 mil moradores são 119, ou 14%, nas quais vivem 3.549.745 pessoas, 16,7% do total; e, finalmente, são 188 (22%) as cidades com 10 a 20 mil moradores e nelas vivem 2.625.234 pessoas, ou 22% total de mineiros e mineiras.(...) Veja a comparação do número de cidades nos estados da região Sudeste. Minas Gerais tem 853 municípios, com população média, dados de 2016, de 24.606 habitantes; São Paulo tem 645 cidades, que tem população média de 69.370 moradores; Rio de Janeiro tem 92 municípios, com população média de 180.833 moradores; e o Espírito Santo tem 78 municípios, onde vivem, em média por cidade, 50.850 habitantes. Veja a **tabela 7**. (...) Essa enorme quantidade de municípios em Minas Gerais tem como resultado a inviabilidade financeira da maioria deles, que sobrevivem sem receitas próprias e completamente dependentes das transferências constitucionais e emendas parlamentares, bem como a enorme fragmentação da prestação dos serviços públicos à população. Em muitos municípios, a arrecadação própria não cobre nem mesmo o salário do prefeito.

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS, SEGUNDO TAMANHO DA POPULAÇÃO – 2020

Tamanho cidades	Número de municípios	Percentual de municípios	População	Percentual da população
Mais de 200 mil	13	1,5	7.185.218	33,7
De 100 a 200 mil	20	2,3	2.559.723	12,0
De 50 a 100 mil	39	4,6	2.820.505	13,2
De 20 a 50 mil	119	14,0	3.549.745	16,7
De 10 a 20 mil	188	22,0	2.625.234	12,3
Menos de 10 mil	474	55,6	2.552.241	12,0
Total	853	100,0	21.292.666	100,0

Fonte: IBGE

ICMS PERDE PESO, CAI DE 24% PARA 20% DA CARGA TRIBUTÁRIA, E AGRAVA DESEQUILÍBRIO NAS CONTAS ESTADUAIS; O IVA PODERÁ SER UMA SOLUÇÃO?

Estudo coordenado pelo economista José Roberto Afonso, vinculado ao PSDB, afirma textualmente: “A perda de espaço de ICMS certamente foi crucial e talvez o fator mais determinante para a crise estadual”. Informa o jornal Valor Econômico: “Nos últimos 30 anos a fatia do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na carga tributária caiu de 24% para 20% da carga tributária brasileira. A perda de espaço do imposto foi, do lado das receitas, fator determinante para o desequilíbrio

fiscal entre os entes federados, com perda para os Estados, que são os governos que arrecadam o imposto. A participação dos Estados na arrecadação direta caiu de 29,6% em 1990 para 27,1% em 2017. Sobre a receita disponível nacional, que contabiliza a arrecadação própria e as transferências compulsórias, a fatia dos Estados caiu de 27,6% para 25,2%. (...) O cenário só não foi pior para os Estados porque a redução de sua fatia foi mais do que compensada pelo aumento do bolo, já que no mesmo período a carga tributária subiu de 28,8% para 33,7% do PIB. Os dados constam de estudo de autoria dos economistas José Roberto Afonso, Melina Rocha Lukic e Kleber Pacheco de Castro. (...) Em 2018, diz Afonso, o ICMS talvez melhore um pouco sua posição relativa, mas isso será marginal. A perda de espaço de ICMS certamente foi crucial e talvez o fator mais determinante para a crise estadual”, diz o economista e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/ FGV). No campo das despesas, porém, pesou também na crise dos Estados o avanço dos gastos correntes, principalmente os de pessoal. A recuperação esperada para a demanda doméstica, salienta, não alterará a evolução do imposto. “O problema não é consumo, que é alto na economia brasileira, até porque investimento é baixo.” O quadro reflete, avalia Afonso, a obsolescência do ICMS e a necessidade de revisão da tributação sobre consumo no país, com radical transformação do ICMS rumo a um amplo e nacional Imposto sobre Valor Adicionado (IVA). (...) Afonso lembra que a principal base de cálculo do ICMS, que é o valor adicionado na indústria e na agricultura, tem tendência decrescente diante da economia moderna, enquanto os serviços, já majoritários e crescentes na formação do PIB, contribuem apenas indiretamente na arrecadação do imposto, por meio da tributação dos insumos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a participação dos serviços no PIB passou de 67,7% para 73,2% de 2000 a 2017. Em igual período, a fatia da indústria caiu de 26,7% para 21,5% do PIB. (...) Na era da revolução digital, destaca o estudo, as mercadorias cedem lugar a serviços, e os serviços são cada vez mais substituídos por negócios envolvendo direitos intangíveis. Por isso não há perspectiva de que o ICMS volte a ser o importante e grande imposto do sistema tributário nacional. (...) “Pior será o futuro. Vai acirrar cada vez mais a economia de bens intangíveis. A mercadoria será produzida pela impressora 3D dentro de casa. Como o ICMS alcançará o que nem circulou?”, questiona Afonso. Essa realidade econômica, aponta o estudo dos economistas, foi agravada pela decisão dos Estados em promover o desenvolvimento regional com concessão de incentivos, na chamada guerra fiscal de ICMS. O imposto, diz Afonso, se afasta cada vez mais de sua concepção como tributo sobre valor adicionado com a aplicação excessiva de instrumentos como a substituição tributária - quando a indústria antecipa o recolhimento do imposto devido nas etapas de comercialização seguintes - e o crescente acúmulo de créditos tributários. “As contradições nas quais está mergulhado revelam a derrocada do ICMS como forma de tributar o consumo”, diz o estudo” (Valor Econômico, 18/01/2019).

INACREDITÁVEL! A ESQUERDA, PRIMEIRO EM MINAS, E DEPOIS NO BRASIL, FOI QUEM IMPLANTOU O MODELO DE PREVIDÊNCIA CAPITALIZADA. Os governos FHC e Lula introduziram na Constituição o princípio do “equilíbrio financeiro e atuarial” na previdência dos servidores e dos segurados do INSS. Absurdo! Na Emenda Constitucional 20/1998, o governo Fernando Henrique introduziu na Constituição o princípio do “equilíbrio financeiro e atuarial” na previdência. O artigo 40, que trata da previdência dos servidores, previu: “Aos servidores titulares de cargos efetivos da

União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial”. Já o artigo 201, que trata da previdência dos trabalhadores do setor privado e servidores sem previdência própria ficou assim: “A Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial”. Na Emenda 41/2003, o governo Lula previu: “Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial”; no artigo 201, a Emenda 41/2003 manteve a previsão de “equilíbrio financeiro e atuarial” também no INSS.

A Portaria 403/2008 definiu o que é equilíbrio financeiro e atuarial: “Equilíbrio Financeiro: garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro; II - Equilíbrio Atuarial: garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo”. Se a previsão de equilíbrio atuarial fosse levado a sério teríamos que planejar uma gigantesca poupança no presente para cobrir obrigações futuras de R\$ 30 trilhões, sendo R\$ 20 trilhões no INSS e mais R\$ 10 trilhões na previdência dos servidores federais, estaduais e municipais. A Previdência Social completou 100 anos recentemente; a exigência de “equilíbrio atuarial” obrigaria o Brasil a dedicar os próximos 100 anos, com um ajuste fiscal selvagem, para transformar o modelo de repartição simples em um modelo de capitalização. Inacreditável que isto esteja presente em nossa Constituição. Na Europa estima-se que o suposto déficit atuarial chega a 35 trilhões de euros, o que dá pelo câmbio atual, R\$ 200 trilhões; se os europeus fossem mirar o equilíbrio atuarial eles destruiriam o Estado de Bem Estar Social. (...) Na verdade, a previsão do “equilíbrio financeiro” é correta; mas também esta meta não é alcançável, sendo mais realista se trabalhar para manter sob controle a “insuficiência financeira” da Previdência Social.

No governo Lula, o regime de capitalização na previdência dos servidores deixou de ser facultativo e passou a ser obrigatório para Estados e municípios. Esta posição foi articulada pelo Ministério da Previdência, muito a partir da experiência dos ministros vinculados ao sindicalismo petista na previdência complementar das empresas estatais. Tratou-se de um erro porque Previ, Funcef, Petros, e outros fundos de pensão capitalizados são apenas previdência complementar, onde a capitalização faz sentido; os fundos foram implantados na década de 1970, quando a massa de segurados era ainda muito jovem e os custos fiscais para o governo são infinitamente menores do que aqueles da implantação da capitalização da previdência dos servidores. Na Portaria 403/2008, ficou definido: a) O Regime Financeiro de Capitalização será utilizado como o mínimo aplicável para o financiamento das aposentadorias programadas e pensões por morte de aposentado, podendo ser adotado através da segregação de massas de acordo com a data de ingresso nos serviço público ou idades dos segurados. A capitalização não foi adotada para os servidores federais, e o seu custo para Estados e Municípios é simplesmente proibitivo.

Minas Gerais, no final do governo de Itamar Franco, em 2002, se antecipou ao governo federal e adotou o regime de capitalização para os seus servidores com a “separação de massas”; a proposta foi articulada pela direção do IPSEMG, então vinculada aos sindicatos de servidores estaduais. Com

isso quem entrou para o serviço público até a edição da Lei Complementar 64/2002 permaneceu no regime de repartição simples vinculado ao Tesouro e a um fundo financeiro chamado FUNPIP; e quem ingressou no serviço público a partir daquela lei, independente do valor do salário (capitalização plena como no Chile) passou a integrar uma previdência capitalizada vinculada a um fundo previdenciário chamado FUNPEMG. Com isso, aprofundou-se o desfinanciamento da previdência dos servidores admitidos até 2002 porque todas as novas contribuições foram capitalizadas para serem utilizadas no longo prazo deixando de abater despesas no curto prazo. Em 2014, através da Lei Complementar 132/2014, o governo tucano extinguiu a capitalização, o que foi correto, mas adotou medidas condenáveis como é o caso da expropriação de R\$ 3,2 bilhões do FUNPEMG, que poderia ter sido mantido para auxiliar no financiamento de longo prazo da previdência dos servidores. O modelo de capitalização inspirado em Minas Gerais continua em vigor no Brasil, tem um inacreditável apoio político; tem apoio da direita mercadista, interessada na aplicação dos recursos no mercado financeiro, e de toda a esquerda, toda mesmo, do PT, PSOL e até do PSTU, iludida com o “patrimônio dos trabalhadores”. Este modelo, que Minas Gerais não aderiu, na mais recente reforma da previdência, não pode e não deve ser adotado em nosso Estado pela seu custo trilionário, que destrói as finanças do Estado nas próximas décadas.

FHC ENFRAQUECEU PACTO FEDERATIVO COM A CRIAÇÃO E/OU EXPANSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS NÃO REPARTIDAS COM ESTADOS E MUNICÍPIOS; A ESQUERDA APOIOU, POR INGENUIDADE, A DESVINCULAÇÃO PARA AMPLIAR O ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.

Na questão fiscal, os tucanos e pefelistas implodiram o pacto federativo na década de 1990, que tem na justa alocação dos recursos tributários para a União, Estados e Municípios um de seus pilares fundamentais. Fizeram uma engenharia política muito eficiente. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a União só reparte com os Estados (Fundo de Participação dos Estados) e com os Municípios (Fundo de Participação dos Municípios) a receita tributária relativa aos impostos; já a receita tributária com contribuições sociais é exclusivamente da União. Os 8% de aumento da carga tributária na era FHC foi conseguido, sobretudo, com a criação e/ou aumento de alíquotas de contribuições sociais, o que acabou inflando artificialmente o orçamento da Seguridade Social, que passou a apresentar enormes “superávits”. A Desvinculação de Receita da União – DRU surgiu para isso: para desvincular os “superávits” da seguridade social para compor o superávit primário do governo federal.(...) Grande parte da esquerda, por ingenuidade, nunca compreendeu essa manobra do governo Fernando Henrique e passou a denunciar os “desvios” do orçamento da Seguridade Social como explicação de sua crise financeira. Portanto, a Seguridade Social foi transformada numa instituição “testa-de-ferro” do governo FHC: teve suas receitas agigantadas, em grande medida, não para melhorar a Previdência, a saúde e a assistência social, mas como forma de desvincular Estados e Municípios e viabilizar o pagamento dos crescentes encargos da dívida pública. Como 60% dos recursos de Estados e Municípios são aplicados em gastos de pessoal, o gigantesco “superávit” da Seguridade Social foi conseguido com a desvinculação de salários de servidores estaduais e municipais. É isso que explica porque os gastos de pessoal dos Estados e municípios, quase sempre estão no limite permitido pela Lei Fiscal. Portanto, a criação e aumento das contribuições sociais foram para desvincular recursos de Estados e Municípios; e a criação da DRU foi para

desvincular recursos da Seguridade, permitindo que os recursos dos entes federativos chegassem ao governo central para compor o superávit primário.

A mais recente reforma da previdência acabou com a DRU – Desvinculação de Receitas da União, que durante 20 anos desvinculou receitas dos Estados e dos municípios. A DRU acabou porque não havia mais o que desvincular, pois as despesas da seguridade social ultrapassaram as receitas. A Emenda Constitucional 103/2019 previu sobre a DRU: “O disposto no art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não se aplica às receitas das contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social previstas no art. 195 da Constituição”. (...) Na exposição de motivos da PEC, a equipe econômica afirma que a DRU perdeu a serventia: “a proposta excetua da desvinculação das receitas da União – DRU as contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social, inclusive no que se refere às previdenciárias. Desse modo, a totalidade das receitas das contribuições sociais da seguridade social será vinculada ao custeio das ações da Saúde, Previdência e Assistência Social. Desta forma, será possível proporcionar maior transparência e superar definitivamente as questões relacionadas ao suposto efeito da DRU sobre o déficit do sistema previdenciário, quando, na realidade, mesmo com as receitas da referida DRU há déficit na Previdência e na Seguridade Social”.

III- O PT E UM NOVO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA MINAS

PT: FORÇA E FRAQUEZA. O PT É FORTE NO NORDESTE NAS DISPUTAS MAJORITÁRIAS, MAS É FRACO NAS DISPUTAS PROPORCIONAIS; NO SUDESTE, INCLUSIVE MINAS, O PT É FORTE NAS DISPUTAS PROPORCIONAIS E FRACO NAS DISPUTAS MAJORITÁRIAS. O PT tem uma construção extremamente desigual no Brasil. O Nordeste é, disparado, onde o Partido tem seu melhor desempenho nas grandes disputas majoritárias: lá Lula venceu com 72% dos votos no segundo turno; lá estão os quatro governadores de nosso Partido (Bahia, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte) e é no Nordeste, também, que o PT é mais forte no Senado. Impressionante a força do PT nas disputas majoritárias. Veja o caso dos governos estaduais. Lá, me parece, Wellington Dias, do Piauí, e Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte, eram os únicos deputados federais de seus estados e se tornaram governadores com todas as reeleições possíveis. Na última eleição, lideranças locais, pouco conhecidas nacionalmente, venceram em estados importantes: Jerônimo Rodrigues, na Bahia, e Elmano Freitas, no Ceará. Mas, nas eleições proporcionais, o PT do Nordeste é muito frágil: em estados importantes, como Pernambuco e Alagoas, elegeu em cada estado apenas 1 deputado federal. Ou seja, no Nordeste, a composição das Assembleias Legislativas e Câmara Federal tem muito peso da política tradicional, em particular no Centrão. (...) Nos estados do Sudeste e do Sul, a situação é inversa: o PT é muito forte nas disputas proporcionais para deputados estaduais e federais. Nestes estados se concentra o maior número de parlamentares do PT e as mais destacadas lideranças nacionais. Mas, ao contrário do Nordeste, o PT é muito frágil nas disputas majoritárias: Lula melhorou a votação nas duas regiões, mas elas são ainda redutos da extrema direita; não elegemos nenhum governador e nem temos senadores eleitos.

Minas Gerais, sendo um pouco o retrato do Brasil, com regiões muito semelhantes ao Sudeste e outras ao Nordeste, deveria ter um desempenho mais equilibrado, com força nas disputas proporcionais e também nas disputas majoritárias. Nas eleições proporcionais, o PT Minas é um destaque nacional: elegeu 12 deputados estaduais (10% da bancada de 118 deputados nos 27 estados brasileiros) e 10 deputados federais (neste caso um excelente resultado, já que nosso Estado tem 10% dos eleitores do Brasil e elegeu 15% de uma bancada do PT de 69 deputados federais). O PT Minas Gerais confirmou o bom desempenho de eleições anteriores para a Assembleia Legislativa, com 1,549 milhão votos, e 12 deputados e deputadas eleitos(as); o PT foi o partido mais votado. O PT Minas teve um desempenho muito expressivo também para a Câmara Federal, sendo o segundo partido mais votado, tendo obtido 1,587 milhão votos e 10 deputados e deputadas eleitos. Trata-se de uma representação política muito potente na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal; mas o PT Minas não está em boas condições políticas para as grandes disputas majoritárias de nosso Estado: governador, senador (serão duas vagas em 2026) e para prefeituras de grandes cidades (em 2024), a exemplo de Belo Horizonte. Temos 22 deputados e deputadas estaduais e federais, mas poucos com votações concentradas e majoritárias em grandes cidades, da Grande Belo Horizonte e do Estado. Trata-se de uma construção muito desigual em Minas, que precisamos reverter.

SE “QUEM GANHA AS ELEIÇÕES EM MINAS, GANHA NO BRASIL” POR QUE “QUEM GANHA NO BRASIL (O PT) NÃO GANHA EM MINAS?”

Minas Gerais, pelas características socioeconômicas muito parecidas com o Brasil, é o Estado do Sudeste onde o PT deveria ter se consolidado historicamente nas grandes disputas majoritárias (governo do Estado e Senado). O PT venceu, nos últimos 20 anos, cinco eleições presidenciais em Minas Gerais (2002, 2006, 2010, 2014 e agora em 2022); já o PT venceu apenas uma vez a eleição para o governo de Minas (2014) e nunca elegeu um senador no Estado. Por que isto acontece? O PT Minas é um partido bastante errante e sem sorte, seja por decisões políticas equivocadas, seja pelas circunstâncias políticas não esperadas (recessão econômica, golpe político parlamentar, falência do Estado). O PT mineiro é anticíclico: é frágil quando o PT é forte nacionalmente e mais forte quanto o PT nacional está fraco. Veja só: a) visto numa perspectiva histórica, na eleição de 2002, como uma tática eleitoral correta, o PT teria, na onda Lula, eleito o governador de Minas; foi eleito Aécio Neves, favorecido pelo grande ciclo de crescimento do governo Lula que gerou um crescimento médio no Estado de 3,92%, com mais empregos e receitas. Assim, o governo Lula “fez a fama” dos tucanos durante oito anos; Anastasia, com a economia ainda bombando, foi eleito governador de Minas em 2010; b) com a desaceleração da economia brasileira e mineira, o projeto de governo do PT entrou em crise, crise que atingiu também os tucanos mineiros e deteriorou as finanças do Estado, aí então o PT Minas conseguiu eleger Fernando Pimentel, que, como governador, enfrentou uma “tempestade perfeita”: recessão econômica violenta e saída da recessão com taxas de crescimento medíocres, o que destruiu as finanças de Minas, já que a receita nominal cresceu menos que a inflação; o golpe que afastou Dilma retirou da presidência uma possibilidade de “resgate” das finanças de Minas, o que gerou atraso dos salários dos servidores e dos repasses aos municípios; d) Fernando Pimentel, por incrível que pareça, deixou uma “herança bendita” e “fez a fama” de Romeu Zema: trata-se da conquista, ao final do de seu governo, da suspensão da dívida de Minas (R\$ 36 bilhões em 4 anos) no STF. Com estes recursos Zema pagou os

servidores e os municípios e espezinhou o PT por ter “quebrado o Estado”; já a dívida de Minas, sem os pagamentos, passou de R\$ 113 bilhões para R\$ 159 bilhões; e) no novo ciclo do PT no Brasil com a eleição de Lula, o PT Minas chegou muito fraco nas disputas majoritárias e, se tivesse lançado um candidato a governador, provavelmente não teria atingido dois dígitos de votos; f) além disso, o PT perdeu, de uma forma muito atabalhoada, a Prefeitura de Belo Horizonte (não lançou candidatura em 2008) e, em 2012, lançou candidatura e perdeu a eleição.(...) Ou seja, nós, do PT de Minas, não capitalizamos os ciclos do PT no Brasil; estamos fazendo a “fama” de nossos adversários, como Aécio, Anastasia e agora Romeu Zema, porque, nas disputas majoritárias, seja por decisões políticas equivocadas, acontecimentos imprevisíveis ou falta de sorte, “estivemos quase sempre no lugar errado, na hora errada”. Precisamos de um projeto de desenvolvimento econômico e social para o nosso Estado e de uma estratégia de construção política mais colada no PT no Brasil.

ROMEU ZEMA ESTÁ MUITO FORTE E NÃO PODE SER SUBESTIMADO. Romeu Zema venceu as eleições com 56,2% e estará bem mais forte no próximo período e a esquerda precisa se preparar para tempos muito mais difíceis, por diversas razões: a) Romeu Zema fez um violento ajuste nas despesas de pessoal em quatro anos, sendo que as receitas estaduais subiram 62,22%, enquanto as despesas aumentaram apenas de 19,25% a 21% no mesmo período; o governador não tem como meta agradar os servidores estaduais, mas ajustar as contas para buscar o apoio da população; b) a suspensão do pagamento da dívida de Minas pela liminar do STF reduziu as despesas do Estado em R\$ 9 bilhões ano! Esta moratória judicial também ajudou Romeu Zema porque o Estado não voltou com o pagamento gradual da dívida de 11% a cada ano previsto no Regime de Recuperação Fiscal – RRF. Foi com esse não pagamento, e não com a eficiência como os novistas afirmam, que Zema pagou os servidores, fez os repasses aos municípios e pagou valores não repassados em tempo certo; neste novo mandato, seja através da manutenção de liminar ou via acordo com o governo Lula, Minas continuará com o pagamento da dívida suspenso, e, mesmo com o retorno gradual do pagamento a partir do segundo ano, os recursos economizados poderão ser investimentos em custeio e obras; c) com os recursos que deixa de pagar da dívida e com o ajuste das despesas de pessoal, é provável que Romeu Zema não vá propor a oneração do ICMS, posando assim como um sujeito popular que não aumenta impostos; até porque a reforma tributária, com o IVA, deverá mudar a estrutura tributária do Estado; d) os acordos com a mineração pelos crimes com o desabamento das barragens injetarão recursos expressivos de R\$ 37 bilhões no Estado para grandes obras como os hospitais regionais, reforma de escolas, pavimentação de estradas, grandes obras na região metropolitana, como o Rodoanel; além de possibilidade de mais alguns bilhões com o eventual acordo de Mariana, que poderá superar em muito os valores recebidos de Brumadinho; e) é de se esperar que no governo Lula, o crescimento de nossa economia passe da média de 1,5% do governo Bolsonaro para uma média de pelo menos 2,5% a 3% ao ano, o que trará novas receitas para o Estado e novos investimentos federais; f) não se sabe ainda de quantos deputados será a base efetiva do governo Romeu Zema na ALMG em cada votação, mas com certeza será muito maior do que aquela que o governador contou no primeiro mandato; claro que o sonho de Romeu Zema é conseguir o quórum constitucional para privatizar a Cemig e a Copasa; g) o governo estadual já está em campanha, com três objetivos: vencer a eleição com candidatos do Partido Novo ou com aliados nas principais cidades de Minas; sem força para dar um golpe e instaurar um regime autocrata, é

possível que a direita tente transformar as eleições de 2024 em um “terceiro turno” das eleições presidenciais; h) para 2026, os objetivos do Partido Novo são eleger Matheus Simões para o governo do Estado e lançar Romeu Zema para a presidência da República; i) não se pode descartar a união da direita (bolsonarismo raiz e a direita como o governador de Minas) na eleição de 2026 no primeiro ou no segundo turno, e Romeu Zema leva vantagem sobre o governador paulista porque já estará no fim do segundo mandato e Tarcísio de Freitas estará ainda no primeiro mandato; j) o empresariado mineiro garante um apoio muito sólido a Romeu Zema, um apoio ideológico ultraliberal, nada tem a ver com “equilíbrio fiscal”, já que o apoio esconde que não tem como um estado estar com as “contas arrumadas” se está em moratória judicial da dívida, definida pelo STF, tendo Romeu Zema deixado de pagar R\$ 36 bilhões de juros e amortizações da dívida em seu governo; l) Romeu Zema caiu no gosto popular também por combater o que chama de privilégios e a “vida em palácios” dos governadores anteriores; como a esquerda não assume o combate aos privilégios públicos para ter autoridade moral para combater os privilégios privados, deixa esta questão entregue a antipolítica e privatismo de Romeu Zema; m) a situação, especialmente do PT, é muito complexa; Romeu Zema contou com a moratória da dívida para colocar em dia os salários dos servidores e retomar os repasses constitucionais aos municípios, ou seja, a crise de Minas foi ocultada pela moratória; já o PT manteve o pagamento das dívidas e, numa situação da maior recessão da história brasileira, perdeu o controle das finanças do Estado e enfrentou uma crise “aos olhos públicos” com um desgaste popular de difícil superação.

MINAS GERAIS PRECISA RECUPERAR O PROTAGONISMO NA POLÍTICA NACIONAL. O programa de governo de Alexandre Kalil defende corretamente a retomada do protagonismo de Minas: “Entre as diversas propostas a serem tratadas aqui neste Plano, uma delas, relegada a segundo plano pelo atual governo do Estado, será a de reposicionar Minas Gerais no mapa político do País, resgatando o seu papel protagonista no contexto nacional. Reconduzir Minas Gerais ao lugar que lhe cabe na federação será ponto fundamental para a retomada dos investimentos em infraestrutura, no potencial logístico, no fortalecimento da rede regionalizada da saúde e na recuperação da capacidade do sistema único de assistência social. O Estado precisa chamar a União à sua responsabilidade para com a malha rodoviária federal que corta o território mineiro e para com o financiamento de políticas públicas que fazem parte de suas atribuições constitucionais. A benevolência da União em fazer política com renúncia de receitas, abrindo mão de recursos alheios, trouxe, por exemplo, com a Lei Kandir um fardo fiscal que tem sido difícilíssimo de se carregar. A repactuação de uma legislação mais adequada, justa ao Estado e a seus municípios será buscada de forma incansável por esta Coligação. Todos os 853 municípios do estado merecem e terão uma forma mais justa e equitativa de financiamento e cooperação federativa.(...) O Regime de Recuperação Fiscal tem que ser tratado a partir de uma melhor articulação com o Governo Federal. Não se pode simplesmente aceitar os valores impostos. Há necessidade de lembrar justamente que por conta da compensação da Lei Kandir a União tem uma dívida, em valores equivalentes, com Minas Gerais. Da mesma forma, há que ser considerados os impactos junto aos servidores públicos estaduais e a capacidade do Estado na manutenção de suas obrigações junto à população. É necessário diálogo, responsabilidade e avaliação adequada dos impactos. Não dá pra aceitar um Regime de Recuperação Fiscal que resulte no aumento de anos de falta de perspectivas para os servidores. Respeito é o que merecem os servidores

públicos de Minas Gerais. A única saída apontada pelo governo do Estado foi a tentativa de venda das estatais mineiras, proposta que veio acompanhada da privatização das universidades estaduais. O Estado, que sempre contou com empresas de grande competência técnica e altíssima reputação junto aos seus cidadãos, poderia, se lograsse êxito nesta empreitada irresponsável, ver aniquiladas décadas de história. E o resultado não seria definitivo, mas apenas mais um paliativo, uma redução de dívida fazendo-se uso do “cheque especial”. (...) Somente um alinhamento político com a União, realizado de forma cooperada e respeitosa, pode dar solução a uma questão fiscal estrutural como a que Minas Gerais experimenta. Mas o que se viu recentemente foi justamente o contrário, de ambas as partes: a União definiu e o governo estadual aderiu de imediato sem firme posição em contrário. De acordo com dados divulgados pelo Governo do Estado, a perda com o ICMS nos combustíveis está estimada em R\$12 bilhões. Como pode a União sugerir, em 2019, a venda de estatais estratégicas do Estado para arrecadar R\$7,1 bilhões e três anos depois retirar R\$12 bilhões de receita deste mesmo estado. É inegável o peso do ICMS no bolso dos consumidores. Mas, cabe ao estado buscar a compensação junto à União. Que sentido faz o seu credor o aconselhar a vender seu patrimônio para honrar parcela ínfima de dívida e, na sequência, retirar parcela expressiva de sua receita? A União retirou de Minas Gerais o equivalente a 3 CEMIGs todos os anos de agora para frente. Não se trata aqui de divergir sobre a redução de custos dos combustíveis para o cidadão e sim pela forma escolhida pelo governo federal, que teve, sem qualquer surpresa, a anuência silenciosa do atual governador do Estado. Esta opção implicará perdas expressivas para a Saúde e Educação dos mineiros, pois quase 40% destes recursos estão vinculados a estas políticas públicas. Para colocar o Estado de Minas Gerais em ordem, vamos precisar de esforços coordenados, a serem realizados pela União e pelo governo estadual. Não é aceitável recorrer a modelos que dilapidam, ainda mais, a sua estrutura fiscal do Estado e também de seus municípios, como tem ocorrido. O caminho é a busca de alternativas de pagamento que não comprometam o desenvolvimento e o financiamento das políticas públicas, que representem prejuízos na vida das famílias mineiras”. O programa de governo de Alexandre Kalil acerta quando afirma: “Somente um alinhamento político com a União, realizado de forma cooperada e respeitosa, pode dar solução a uma questão fiscal estrutural como a que Minas Gerais experimenta”. (...) Portanto, cabe à oposição, especialmente ao PT, apostar neste protagonismo de Minas, por exemplo, defendendo sim um “plano de resgate” de nosso estado, visando encerrar um período de falência que já dura 30 anos. Um “plano de resgate” sem privatizações e sem destruição dos serviços públicos. Não é correto que Romeu Zema não se articule com o governo Lula em Minas Gerais; mas nós, do PT, temos que mostrar grandeza política e buscar uma saída sustentável para a crise histórica de Minas Gerais.

POR UMA MINAS PLURAL NA POLÍTICA E NA CULTURA E MAIS HOMOGÊNEA EM TERMOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. O cientista político e professor da UFMG, Leonardo Avritzer, em um texto de 2010 como contribuição à chapa Hélio Costa / Patrus Ananias ao governo do Estado, escreveu: “Minas são muitas”. A frase do poeta expressa uma característica fundamental do estado de Minas Gerais: sua diversidade cultural. Minas Gerais é um dos estados que tem a maior diversidade cultural no país, expressa pela sua condição de transição entre as regiões mais fortemente modernizadas e urbanizadas e as regiões um pouco mais tradicionais do país. Esta diversidade produziu hábitos

culturais diferenciados, no folclore, nas artes e na música que despertam a atenção da população brasileira para fenômenos como bandas de música, folclore no Vale do Jequitinhonha e outras manifestações de diversidade. Mas, infelizmente a diversidade mineira tem sido entendida de forma diferente. Entre os grandes estados brasileiros com uma economia mais forte e uma sociedade mais urbanizada, Minas Gerais é o estado mais desigual. Esta desigualdade se expressa em índices como o IDH e sua variação nas diferentes regiões do estado. Em Minas, dados sobre pobreza apontam na mesma direção. Uma proposta de gestão popular participativa para Minas Gerais deve atacar tais elementos e, para fazê-lo, a participação social é o melhor instrumento”. Leonardo Avritzer concluiu com uma síntese brilhante: “Minas são muitas. O objetivo da participação no governo de Minas deve ser ampliar a diversidade onde ela é culturalmente desejável e diminuir a heterogeneidade onde ela é socialmente danosa”.

OS DESAFIOS DO PT MINAS GERAIS SÃO IMENSOS. Os desafios para o PT Minas Gerais são imensos. Veja alguns destes desafios: a) se organizar para uma oposição combativa e competente ao governo Romeu Zema, com base em um projeto para o Estado a ser construído; b) discutir com o governo federal mudanças grandes no plano de recuperação fiscal, com retirada de exigências de privatização de estatais mineiras e congelamento salarial dos servidores; c) fim do arrocho dos servidores, até porque Minas já está dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e os ganhos nas receitas podem sim ser repassados para os servidores; d) fim da Lei Kandir pelo menos para os produtos minerários, ainda que seja através de um imposto regulatório, com uma alíquota maior nos grandes ciclos de commodities e alíquotas menores quando os preços internacionais estiverem mais baixos; e) aumento dos gastos do estado com saúde, educação, assistência social e contra toda privatização dos serviços públicos; f) manter a avaliação do governo Lula em Minas em patamares elevados, com as políticas sociais – educação, saúde, bolsa família, salário mínimo – e grandes obras, como a expansão do Metrô e conclusão da BR 381.(...) O PT Minas precisa ainda: a) iniciar neste ano a preparação para as eleições municipais de 2024, num quadro complexo onde o Partido elegeu uma grande bancada de deputados federais e estaduais, mas poucos são lideranças competitivas (com mais de 10% dos votos) em grandes cidades de Minas, como no caso de Belo Horizonte porque tem votações expressivas, mas muito fragmentadas pelo Estado; b) participar ativamente da reorganização dos sindicatos, com uma ampla discussão e mobilização para a revisão da reforma trabalhista; c) o PT Minas precisa apostar ainda numa ampla reorganização partidária, na direção de um partido politizado, plural e de base; d) precisamos de direções partidárias e órgãos consultivos que envolvam os deputados, mas também os prefeitos, sobretudo os das grandes cidades; líderes dos movimentos sociais; intelectuais que estudam o Brasil, e, sobretudo, os que têm acúmulo nas questões mineiras; e) sem que enfrente os enormes desafios, será difícil para o PT Minas recuperar o protagonismo nacional, que lhe faltou agora na formação do ministério do presidente Lula, tendo ficado de fora da equipe ministerial.



EXPERIÊNCIA DE CONTAGEM, COM MARÍLIA, PODE SERVIR DE INSPIRAÇÃO PARA A ARRUMAÇÃO DAS FINANÇAS DE MINAS

Contagem é um grande município mineiro e brasileiro que, há pouco menos de duas décadas, estava praticamente falido; tinha receita própria inexpressiva, dívida acima dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, despesas elevadas e nenhuma capacidade de investimento. A cidade passou de uma “gestão crítica” e hoje ostenta a mais elevada avaliação de “Gestão de excelência”. Minas Gerais, ao contrário, vive uma gestão crítica há 30 anos e tem uma crise financeira que parece não ter fim. (...) São duas experiências que tem as suas particularidades, a começar pelo tamanho das máquinas públicas; Contagem tem uma receita corrente de R\$ 2,6 bilhões e o Estado arrecada R\$ 91 bilhões. Mas tem coisas em comum em qualquer administração pública, tais como os indicadores de receitas, despesas, dívida e investimentos. Para sair da crise, numa perspectiva de esquerda, é preciso fugir do ajuste tradicional focado apenas nas despesas e encaminhar saídas para os quatro itens que listamos. Contagem atuou nas quatro frentes: a) atuou de forma prioritária nas receitas, quando Marília recuperou as receitas próprias, e a cidade, a partir de 2017, voltou a cobrar o IPTU residencial que era isento; b) na dívida, Contagem foi beneficiada por descontos expressivos do governo federal que, no governo Dilma, reduziu fortemente a dívida fundada do município; c) nas despesas, dentre outras medidas, Marília tomou uma posição corajosa, que foi a estadualização de grande parte do ensino médio, pois Contagem era uma das poucas cidades, talvez a única, que oferecia amplamente este nível de ensino; d) nos investimentos, no dois primeiros governos de Marília, de 2005 a 2012, como a cidade não tinha capacidade de endividamento, a petista negociou um grande volume de in-

vestimentos nos PAC 1 e 2, com recursos do Orçamento Geral da União, com contrapartidas mínimas e, ainda assim, passíveis de financiamento.

Como se vê, um ajuste fiscal vitorioso, sem privatizações e destruição das políticas públicas, precisa de políticas nas receitas, despesas, dívida e investimento. Mas isto não basta. É preciso uma compreensão, uma colaboração das forças políticas, ainda que tenham grandes diferenças, numa atuação a mais comum possível. E isto nós tivemos em Contagem. Marília lançou as bases do ajuste fiscal nas suas duas primeiras gestões, de 2005 a 2012, e os dois governos seguintes, de Carlin Moura, do PCdoB e Alex de Freitas, do PSDB, com os quais tivemos grandes diferenças políticas, na questão fiscal deram continuidade, sem mudanças abruptas, na recuperação fiscal de nossa cidade. E o PT, quando esteve fora do governo, deu também a sua contribuição: os três vereadores do Partido, em 2016, tiveram uma posição corajosa e votaram pelo retorno da cobrança do IPTU residencial. E a Câmara Municipal de Contagem tem uma atuação mais unificada; não tem uma composição fragmentada politicamente como em Belo Horizonte, por exemplo; lideranças novas se elegem e isto não cria um clima de guerra no Legislativo Municipal. A liderança da Marília na Câmara é um exemplo disso: a vereadora petista Moara Saboia, de primeiro mandato, é a líder do governo e o veterano Teteco, do MDB, é o vice-líder. Com uma composição mais unificada, com o respeito dos políticos das diversas gerações, tivemos as condições para que a Câmara Municipal se transformasse também numa grande fiadora da recuperação fiscal de Contagem.(...) Como temos dito: um município ou um Estado vai à falência devido a uma “tempestade perfeita”, uma sucessão de fatos negativos que desorganizam a administração pública, para sair dela precisa de uma “conspiração a favor”, uma sucessão de fatos positivos que rearticulam as finanças públicas. Em Minas Gerais, infelizmente, tivemos a “tempestade perfeita” e a “conspiração tem sido contra” o que impede uma saída para a crise que já dura 30 anos.

Marília liderou, portanto, uma arrumação histórica das finanças de Contagem: a) Contagem arrecadou, em 2022, R\$ 2,598 bilhões, sendo 41,7% de impostos municipais, deixando nossa Cidade menos dependente das transferências constitucionais; b) Contagem investiu, em 2022, R\$ 296,755 milhões, o maior investimento da história de nossa cidade e ampliou as políticas públicas; c) a dívida corrente líquida é de apenas 2,1% da receita corrente líquida, um desendividamento sem o chamado “austericídio fiscal”; d) as despesas estão sob controle. Impressionante! Marília, é bom lembrar, tem feito um governo maravilhoso, com aprovação de 81% da população, com o apoio decidido da quase totalidade dos vereadores de Contagem.

A RECUPERAÇÃO FISCAL DE CONTAGEM MOSTRADA EM DUAS TABELAS. As tabelas 1 e 2 que estamos publicando mostram a impressionante arrumação das contas feita em Contagem nas duas últimas décadas. A dívida líquida (dívida consolidada/bruta menos a disponibilidade de caixa), referência da Lei de Responsabilidade Fiscal, recuou de 121,7%, em 2004, para apenas 2,10% da receita corrente líquida em 2022. Já a dívida consolidada, ou dívida bruta, recuou forte também: era de 125,5% da receita corrente líquida, em 2004, e fechou em 30,8%, em 2022. No que se refere às receitas, Contagem fez um ajuste estrutural com o aumento expressivo das receitas próprias, que passaram, em 20 anos, de 28,7% da receita corrente líquida para 41,7%, ficando o município menos dependente das transferências constitucionais.

Marília Campos, agora novamente prefeita de Contagem em seu terceiro mandato, lançou as bases,

MINAS PRECISA DE UM “PLANO DE RESGATE”

nos seus dois primeiros mandatos, de 2005 a 2012, de um “plano de resgate” que retirou Contagem da falência e a transformou em uma cidade com “gestão fiscal de excelência” e uma referência para Minas e o Brasil. Os dois governos que sucederam a petista, de 2013 a 2020, também deram uma contribuição para a arrumação das finanças. Como se pode ver, novos avanços na gestão fiscal foram realizados por Marília Campos nos dois últimos anos, de 2020 a 2022. Não foi um ajuste fiscal de má qualidade fixado numa obsessão pelo corte de despesas e redução dos serviços públicos. Foi um mix amplo de políticas econômicas e fiscais que foi adotado: teve sim corte de despesas; mas também ampliação forte das receitas próprias; crescimento expressivo das receitas de transferência, com o crescimento da economia; renegociação da dívida do município com o governo federal; fortalecimento da previdência municipal; obtenção de recursos a fundo perdido ou com contrapartidas pequenas nas grandes obras dos PAC 1 e 2; investimentos públicos com recursos privados como contrapartida para empreendimentos de empresas na cidade; modernização da máquina administrativa, dentre outras medidas.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA E DÍVIDA CONSOLIDADA EM % DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) - 2004 – 2022

Ano	Dívida líquida % receita líquida	Dívida consoli- dada % receita líquida	Dívida Líquida	Dívida Consoli- dada
2004	121,7	125,5	478.564.711	493.489.660
2012	26,7	46,5	273.106.670	476.851.115
2016	27,4	45,8	363.850.880	609.270.016
2020	12,9	31,7	258.865.253	635.390.089
2022	2,1	30,8	53.992.000	800.973.000

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS E DAS RECEITAS PRÓPRIAS EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) EM % - 2004 – 2022

Ano	Receita Líquida Em R\$ milhões	Receitas de transfe- rências % da receita corrente	Receitas próprias % da receita corrente
2004	393,1	71,3	28,7
2012	1.024,5	65,5	34,5
2016	1.329,5	64,4	35,6
2020	2.003,1	61,4	38,6
2022	2.598,1	58,3	41,7

CONTAGEM VIVEU NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000 UMA “TEMPESTADE PERFEITA”.

Contagem, uma das maiores cidades de Minas Gerais, enfrentou na década de 1990 e início da década de 2000, uma situação falimentar, fruto de uma “tempestade perfeita”: baixo crescimento da economia com repercussões nas finanças públicas; redução pela metade (de 8,84 para 4,86) a

participação no ICMS estadual; receitas próprias inexpressivas, sobretudo com a isenção do IPTU residencial; aumento forte das despesas com a implementação da Constituição de 1988, como no caso da saúde; oferta pelo município de um grande número de matrículas no ensino médio, de responsabilidade constitucional dos governos estaduais; dívida de 126% da receita (acima dos 120% previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal); salários muito arrojados (professores em 2004, recebiam entre R\$ 600,00 e R\$ 700,00); redução drástica da capacidade de investimentos. Vale dizer que, para a “tempestade perfeita” vivida por nossa cidade, o partido da “Lei de Responsabilidade Fiscal”, o PSDB, foi quem liderou o “populismo fiscal” em nossa cidade, e também em Betim, nas décadas de 1990 e início de 2000, com a implementação da isenção do IPTU residencial, imposto fundamental para se ter finanças organizadas, sobretudo em grandes cidades. Como disse certa vez o ex-prefeito do “populismo fiscal”: “Eu não cobro nada e ninguém cobra nada de mim”. Irresponsável!

MARÍLIA RESGATOU CONTAGEM DA FALÊNCIA. Antes mesmo de entrar para a política institucional, Marília Campos já demonstrava grande preocupação com a gestão das finanças públicas. Em 1995, renunciou à presidência do Sindicato dos Bancários de BH e Região por discordar da expansão das despesas para além da capacidade de arrecadação da entidade. Nós, vinculados ao projeto de Marília Campos, sempre consideramos decisivo a defesa do equilíbrio das contas públicas porque não se trata de uma “rendição” ao mercado financeiro; muito pelo contrário: trata-se de uma condição fundamental para que governos de esquerda ganhem “autonomia” em relação a este mesmo mercado, para seja possível a implementação de um projeto desenvolvimentista e justo socialmente. Se Lula agora peita o mercado é porque ele tem “bala na agulha”, as centenas de bilhões de reservas em dólares.

Como prefeita, Marília tirou Contagem da falência com um ajuste fiscal concluído em oito anos quando, em 2012, a cidade ganhou o selo de “Boa Gestão Fiscal” porque o ajuste não foi focado somente no corte das despesas, mas num mix de políticas econômicas e financeiras: a) houve, de fato, uma aceleração do crescimento da economia e isto ampliou a arrecadação das receitas de transferência; b) as receitas próprias, ainda que tivesse permanecido com a isenção do IPTU residencial, tiveram uma enorme ampliação com outros tributos (IPTU, ISSQN, ITBI, IRRF, TAXAS); c) grande ofensiva na cobrança da Dívida Ativa, já que Contagem tinha um fraco desempenho nas receitas próprias e o “populismo fiscal” não combatia com vigor a inadimplência; d) como a dívida de Contagem estava acima do limite da Lei Fiscal, e não era possível financiar investimentos por meio de empréstimos, Marília articulou para que grandes recursos do PAC 1 e 2 viessem do OGU — Orçamento Geral da União a fundo perdido ou com contrapartidas muito pequenas, que financiaram um grande plano de obras de saneamento básico; mobilidade urbana; moradia popular; construção e reconstrução das unidades de saúde (UPAS, UBS, Maternidade), implantadas precariamente quando da criação do SUS na década de 1990; implantação de uma rede de escolas infantis; obras de urbanização; dentre outras; e) redução de despesas via, por exemplo, a estadualização de grande parte do ensino médio que, apesar de todas as polêmicas, se consolidou porque o Estado, além de ser o responsável por este nível de ensino, tinha disponibilidade de escolas e vagas diurnas, enquanto a maior das vagas municipais disponíveis em Contagem eram noturnas e em escolas compartilhadas com o ensino fundamental; f) realização de um desendividamento do município de tal forma que praticamente não se contraiu novos empréstimos quando a cidade recuperou a capacidade de endividamento. Emprês-

timos pequenos foram contraídos para, por exemplo, garantir contrapartida de obras do PAC e para modernização da máquina pública; g) fortalecimento das finanças da previdência municipal com os concursos públicos (somente servidores efetivos contribuem para a previdência) e com a compensação financeira com o INSS; h) outras medidas da arrumação das finanças de Contagem: corte de despesas desnecessárias; renegociação de dívidas com o governo federal e estadual; aumento dos investimentos com recursos privados, como contrapartida de empreendimentos das empresas; modernização da máquina administrativa.

Veja os resultados do ajuste fiscal de 2005 a 2012: a) a dívida de Contagem, em função da expansão da receita e da prudência em não contrair novas dívidas, foi reduzida de 126% para 46,5% da receita e a dívida líquida recuou de 121,7% 26,7% ; b) com a dívida bastante reduzida em relação ao seu patamar de 2004, Contagem pôde, a partir de 2012, ampliar enormemente os investimentos em uma época de “seca” dos investimentos federais nos anos seguintes, por meio de empréstimos expressivos, o que transformou nosso município em uma das cidades com maior capacidade de investimento dentre os grandes municípios brasileiros; c) com as finanças arrumadas, Marília conseguiu, em seus dois primeiros mandatos, retomar fortemente a valorização dos servidores, com a realização de amplos concursos públicos e de uma forte recomposição dos salários dos servidores municipais.

GOVERNOS SEGUINTE DERM SEGMENTO À ARRUMAÇÃO DAS FINANÇAS INICIADA

PELA MARÍLIA. Nos dois governos que se seguiram ao de Marília Campos (gestão de 2013 a 2016 e de 2017 a 2020), tivemos novos avanços na gestão fiscal: a) a dívida líquida teve uma redução expressiva enquanto percentual da receita, de 26,7%% para 12,9%, com a renegociação com o governo Dilma (2014), com a redução da dívida com o INSS, mesmo com a inclusão da dívida de precatórios neste indicador da dívida; b) a receita própria foi alavancada com a implementação da cobrança ampla do IPTU residencial a partir de 2017, sendo que os três vereadores do PT votaram pelo retorno deste imposto. Não foi um ajuste fiscal de boa qualidade porque o IPTU foi implantado de forma muito polêmica e aconteceu de fato um arrocho dos servidores com a não concessão de reajustes lineares para o funcionalismo nos anos de 2015, 2016, 2018, 2019 e 2020. Mas não somos de fazer demagogia. Nas duas gestões que se seguiram aos dois governos Marília Campos, o Brasil enfrentou dois anos de maior recessão da história; a “saída” da recessão foi também a pior da história, com crescimento medíocre de 1,5% ao ano; e, Minas Gerais, em função desta situação, “quebrou” mais uma vez, o que implicou atrasos de repasses para os municípios. Tudo isso afetou fortemente as finanças de Contagem e a capacidade remuneratória do município. Quanto ao IPTU residencial, apoiamos sua reimplantação, na forma defendida por Marília, na campanha de 2020, de um “IPTU mais justo”. Vale ressaltar ainda que o governo do PCdoB, que sucedeu Marília, deu segmento aos investimentos em andamento na cidade e muitas obras foram concluídas na saúde, educação, saneamento básico e outras.

MARÍLIA ENFRENTOU E DERROTOU NOVAMENTE O “POPULISMO FISCAL” (A ISENÇÃO DO IPTU RESIDENCIAL) NA ELEIÇÃO DE 2020.

A vitória de Marília Campos, na eleição de 2020, para um terceiro mandato à frente da Prefeitura de Contagem evitou um colapso financeiro da cidade, que aconteceria certamente com a isenção do IPTU prometida pelo adversário da petista.

Tratou-se de uma monumental utilização da máquina pública de “forma antecipada” com uma isenção tributária gigantesca que arrasaria as finanças da cidade novamente. Logo após vencer a eleição do primeiro turno, Marília constituiu uma frente ampla em defesa de nossa cidade formada por cidadãos e cidadãs comuns, lideranças sociais, empresariais e religiosas, partidos, vereadores atuais e eleitos. Tratou-se de uma frente ampla, com opiniões diferentes, mas que uniu pessoas preocupadas com o futuro de nossa cidade. Futuro que estava em sério risco para os próximos 15 a 20 anos.(...) Contagem viveu nos últimos 30 anos uma situação pendular, em função da obsessão do ex-prefeito tucano Ademir Lucas e seu populismo fiscal exacerbado. Ele tem negáveis méritos na história da cidade, tais como a implantação do SUS na década de 1990, a ampliação da educação municipal e obras de infraestrutura. Mas, o ex-prefeito, patrono do adversário de Marília em 2020, tem um desejo mórbido de quebrar a cidade, como afirmava nesta campanha: “Já acabei com o IPTU duas vezes e vou acabar pela terceira vez”.

Contagem há três décadas viveu uma situação pendular - isenção do IPTU / falência da cidade. Ademir Lucas, o pai da isenção do IPTU, é também o pai da falência de nossa cidade. Ele acabou com o IPTU residencial na década de 1990; a cidade quebrou no período de 1993 a 1996, quando não se tinha dinheiro nem mesmo para a coleta de lixo. O MDB, com Newton e Paulo Mattos, venceu a eleição em 1996 e reimplantou o IPTU com muitas isenções. Ademir Lucas, venceu novamente a eleição em 2000, extinguiu novamente o IPTU e a cidade quebrou outra vez. Marília ganhou as eleições em 2004 e 2008 e, numa conjuntura de grande crescimento econômico e das receitas próprias, conseguiu governar sem o IPTU residencial; na verdade a petista iniciou a reimplantação do IPTU residencial de casas em lotes grandes, que muitas vezes eram construídas para se fugir do IPTU de lotes vagos. No governo Alex de Freitas, o IPTU passou novamente a ser cobrado de uma forma que revoltou a população porque, na campanha, o candidato defendeu a isenção, registrou em Cartório a promessa e não cumpriu. Agora, mais recentemente, o adversário de Marília prometeu a isenção total do IPTU residencial, mas cometeu um estelionato eleitoral porque não previu esta medida no programa de governo entregue à Justiça Eleitoral. Portanto, a vitória de Marília com sua proposta de redução e não de isenção do IPTU poderá virar uma página na história de nossa cidade, garantindo um financiamento mais estável e certo das políticas públicas e dos investimentos nas próximas décadas.

CONTAGEM, COM MARÍLIA, PODERÁ VIVER UMA “NOVA ERA” NOS PRÓXIMOS ANOS COM AS FINANÇAS ARRUMADAS E COM UM PROJETO DESENVOLVIMENTISTA. Em 2022, segundo ano do terceiro governo Marília Campos, Contagem fechou com uma situação fiscal muito robusta. Veja o caso do endividamento do município, que é o principal indicador fiscal do setor público: a) a dívida consolidada é de R\$ 800,973 milhões, o que representa 30,8% da receita (em 2004 era de 126%); b) já a dívida consolidada líquida (dívida consolidada de R\$ 800,973 milhões menos disponibilidades de caixa de R\$ 746,981 milhões) é de R\$ 53,992 milhões, o que representa apenas 2,1% da receita corrente líquida (em 2004 era de 121,7%); c) como a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que o limite de endividamento de municípios é de 120% da receita corrente líquida, significa que Contagem tem um limite de endividamento de R\$ 3,118 bilhões, o que significa que a cidade poderá contrair mais empréstimos de até R\$ 3,064 bilhões; a prefeita Marília Campos fixou meta

para a dívida consolidada líquida em seu programa de governo de 50% da receita corrente, menos da metade do que permite a Lei Fiscal; d) veja os números que mostram o tamanho da redução da dívida municipal: em 2004, a dívida consolidada correspondia a 12 meses de arrecadação da Prefeitura, agora a apenas 3,68 meses; nossa cidade, em termos de pagamentos de juros e encargos da dívida ocupa, no ranking dos 100 maiores municípios brasileiros, a 77ª posição (em 2004, Contagem ocupava a 10ª posição, ou seja, era uma das cidades com maior pagamento de juros e encargos da dívida).

Contagem fechou 2022 com a arrecadação em alta, apesar de todas as dificuldades econômicas: a) uma receita corrente líquida de R\$ 2,598 bilhões, um avanço de 30% em relação a receita de 2020, de R\$ 2,003 bilhões; este crescimento foi puxado pelas receitas próprias, sobretudo IPTU, ISS, ITBI, que subiram 41%; b) e importante: as receitas próprias do município são muito expressivas, da ordem de R\$ 1,080 bilhão, o que representa 41,7% da receita corrente líquida (em 2004 era de apenas 28,7%), ficando Contagem menos dependente das transferências constitucionais. As despesas estão sob controle, em especial a maior delas, que é a de pessoal, e fecharam em 45,24% da receita corrente líquida, mesmo com a recomposição de 11% dos salários dos servidores em 2022 e aumentos reais para diversos setores do funcionalismo municipal e lançamento dos gastos com mão de obra terceirizada como despesas de pessoal, como determina a Secretaria do Tesouro Nacional.

Com as finanças arrumadas, Contagem está melhorando bastante os serviços prestados à população, nas áreas de saúde, educação, manutenção da cidade, lazer e cultura, dentre outras; e, além disso, a cidade tem um grande programa de investimento de R\$ 1,2 bilhão para os próximos dois anos referente aos contratos herdados do governo anterior e ao novo plano de investimentos do governo Marília, fruto de recursos conseguidos junto ao governo de Estado, emendas parlamentares e recursos do Tesouro Municipal. Em dois anos, a prefeita Marília Campos investiu R\$ 432,296 milhões, sendo R\$ 135,541 milhões, em 2021, e mais que dobrou os investimentos para R\$ 296,755 milhões, em 2022.

Com isso a cidade recebe um grande mix de obras em diversas áreas: mobilidade urbana, com destaque o novo sistema de transporte, para o programa “asfalto novo” e a construção da nova avenida Maracanã; construção de novos Cemeis na educação infantil e reforma de escolas do ensino fundamental; construção de novas UPAS e reforma de diversas UBS; construção e reconstrução de praças e parques. E mais: com Marília aqui e Lula lá teremos novos investimentos e políticas públicas em Contagem. Com tudo isso, Marília Campos, que tem hoje incríveis 81% de aprovação popular (ótimo, bom e regular positivo), caso decida se candidatar a um quarto mandato de prefeita, poderá ter uma vitória consagrada nas urnas, consolidando assim uma “nova era” em Contagem. Marília rompeu com o trágico “populismo fiscal”, “cobra impostos” de responsabilidade dos municípios, é “cobrada pela população” e “entrega” centenas de obras em toda as oito regiões, que mudam a história de nossa cidade.

ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF) MOSTRA COMO CONTAGEM PASSOU DA “GESTÃO CRÍTICA” PARA “GESTÃO DE EXCELÊNCIA”. Um dos indicadores da administração e das finanças municipais é o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), divulgado anualmente. A FIRJAN é a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. O IFGF tem uma leitura dos resultados bastante simples:

a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município e quanto mais próximo de zero pior é a gestão no ano em observação.

São os seguintes os diversos componentes do IFGF: a) Autonomia: indicador que analisa a relação entre as receitas oriundas da atividade econômica do município e os custos para financiar sua existência; b) Gastos com pessoal: mostra quanto os municípios gastam com pagamento de pessoal em relação ao total da Receita Corrente Líquida; c) Liquidez: verifica a relação entre o total de restos a pagar acumulados no ano e os recursos em caixa disponíveis para cobri-los no ano seguinte; d) Investimentos: mede a parcela da receita total dos municípios destinada aos investimentos, aqueles que geram bem-estar à população e melhoram o ambiente de negócios. Os conceitos são os seguintes: conceito A – Gestão de Excelência (superiores a 0.8 pontos); conceito B – Boa Gestão Fiscal (entre 0.6 e 0.8 pontos); conceito C – Gestão em Dificuldade (entre 0.4 e 0.6 pontos); conceito D – Gestão Crítica (inferiores a 0.4 pontos).

Veja na **tabela 3** a evolução do IFGF de Contagem, ao final dos governos e os conceitos da Prefeitura. Os dados da Firjan confirmam tudo aquilo que afirmamos neste trabalho: Contagem passou do conceito de “Gestão Crítica”, pontuação de 0.3545, em 2006, para o mais alto conceito de “Gestão de Excelência”, pontuação 0.8748, em 2020. A Firjan divulga os dados com atraso, e, por isso, não foram divulgados os dados de 2022. Mas podemos concluir que os dados de 2022, segundo ano do terceiro mandato da prefeita Marília Campos, são melhores do que os de 2020: a) Autonomia: Contagem arrecadou R\$ 2,598 bilhões, e as receitas próprias, que garantem a autonomia do município, representam 41,7% da receita corrente líquida; b) Gastos de Pessoal: mesmo com a reposição de 11% para todos os servidores ativos e aposentados, aumentos reais expressivos para diversas categorias e inclusão das despesas de pessoal das empresas terceirizadas (não incluídas em 2020), os gastos de pessoal atingiram 45,24% da receita corrente líquida; c) Liquidez: Contagem virou o ano com disponibilidades de caixa de R\$ 746,981 milhões; d) Investimentos: Contagem, em 2022, realizou os maiores investimentos da história de nossa Cidade: R\$ 296,755 milhões.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO IFGF DE CONTAGEM E CONCEITO – 2005 A 2020		
Ano	Pontuação	Conceito
2005	0.3545	D – Gestão Crítica
2012	0.6322	B – Boa Gestão
2016	0.7115	B – Boa Gestão
2020	0,8748	A – Gestão de Excelência



ROMEU ZEMA DEFENDE “PRIVATIZAR TUDO”, INCLUSIVE SAÚDE E EDUCAÇÃO

O programa de governo de Romeu Zema entregue à Justiça Eleitoral, na eleição de 2022, é bastante genérico e burocrático. Foi na eleição de 2018 que o Partido Novo revelou-se inteiramente na sua proposta de “privatiza tudo”. A versão do programa entregue à Justiça Eleitoral, em 2018, era mais genérica, mas uma versão mais completa que utilizamos neste estudo, por ter suscitado muita polêmica, sumiram com ela da Internet. A cópia impressa que dispomos, ainda hoje, foi divulgada pelo senador Antônio Anastasia, então adversário de Romeu Zema na disputa eleitoral.(...) Logo na introdução, Zema defende o Estado mínimo: “Acreditamos que a garantia da liberdade é a única e verdadeira função do estado, e que, por isso, ele deve ser mínimo, pois o indivíduo deve ser dono de si”.

PRIVATIZAÇÕES DE A A Z DE ROMEU ZEMA. Na cópia impressa que ainda temos do programa de governo de Romeu Zema, propõe-se privatizar tudo. Privatizar Cemig, Copasa e outras entidades públicas do Estado. Na educação, se propõe acabar com as escolas públicas e conceder bolsas, da pré-escola ao ensino médio, para as escolas privadas. Na saúde, acabar com o SUS e oferecer planos de saúde privados à população. Utilizamos o alfabeto para citar as privatizações de Romeu Zema. Deu o alfabeto completo: de A a Z. Veja as passagens do programa que defendem privatizações generalizadas:

- A) Introdução do programa: “Estado demais, gastos públicos demais, corrupção demais, impostos demais. Acreditamos que a mudança pode acontecer quando devolvemos o poder de decisão ao

indivíduo, de forma que ele mesmo possa fazer suas próprias escolhas. Acreditamos que a garantia da liberdade é a única e verdadeira função do estado, e que, por isso, ele deve ser mínimo, pois o indivíduo deve ser dono de si. Desta maneira, não é o objetivo do NOVO acabar com o estado, mas sim reduzir a maneira com que ele influencia o cotidiano das pessoas. Apenas o próprio indivíduo pode decidir sobre o que é melhor para ele” (página 5);

- B) Projeto de redução da estrutura estatal: “delegação de funções para outros setores e organizações que irão prestar o mesmo serviço com uma qualidade melhor e com menos custos para o cidadão. Esta alternativa compreende na elaboração de concessões, parcerias público privadas e ações de desestatização de serviços que não precisam ser prestados necessariamente pelo governo (página 10);

- C) Previdência servidores: “Criação de programa para incentivo aos servidores a migrarem do sistema próprio de previdência para a previdência privada” (página 14);

- D) Privatização serviços públicos: “Atualmente, o estado monopoliza vários serviços públicos que não precisam, necessariamente, ser oferecidos diretamente pelo estado. No entanto, o governo não consegue ser eficiente para responder, com sua própria estrutura, às inúmeras demandas da população (página 16);

- E) Privatização das estatais: “Governantes, ao longo da história política, criaram um discurso de que as empresas estatais são um patrimônio público da população e que a desestatização implicaria no fim de direitos da sociedade e na entrega dessas empresas para estrangeiros. Quando se fala em privatizar empresas estatais de Minas Gerais se diz em inibir a corrupção e a troca de favores políticos, melhorar a governança e eficiência dessas empresas e, principalmente, garantir a priorização da atuação do estado para aquilo que realmente impacta a população” (página 17);

- F) Privatização da logística (como estradas): “Atualmente o estado é o principal responsável por esta área. A solução é privada, e os governantes sabem disso. O problema é que ou eles apresentam soluções impraticáveis ao mercado ou não movem o mínimo esforço para discutir mais profundamente os gargalos” (página 18);

- G) Fazer dos serviços públicos uma fonte de geração de riquezas privada: “Será extinta a cultura do ‘estado babá’ e do ‘estado freio de mão’; organizações privadas podem oferecer serviços com mais qualidade e mais abrangência do que o estado; privatizações se darão respeitando a liberdade de escolha individual (página 19);

- H) Incentivo à geração de riquezas: “Muitos processos de desestatização não incentivaram a competição, somente criaram novos monopólios com a venda de estatais. É preciso desocupar o espaço monopolizado por essas empresas criando condições para que novos entrantes participem do mercado de forma competitiva” (página 21);

- I) Privatização da CEMIG: “Desestatização da CEMIG, geração e transmissão, com venda desmembrada das usinas produtoras de energia elétrica para empresas privadas para estimular a concorrência; concessão da CEMIG Distribuidora com estabelecimento de metas de abrangência territorial e tarifas máximas a serem cobradas das Geradoras para entrega da energia nos estabelecimentos industriais, comerciais, rurais e residenciais” (página 21);

- J) Privatização da COPASA: “abertura do mercado de tratamento de água e esgoto para empresas que implementem e gerenciem sistemas autônomos de tratamento e reuso de água, para aumentar a concorrência com a COPASA; desmembramento da COPASA e concessão de partes para empresas

privadas interessadas, com estabelecimento de tarifas máximas, prazos para implementação de rede, níveis de atendimento e qualidade” (página 21);

- K) Privatização CODEMIG: “Extinção da CODEMIG e concessão de empresas e imóveis vinculados a CODEMIG” (página 21);

- L) Privatização da UEMG, EPAMIG e EMATER: “Junção da UEMG, EPAMIG e EMATER e privatização das mesmas com estabelecimento de “Golden Share” para manutenção do status de Centro de Desenvolvimento científico”(página 21);

- M) Privatização do sistema penitenciário: “Minas Gerais é o primeiro estado a abrigar um presídio construído e administrado por uma empresa privada. A aplicação do método Apac e os modelos de parcerias público-privadas podem ser aprimorados e expandidos” (página 28);

- N) Vigilância rural privada: “o combate à violência no campo deve se dar por meio da revisão do marco regulatório vigente, a fim de incentivar ações de integração de cooperativas, associações e consórcios intermunicipais para que realizem parcerias objetivando mecanismos de vigilância rural privada” (página 29);

- O) Primeiro item do programa de educação de Romeu Zema: “maior oportunidade de acesso às escolas privadas pela população” (página 34);

- P) Privatização da pré-escola até o ensino médio: “a mudança na educação depende de uma série de mudanças federais. Defenderemos medidas como: criação do ProEduca, que consiste na extensão do ProUni para alunos desde a pré-escola até o final do ensino médio, ou seja, ao invés do governo investir em escolas, o dinheiro da educação iria diretamente para aquelas famílias que desejarem colocar seus filhos em uma escola particular” (página 34);

- Q) Privatização do FUNDEB: “será nossa bandeira também a reforma do FUNDEB, a fim de estabelecer que estados e municípios possam converter parte do fundo em bolsas de estudo para escolas particulares com ou sem fins lucrativos” (página 34);

- R) Privatização construções / reforma e da administração escolar: “Mesmo diante de limitações legais ao fomento a escolas privadas, é possível realizar PPPs com vistas a reformas e/ou construções de estabelecimentos escolares, incluindo o gerenciamento da área administrativa, nos moldes da bata cinza. Por meio de uma parceria bem desenhada, o estado pode gastar menos recursos, e os alunos contarem com uma melhor infraestrutura para os estudos, além do agente privado também obter lucro” (página 35);

- S) Privatização da educação rural: “Realizar parcerias entre o setor público, incluindo municípios interessados, e o privado para levar o ensino rural de qualidade e melhorar a estrutura das escolas com a utilização da expertise e da capilaridade de diversas entidades, como por exemplo o SENAR-MG, OCEMG, SENAI, SEBRAE”(página 36);

- T) Privatização da saúde: “Não é preciso que o Estado realize a gestão direta dos equipamentos públicos de saúde, mas sim que ele passe da condição de provedor direto do serviço para uma função mais estratégica de monitorar e avaliar outras entidades mais capazes de ofertá-los. Vale ressaltar que o Estado não estará se eximindo das responsabilidades conferidas a ele, o que ele passa a fazer é apenas se dedicar ao controle dos resultados obtidos. A partir desse modelo, que já vem sendo bem sucedido em outros estados, será possível expandir os equipamentos, aumentar o número de profissionais de saúde qualificados e realizar um maior número de atendimentos, visto que outras organizações conseguirão fazer mais com menos” (página 38);

- U) Melhorar a saúde só com privatização: “O segmento de planos de saúde está diretamente associado ao incremento da renda, ou seja: uma pequena melhora da economia faz famílias adquirirem planos privados de saúde. Em Minas Gerais, cerca de 25% da população já possui algum tipo de plano de saúde suplementar. Isso mostra que, apesar de boa parte da população achar que o SUS deve se manter como um modelo universal, integral e gratuito para todos, pacientes que têm condições de pagar por um plano de saúde logo “abandonam” o sistema. Assim, o acesso à saúde de boa qualidade para todos caminha lado a lado de uma menor interferência do estado e crescimento do poder aquisitivo da população. Isto, a longo prazo, permitirá a livre concorrência e a liberdade de escolha por parte dos indivíduos para optarem pelos serviços e preços que melhor atendam suas necessidades” (página 39);
- V) Privatização dos hospitais regionais: “o estado não possui recursos para finalizar as obras, e tampouco para custear as atividades dos hospitais regionais. Essa é uma oportunidade para que a gestão compartilhada de equipamentos públicos de saúde por meio de Organizações Sociais (OSs) e Parceria Público-Privada (PPP) comecem a ser implementadas”;
- X) Acabar com o SUS e ofertar recursos para a migração para o setor privado: “a assistência à saúde assegurada pelo livre mercado custa menos e é mais versátil que aquela proporcionada diretamente pelo Estado; as mudanças na saúde do estado de Minas Gerais dependem de medidas em todas as esferas de governo. No novo sistema de saúde que se propõe será facultado aos brasileiros escolher permanecer nesse novo sistema ou migrar para a rede de saúde privada” (página 40);
- Z) Comprar plano básico de saúde para os pobres: “viabilizar programas piloto onde o governo possa comprar serviços privados de saúde para a população com menor renda. Assim, a população tem melhores condições de comparar e avaliar os serviços públicos e privados, podendo cobrar novas políticas em direção a um novo modelo de saúde com mais liberdade” (página 42).



UM OLHAR SOBRE MINAS GERAIS; UM BREVE DIAGNÓSTICO DO ESTADO EM 16 PONTOS

1-MINAS É UM POUCO UM RETRATO DO BRASIL. Minas Gerais confirmou, com Lula, mais uma vez, a máxima de todas as eleições presidenciais do período pós democratização: “Quem ganha em Minas ganha no Brasil”. Não se trata de bairrismo nosso não. Minas é um pouco o retrato sócio econômico do Brasil, com suas regiões ricas e outras pobres. Nosso Estado tem o terceiro maior PIB do Brasil (soma total das riquezas produzidas no Estado), que é de R\$ 682,786 bilhões (dados de 2020, já que o IBGE divulga os números com dois anos de atraso), conforme pode ser visto na **tabela 1**; um estudo da Fundação João Pinheiro estimou o PIB de Minas Gerais, em 2022, de R\$ 924,7 bilhões. Mas no PIB per capita (PIB dividido pelo número de moradores), Minas ocupa tão somente a décima colocação e no IDH a nona colocação. Por isso, a luta que travamos em Minas Gerais é a mesma que travamos no Brasil: por uma sociedade mais igualitária, plural e democrática.(...) Veja a **tabela 2**. Neste importante indicador, Minas cai da 3ª para a 10ª colocação nacional. Com PIB per capita de R\$ 32.066,73, Minas fica atrás do Distrito Federal (R\$ 87.016,16), São Paulo (R\$ 51.364,73), Mato Grosso (R\$ 50.663,19), Santa Catarina (R\$ 48.159,24), Mato Grosso do Sul (R\$ 43.649,17), Rio de Janeiro (43.407,55), Paraná (R\$ 42.366,71), Rio Grande do Sul (R\$ 41.227,61), Espírito Santo (R\$ 34.065,98); Minas fica à frente de Goiás (R\$ 31.506,97). Minas fica abaixo do PIB per capita nacional e é uma espécie de “primo pobre” dos 11 estados do Sudeste, Sul e Centro Oeste, onde ocupa a penúltima posição no PIB per capita.

TABELA 1 - OS 10 MAIORES PIBS DOS ESTADOS – 2020

Estado	PIB – em R\$ bilhões	Participação PIB nacional (%)
São Paulo	2.377,639	31,2
Rio de Janeiro	753,824	9,9
Minas Gerais	682,786	9,0
Paraná	487,931	6,4
Rio Grande do Sul	470,942	6,2
Santa Catarina	349,275	4,6
Bahia	305,321	4,0
Distrito Federal	265,847	3,5
Goiás	224,126	2,9
Pará	215,936	2,8

Fonte: IBGE

TABELA 2 - OS 11 MAIORES PIBS PER CAPITA DOS ESTADOS – 2020

Ranking	Estado	PIB per capita – Em R\$
1	Distrito Federal	87.016,16
2	São Paulo	51.364,73
3	Mato Grosso	50.663,19
4	Santa Catarina	48.159,24
5	Mato Grosso Sul	43.649,17
6	Rio de Janeiro	43.407,55
7	Paraná	42.366,71
8	Rio Grande Sul	41.227,61
9	Espírito Santo	34.065,98
10	Minas Gerais	32.066,73
11	Goiás	31.506,97

Fonte: IBGE

2-MINAS É MUITAS; TEM REGIÕES RICAS SEMELHANTES AO SUDESTE E OUTRAS MUITO POBRES, MAIS PARECIDAS COM O NORDESTE.

O programa de governo de Alexandre Kalil traça um perfil de Minas Gerais e suas enormes desigualdades regionais: “Minas Gerais é a unidade da federação síntese do Brasil. É uma terra que com muitas gentes (o segundo mais populoso estado do País), que possui 853 municípios, o maior número entre os estados da Federação - 664 deles com menos de 20 mil habitantes (78%) e muitos na faixa de extrema vulnerabilidade social. As 12 mesorregiões do estado, que juntas respondem por 9% do PIB nacional, abrigam uma diversidade de culturas e ecossistemas - econômicos e ambientais -, mas também uma dramática e preocupante desigualdade econômica e social. O PIB per capita do Vale do Jequitinhonha, o menor do estado, é apenas 27% do valor do Triângulo/Alto Paranaíba, região que ostenta o maior PIB per capita de Minas Gerais. As desigualdades regionais existentes em Minas Gerais advêm da forma como os inves-

MINAS PRECISA DE UM “PLANO DE RESGATE”

timentos foram realizados no estado historicamente. Veja a **tabela 3**. Por essas razões, é necessário um olhar diferente - técnica e solidariamente - para as regiões Norte, Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. São territórios que necessitam da indução do Estado para se desenvolverem. Como não possuem uma base econômica que favoreça amplamente o desenvolvimento, políticas públicas estaduais destinadas a pequenos e médios negócios (urbanos e rurais), combinadas com políticas federais de transferência de renda, podem promover a geração de renda local e a inclusão social”.

TABELA 3 - POPULAÇÃO, PIB E PIB PER CAPITA DAS MESORREGIÕES DE MINAS GERAIS – 2019

Mesorregião	População (2019)	% População	PIB em R\$ mil - 2019	% PIB	PIB per capita
Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba	2.384.478	11,3	105.906.233	16,2	44.415
Metropolitana de Belo Horizonte	6.817.784	32,2	261.385.887	40,1	38.339
Noroeste de Minas	395.811	1,9	13.890.762	2,1	35.094
Sul/Sudoeste de Minas	2.615.720	12,4	84.098.652	12,9	32.151
Central Mineira	442.552	2,1	12.087.933	1,9	27.314
Oeste de Minas	1.056.982	5,0	28.504.783	4,4	26.968
Campo das Vertentes	594.581	2,8	13.731.355	2,1	23.094
Zona da Mata	2.311.547	10,9	51.903.370	8,0	22.454
Vale Rio Doce	1.709.266	8,1	38.368.617	5,9	22.447
Norte de Minas	1.722.156	8,1	27.700.010	4,2	16.084
Vale Mucuri	393.985	1,9	5.745.056	0,9	14.582
Jequitinhonha	723.929	3,4	8.550.025	1,3	11.811

Fonte: IBGE. Divulgação: Programa de Governo Alexandre Kalil

3-MINAS É UM ESTADO EXPORTADOR. Minas Gerais exportou US\$ 38,1 bilhões no ano de 2021, o que pelo câmbio oficial do final daquele ano representava R\$ 225,552 bilhões. Nosso Estado teve participação de 13,6% nas exportações brasileiras de US\$ 280,4 bilhões. Minas é, portanto, um “estado exportador”: tem participação de 9,0% no PIB nacional e de 13,6% nas exportações, o que fez do Estado um dos mais prejudicados com a Lei Kandir, que desonerou o ICMS nas exportações. Minas precisa diversificar mais sua pauta de exportação, com produtos mais elaborados, e vol-

tar a tributar produtos primários como o minério de ferro, já que a privatização da Vale e a isenção fiscal transferiu para o setor privado toda a riqueza mineral do Estado.

4-MINAS GERAIS TEM 5,148 MILHÕES DE EMPREGOS FORMAIS, SENDO 2,891 MILHÕES OCUPADOS POR HOMENS E 2,256 MILHÕES OCUPADOS PELAS MULHERES. A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS é o mais completo retrato das relações do trabalho formal do Brasil, abrangendo a quase totalidade das empresas do setor privado com seus trabalhadores celetistas e também os servidores públicos estatutários. No final de 2021, Minas Gerais contava com 5,148 milhões de trabalhadores, sendo 2,891 milhões homens (56%) e 2,256 milhões mulheres (44% do total), números que indicam o menor acesso das mulheres ao trabalho formal, já que elas representam 50,08% da população mineira. Os segmentos que mais empregavam eram: setor de serviços, com 1.742.881 trabalhadores; o comércio com 1.006.443 empregos formais; a administração Pública, com 903.020 servidores estatutários; indústria de transformação, 824.729 trabalhadores; a construção civil empregava 300.587 trabalhadores; a agropecuária, 257.645 trabalhadores; extrativa mineral, 69.927 empregos formais. Este último dado mostra que a mineração emprega poucos trabalhadores em Minas. A remuneração dos homens (R\$ 3.213,06) era 14% superior à das mulheres de R\$ 2.829,40. Veja **tabelas 4 e 5**.

5-POPULAÇÃO OCUPADA EM MINAS GERAIS É DE 10,340 MILHÕES DE PESSOAS. O indicador mais amplo do mundo do trabalho é dado pela PNAD do IBGE. Os dados de Minas Gerais, do primeiro trimestre de 2022, indicam o seguinte: são 5,199 milhões empregados do setor privado, sendo 3,865 milhões com carteira assinada e 1,334 milhão sem carteira assinada; trabalhadores domésticos são 705 mil, sendo 222 mil com carteira assinada e 483 mil sem carteira assinada; são 1,194 milhão de servidores públicos, civis e militares, dos diversos vínculos de trabalho. E tem-se ainda um expressivo contingente de outras pessoas ocupadas: 453 mil empregadores; 2,596 milhões de trabalhadores por conta própria. Veja a **tabela 6**.

TABELA 4 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021			
TOTAL DAS ATIVIDADES			
IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total
1 - EXTR MINERAL	58.758	11.169	69.927
2 - IND TRANSF	569.155	255.574	824.729
3 - SERV IND UP	36.020	7.183	43.203
4 - CONSTR CIVIL	270.943	29.644	300.587
5 - COMERCIO	550.624	455.819	1.006.443
6 - SERVICOS	864.655	878.226	1.742.881
7 - ADM PUBLICA	328.456	574.564	903.020
8 - AGROPECUARIA	213.183	44.462	257.645
Total	2.891.794	2.256.641	5.148.435
Fonte: RAIS			

TABELA 5 - REMUNERAÇÃO EMPREGOS FORMAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - SETORES IBGE

IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total
1 - EXTR MINERAL	4.988,13	5.429,99	5.060,41
2 - IND TRANSF	3.222,77	2.091,83	2.871,18
3 - SERV IND UP	5.319,47	4.786,89	5.233,12
4 - CONSTR CIVIL	2.530,96	2.527,27	2.530,58
5 - COMERCIO	2.105,64	1.730,20	1.934,97
6 - SERVICOS	3.228,30	2.511,94	2.863,43
7 - ADM PUBLICA	5.740,95	4.502,19	4.951,99
8 - AGROPECUARIA	1.987,07	1.724,41	1.942,20
Total	3.213,06	2.829,40	3.043,20

Fonte: RAIS

TABELA 6 - MINAS GERAIS – FORÇA DE TRABALHO OCUPADA – 2022

Força de trabalho ocupada	Número (em mil pessoas)
Empregado setor privado	5.199
-Com carteira assinada	3.865
-Sem carteira assinada	1.334
Trabalhador doméstico	705
-Com carteira assinada	222
-Sem carteira assinada	483
Empregado Setor Público	1.194
-Com carteira assinada	135
-sem carteira assinada	313
-Militar e estatutários	746
Empregadores	453
Trabalhador conta própria	2.596
Trabalhador familiar auxiliar	193
Total	10.340

Fonte: PNAD Contínua IBGE

6- MINAS GERAIS TEVE O SEU ÚLTIMO CICLO DE CRESCIMENTO NA “ERA LULA”. O

último grande ciclo de crescimento econômico de Minas Gerais foi com Lula. De 2003 a 2010, nosso Estado cresceu 3,91%, em média ao ano, com geração de milhares de empregos, recuperação da renda das famílias, ampliação dos programas sociais, e mais arrecadação para o governo estadual. Veja só: já nos governos ultraliberais de Bolsonaro e Romeu Zema, de 2019 a 2022, Minas cresceu a uma taxa medíocre de 1,35% ao ano. Veja a **tabela 7**. Minas Gerais precisa de um projeto de desenvolvimento.(...) Romeu Zema, quando tomou posse, culpou os governos anteriores, devido ao “estatismo”, pelo mau desempenho da economia mineira. Isto não é verdade. Minas Gerais cresce

ou afunda na recessão e na estagnação junto com o Brasil. É evidente que o crescimento econômico dos Estados e a melhoria da situação das contas públicas estaduais dependem de políticas muito mais abrangentes do que aquelas adotadas pelos entes federados isoladamente. Essas políticas são executadas, em grande medida, pelo governo federal: redução da vulnerabilidade externa da economia, taxa de juros, controle da inflação, câmbio, política tributária, investimentos públicos em infraestrutura (energia, estradas, portos, aeroportos, ferrovias, saneamento básico, urbanização, etc.), melhoria das condições para os investimentos privados, políticas de crédito, políticas de geração de empregos, melhoria na renda do trabalhador ativo e aposentado, salário mínimo, programas de transferência de renda, políticas voltadas para o mundo do trabalho (seguro-desemprego, abono salarial), investimento na educação, etc. Em algumas dessas políticas existe, de fato, a participação dos Estados e Municípios, como nos casos das obras de infraestrutura, política tributária, atração de investimentos privados, etc. Mas, essa participação é complementar e não alternativa ao governo federal. Ou seja, se o governo federal praticar políticas macroeconômicas anticrescimento, como no caso do governo Bolsonaro, as iniciativas dos Estados e Municípios, isoladamente, não conseguirão reverter a situação.(...) A sincronia entre o desempenho da União e dos Estados federados na economia é óbvia. Não é preciso ser economista para entender que o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB do Brasil nada mais é do que a média do crescimento dos Estados federados. Segundo o IBGE, oito Estados brasileiros concentram quase 80% do PIB nacional – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia e Distrito Federal. Assim, a taxa de crescimento da economia brasileira tende a ser próxima das taxas de crescimento destes Estados mais importantes, que têm peso na formação do PIB, como é caso de Minas Gerais.

7- O ESTADO “EMPAREDADO” ENTRE A UNIÃO E OS MUNICÍPIOS. A Constituição de 1988 e toda a legislação complementar mudou bastante o desenho do Estado brasileiro, redividindo as competências da União, dos Estados e dos Municípios nas políticas públicas e na infraestrutura para o desenvolvimento econômico e social. Os Estados, depois das mudanças efetuadas, perderam muito suas funções anteriores nas áreas de saúde, educação, sistema financeiro e na infraestrutura. Fala-se mesmo que os Estados vivenciam uma crise de identidade, “emparedados” que estão entre a União e os Municípios. “O Estado tem fundamental papel a desempenhar na economia, nas políticas sociais, enfim, na promoção de ações que possam elevar a qualidade de vida. A questão que se coloca é como o Poder Público deve fazer para alcançar seus objetivos. Às unidades federativas, em particular, essa questão é de mais difícil resposta, haja vista a crise de identidade vivenciada nos últimos 15 anos. O ‘emparedamento’ dos estados entre a União e Município é real, pois, em larga medida, a primeira centraliza a arrecadação e o segundo executa as políticas. Mas o Governo Federal, nesse país-continente, não é capaz de reconhecer os desejos da coletividade das diferentes regiões, e os municípios, de todos os tipos e tamanhos, com interesses próprios e locais, não têm habilidade suficiente para executar políticas regionais, principalmente aquelas que abrangem o conjunto deles e que requerem coordenação para alcançarem eficácia. O papel da unidade federativa, portanto, é fundamental. Só ela é capaz e tem legitimidade para coordenar municípios, em especial nas regiões metropolitanas, aproveitando as economias de escala de vários serviços públicos e, o mais importante, incentivando os municípios a investirem coordenadamente nas políticas sociais” (Minas XXI – BDMG).(....) Pelos dados que estamos divulgando neste estudo, vemos que o nosso

MINAS PRECISA DE UM “PLANO DE RESGATE”

Estado é mais atuante nas áreas de educação, em especial no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental; tem funções muito amplas na segurança pública (policias militar e civil, corpo de bombeiros, sistema penitenciário); na saúde, em especial na assistência hospitalar (Fhemig e Ipsemg e no repasse de recursos para os municípios); e também na infraestrutura, em especial nos setores de energia elétrica e saneamento básico. Vale destacar, ainda, outras áreas como cultura, desenvolvimento social, meio ambiente. (...) Veja a estrutura do Governo de Minas: 12 secretarias; 15 autarquias; 12 fundações, 9 órgãos autônomos; 22 conselhos de políticas públicas; 15 empresas estatais, com destaque para Cemig e Copasa. Veja a **tabela 8**. Minas Gerais tem 690.134 servidores ativos e aposentados. Os servidores ativos estão concentrados principalmente, na educação (228.737), na segurança (85.769) e na saúde (32.938 servidores).

TABELA 7 - TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB DE MINAS E DO BRASIL – 2003 A 2022

Ano	Minas Gerais	Brasil
2003	2,1	1,1
2004	5,9	5,8
2005	4,0	3,2
2006	3,9	4,0
2007	5,5	6,1
2008	4,7	5,1
2009	-3,9	-0,1
2010	9,1	7,5
2011	2,5	4,0
2012	3,3	1,9
2013	0,5	3,0
2014	-0,7	0,5
2015	-4,3	-3,5
2016	-2,0	-3,3
2017	1,7	1,3
2018	1,3	1,8
2019	-0,0	1,2
2020	-3,0	-3,3
2021	4,9	5,0
2022	3,5	2,9
Média período	1,95%	2,21%

Fonte: IBGE / Fundação João Pinheiro

TABELA 8 - AS SECRETARIAS E DEMAIS ÓRGÃOS DO GOVERNO DE MINAS

Secretarias e Órgãos	Descrição
<p>*São 12 as Secretarias de Estado de Minas Gerais. O governo de Minas tem 12 secretarias, além da Secretaria Geral e da vice-governadoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA -Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT -Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE -Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE -Secretaria de Estado de Educação - SEE -Secretaria de Estado de Fazenda - SEF -Secretaria de Estado de Governo - SEGOV -Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA -Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP -Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD -Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - SEPLAG -Secretaria de Estado de Saúde – SES
<p>*Minas Gerais tem 15 autarquias. Autarquia é o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - ARMBH -Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço - ARMVA -Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de MG - ARSAE -Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER -Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Idene -Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais - Ipem -Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg -Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - Ipsm -Instituto Estadual de Florestas - IEF -Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam -Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Jucemg -Loteria do Estado de Minas Gerais - LEMG -Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg -Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes
<p>*São 12 fundações no Estado de Minas Gerais. As fundações públicas são entidades pertencentes a Administração Pública indireta que executam atividades sociais com fins específicos, entre elas, pesquisa, saúde, ciência, ensino.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais - Hemominas -Fundação Clóvis Salgado - FCS -Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig -Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop -Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Utramig -Fundação Educacional Caio Martins - Fucam -Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam -Fundação Ezequiel Dias - Funed -Fundação Helena Antipoff - FHA -Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig -Fundação João Pinheiro - FJP -Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha

MINAS PRECISA DE UM “PLANO DE RESGATE”

<p>*São 9 os órgãos autônomos em Minas. Segundo define a obra de Hely Lopes Meirelles (2007, p. 766), órgãos autônomos “são desmembramentos da Administração Direta que não chegam a se erigir em pessoa jurídica, mas gozam de certa autonomia administrativa e financeira para o desempenho de suas atribuições específicas”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Advocacia Geral do Estado - AGE -Consultoria Técnico Legislativa -Controladoria Geral do Estado - CGE -Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais - CBMMG -Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais - ESP -Gabinete Militar do Governador do Estado de MG - GMG -Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais - OGE -Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - PCMG -Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG
<p>*Minas Gerais tem 22 conselhos. Os Conselhos de Gestão de Políticas Públicas são órgãos colegiados e paritários entre governo e sociedade. Disseminaram-se pelo Brasil na década de 90, a partir de sua regulamentação constitucional, materializando a ampliação da participação da sociedade nos espaços públicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais - CCMG -Conselho de Coordenação Cartográfica - Concar -Conselho de Criminologia e Política Criminal - Ccpc -Conselho Diretor das Ações de Manejo de Solos e da Água - Cdsolo -Conselho Estadual da Criança e do Adolescente - Cedca -Conselho Estadual da Mulher - CEM -Conselho Estadual da Pessoa Idosa - CEI -Conselho Estadual de Arquivos - CEA -Conselho Estadual de Assistência Social - Ceas -Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - Conecit -Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Conped -Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - Conedh -Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Conedru -Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - Cedrs -Conselho Estadual de Educação - CEE -Conselho Estadual de Patrimônio Cultural - Conep -Conselho Estadual de Política Agrícola - Cepa -Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam -Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-MG -Conselho Estadual de Saúde - CES -Conselho Estadual de Turismo - CET -Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda – Ceter
<p>*São 15 estatais em Minas Gerais, com destaque para CEMIG e COPASA. “Empresas Estatais” é a expressão utilizada para designar todas as entidades civis e comerciais que se encontram sob o controle acionário do Estado, englobando as Empresas Públicas (EP), as Sociedades de Economia Mista (SEM), suas subsidiárias e as demais sociedades controladas pelo Poder Público.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG -Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - Codemge -Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig -Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - Cohab -Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA -Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - Prodemge -Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig -COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste De Minas Gerais S/A -Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Emater -Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG -Empresa Mineira de Comunicação - EMC -Instituto Integrado de Desenvolvimento Econômico – INDI -MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S/A -Minas Gerais Participações S/A - MGI -Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A. – Metrominas

<p>*Outros Poderes e órgãos- Vale ressaltar que na estrutura do Estado temos ainda outros Poderes e órgãos.</p>	<p>-Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG -Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG -Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais – TJM -Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Alemg -Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE -Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG Fonte: Governo de Minas Gerais</p>
---	--

8- O TAMANHO DA EDUCAÇÃO EM MINAS. MINAS GERAIS TEM 3.553 ESCOLAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E 1.801.765 ALUNOS MATRICULADOS. Dados do Censo 2021 mostram o tamanho do Governo de Minas Gerais na educação básica. São 529 alunos na pré-escola; nos anos iniciais do ensino fundamental, o Estado tem 302.344 alunos; nos anos finais do ensino fundamental são 680.790 estudantes; e, no ensino médio, são 587.675 alunos matriculados; além disso, o Estado tem ainda 167.302 estudantes no EJA e 63.125 na educação especial.(...) O IDEB da educação de Minas Gerais de 2019 é de: a) nos anos iniciais do ensino fundamental é de 6.5 praticamente na meta de 6.6; b) nos anos finais do ensino fundamental é de 4.6 abaixo da meta de 5.3; c) e no ensino médio é de 4.0, bem abaixo da meta de 5.0.(...) Minas tem, ainda, uma presença no ensino superior com a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg e Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

9-SEGURANÇA PÚBLICA: CRIMES VIOLENTOS FORAM DE 36.076 EM 2022. Os dados divulgados pelo Governo de Minas Gerais indicam os números da criminalidade violenta nos últimos anos. São considerados crimes violentos: Estupro consumado, Estupro de vulnerável consumado, Estupro de vulnerável tentado, Estupro tentado, Extorsão mediante sequestro consumado, Homicídio consumado, Homicídio tentado, Roubo consumado, Sequestro e cárcere privado consumado.(...) Segundo dados divulgados, os crimes violentos em 2022, em todas as modalidades, foram de 36.078, uma redução de muito forte de 76% em relação a 2016, quando foram contabilizados 156.750 crimes violentos no Estado. Veja a **tabela 9**. A redução dos crimes violentos nos últimos anos é difícil de explicar, já que no período o Brasil viveu uma situação social grave, com a pior recessão econômica da história. Provável que a explicação não se deve a uma única causa, e dentre as muitas possíveis pode estar a subnotificação da criminalidade violenta no Estado.

10-VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MINAS. A violência contra a mulher tem estatísticas específicas em Minas Gerais. Os números são dramáticos. No ano de 2021 foram 154 feminicídios consumados; 181 feminicídios tentados e 144.618 casos de violência doméstica (violência física, violência psicológica, violência patrimonial, violência moral, violência sexual, e outras violências). (...) Por isso está certo Lula no seu programa de governo: “O Brasil não será o país que queremos enquanto mulheres continuarem a ser discriminadas e submetidas à violência pelo fato de serem mulheres. O Estado brasileiro deve assegurar a proteção integral da dignidade humana das mulheres, assim como desenvolver políticas públicas de prevenção contra a violência e para garantir suas vidas”.

TABELA 9 - EVOLUÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS EM MINAS GERAIS – 2012-2021

Ano	Total crimes	População	ICV por 100 mil habitantes
2012	82.523	19855.332	415,62
2013	101.287	20.593.356	491,84
2014	118.105	20.734.097	569,62
2015	138.244	20.869.101	662,43
2016	156.750	20.997.560	746,52
2017	136.589	21.119.536	646,74
2018	95.089	21.040.662	451,93
2019	69.095	21.168.791	326,40
2020	46.517	21.292.666	218,46
2021	36.078	21.411.923	172,70
2022	36.076	-	-

*ICV é o Índice de Criminalidade Violenta

11- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH; MINAS OCUPA A NONA COLOCAÇÃO NO RANKING DOS ESTADOS BRASILEIROS.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil. Foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e pelo economista indiano Amartya Sen. O índice varia de 0 até 1, sendo considerado: Muito Alto – de 0,800 a 1000; Alto – de 0,700 a 0,799; Médio – de 0,600 a 0,699; Baixo – de 0,500 a 0,599; Muito Baixo – de 0,000 a 0,499.(...) Minas Gerais, como já vimos neste estudo, é o terceiro maior PIB – Produto Interno Bruto brasileiro, mas no PIB per capita tem apenas a 10ª colocação e no IDH também ocupa uma posição desfavorável: 9ª colocação nacional. Minas tinha, em 2010, IDH de 0,731 (alto desenvolvimento humano) ficando atrás do Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Goiás.(...) Tem IDH acima da média estadual, as macrorregiões Triângulo, Central, Alto Paranaíba, Centro-Oeste e Sul de Minas; Tem IDH abaixo da média mas próximo dela, as macrorregiões Mata, Noroeste e Rio Doce. Com IDH abaixo da média estadual estão as macrorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri.(...) O IDH nos municípios mineiros está assim: IDH Muito alto (2 municípios); Alto (226 municípios); Médio (552 municípios); Baixo (73 municípios); Muito baixo (nenhum município). Os 31 municípios mineiros com melhor IDH são os seguintes: Nova Lima, Belo Horizonte, Uberlândia, Itajubá, Lavras, Poços de Caldas, Juiz de Fora, Varginha, Lagoa Santa, Itaú de Minas, Viçosa, Pouso Alegre, Araguari, Uberaba, Araxá, Ipatinga, Timóteo, Montes Claros, Barbacena, Patos de Minas, Divinópolis, Ouro Branco, Alfenas, Conselheiro Lafaiete, Sete Lagoas, São Lourenço, João Monlevade, São João del-Rei, Itaúna, Pedro Leopoldo, Contagem.

12- PREVIDÊNCIA EM MINAS É DO TAMANHO DO GOVERNO DE MINAS. Segundo os dados de 2020, Minas Gerais tem 4,080 milhões de beneficiários da Previdência (aposentadorias, pensões, auxílios, salário-maternidade, etc), sendo 3,029 milhões beneficiários urbanos e 1,051 milhão de beneficiários rurais; portanto vivem da renda previdenciária aproximadamente 10 milhões de mineiros.(...) A Previdência paga, anualmente, aos beneficiários mineiros a quantia de R\$ 68,015 bilhões, sendo R\$ 54,696 bilhões aos beneficiários urbanos e R\$ 13,318 bilhões aos beneficiários rurais; impressionante: este valor é quase igual à arrecadação do governo de Minas também em 2020 de R\$ 70,586 bilhões. Isto significa que a Previdência subsidia nosso Estado (despesas menos receitas) a quantia anual de R\$ 38,398 bilhões (receitas de R\$ 29,617 bilhões e despesas de R\$ 68,015 bilhões). Ou seja, a Previdência Social é, disparado, o maior programa social em Minas Gerais.

13-BOLSA FAMÍLIA TEM 1.615.105 FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS EM MINAS GERAIS. O Ministério do Desenvolvimento Social deu um breve balanço do primeiro mês (março 2023) do novo Bolsa Família: “O primeiro mês do calendário de pagamentos do novo Bolsa Família estabelece dois marcos inéditos na história dos programas de transferência de renda do Governo Federal. Em março, 21,1 milhões de famílias, dos 5.570 municípios brasileiros, receberão um valor médio de R\$ 670,33, o maior já registrado. Em fevereiro, eram R\$ 606,91. Além disso, os mais de R\$ 14 bilhões de investimento representam o recorde mensal do programa. Em sua nova versão, o Bolsa Família assegura o repasse mínimo de R\$ 600 e traz como principal novidade o Benefício Primeiro Infância, que garante um adicional de R\$ 150 a cada criança entre 0 e 6 anos na composição familiar. São 8,9 milhões de meninos e meninas nessa faixa etária, e um investimento de R\$ 1,3 bilhão do Governo Federal. A base de dados de março registra, ainda, que 17,2 milhões das famílias têm como responsável uma mulher: 81,2% do total.(...) Considerando que Minas Gerais tem 1.615.105 famílias beneficiárias, multiplicada pelo valor médio de R\$ 670,33 temos um gasto mensal de R\$ 1,082 bilhão, e um gasto anual da ordem de R\$ 12,984 bilhões. O Bolsa Família, depois da Previdência Social, é o maior programa social de Minas Gerais.

14-SANEAMENTO BÁSICO EM MINAS GERAIS. Em Minas Gerais, o índice atendimento da população urbana com abastecimento de água é de aproximadamente 92,9% que corresponde a uma população de 16.868.138 habitantes e o percentual de atendimento da população total (urbana e rural) de aproximadamente 82,0%.(...) Em relação ao saneamento básico, especificamente ao esgotamento sanitário, o estado possui uma elevada população urbana atendida por coleta de esgotos, de aproximadamente 16.551.461 habitantes, o que corresponde a 87,64% da população mineira. Contudo, não se verifica o mesmo cenário em relação ao tratamento de esgoto, onde apenas 53,72% da população urbana é atendida, ou seja, cerca de 10.145.880 habitantes.(...) Pela universalização do saneamento básico em Minas Gerais.

15-DÉFICIT HABITACIONAL EM MINAS É DE 575.498 RESIDÊNCIAS. O déficit habitacional é estimado, pela Fundação João Pinheiro, em 575.498 residências em nosso Estado, o que representa 8,15% do déficit habitacional brasileiro de 6.355.743 residências. O déficit habitacional em Minas está distribuído assim: são 540.722 na área urbana e 34.776 na área rural. Parte expressiva do

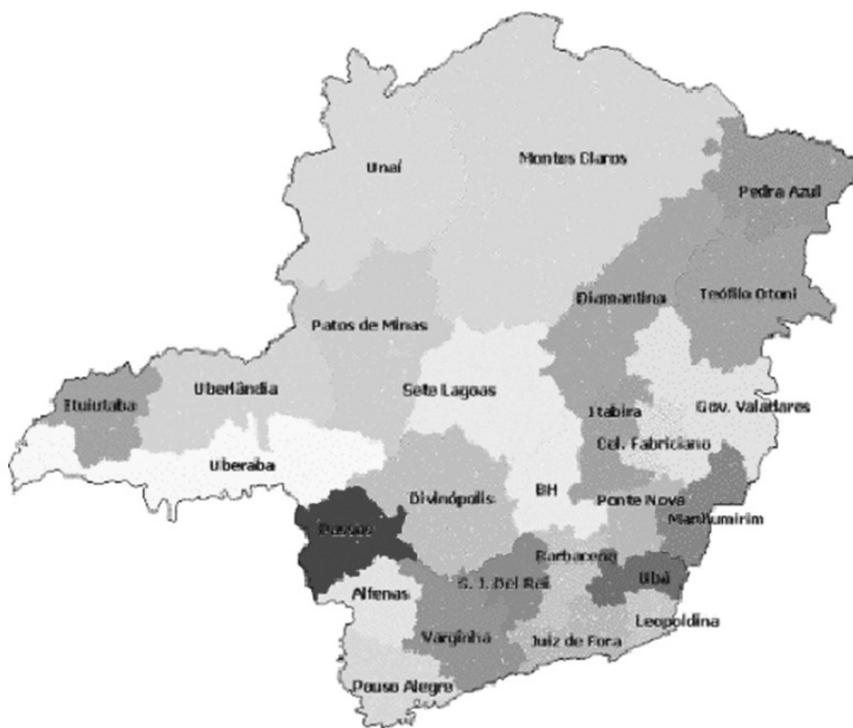
MINAS PRECISA DE UM “PLANO DE RESGATE”

déficit se encontra na Grande Belo Horizonte, com 158.839 residências. Os componentes do déficit habitacional são os seguintes: coabitação familiar (209.544), ônus excessivo aluguel (330.090), adensamento excessivo (16.928) e habitação precária (18.936).(...) Por isso é que queremos a volta do “Minha Casa Minha Vida” e de outros programas habitacionais.

16-MINAS TEM 21,526 MILHÕES DE HABITANTES. A projeção de população do IBGE indica que Minas tem, em 2022, 21.526.076 pessoas; são 10.597.182 homens e 10.928.894 mulheres. Portanto são 331.712 mulheres a mais do que homens. Veja a **tabela 10.** (...) A Fundação João Pinheiro estima uma redução do crescimento da população e até mesmo uma redução do número de pessoas nas próximas décadas: “Confirmados os cenários, a perspectiva demográfica para o estado é a de que o desenvolvimento se dará a taxas cada vez menores com forte tendência, no médio e longo prazo, a um crescimento nulo ou até mesmo negativo. Isso mostra que o volume deixará de ser o principal foco de preocupação dos formuladores de políticas públicas. Esses deverão se voltar para as consequências provocadas pelos rearranjos das faixas etárias, isto é, a mudança da estrutura etária populacional. Mantida a tendência atual, a participação relativa da população de crianças e jovens será ultrapassada pela dos idosos”.

TABELA 10 – POPULAÇÃO MINEIRA SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS – 2018	
Faixa etária	Número de pessoas
Menor de 1 ano	258.145
1 a 4 anos	1.072.265
5 a 9 anos	1.308.950
10 a 14 anos	1.397.768
15 a 19 anos	1.584.713
20 a 29 anos	3.434.100
30 a 39 anos	3.387.539
40 a 49 anos	2.890.342
50 a 59 anos	2.515.628
60 a 69 anos	1.758.732
70 a 79 anos	944.099
80 anos e mais	488.381
Total	21.040.662

Fonte: IBGE



“MINAS GERAIS É MUITAS”. VEJA ALGUMAS PASSAGENS HISTÓRICAS DO LIVRO “AVE PALAVRA” DE GUIMARÃES ROSA

MINAS GERAIS É UMA MONTANHA, montanhas, o espaço erguido, a constante emergência, a verticalidade esconsa, o esforço estático; a suspensa região – que se escala. Atrás de muralhas, através de desfiladeiros – passa um, passa dois, passa quatro, passa três... – por caminhos retorcidos, ela começa, como um desafio de serenidade. Aguarda-nos amparada, dada em neblinas, coroada de frimas, aspada de epítetos: Alterosas, Estado montanhês, Estado mediterrâneo, Centro, Chave da Abóboda, Suíça brasileira, Coração do Brasil, Capitania do Ouro, a Heróica Província. O quanto que envaidece e intranqüiliza, entidade tão vasta, feita de celebridade e lucidez, de cordilheira e História. De que jeito dizê-la? MINAS: patriazinha. Minas – a gente olha, se lembra, sente, pensa. Minas – a gente não sabe.

Sobre o que, em seu território, ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão encontro,

MINAS PRECISA DE UM “PLANO DE RESGATE”

concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas.

Só e no mais: sem ti, jamais nunca! Minas, Minas Gerais, inconfidente, brasileira, paulista, emboaba, lírica e sábia, lendária, épica, mágica, diamantina, aurífera, ferrífera, ferrosa, férrica, balneária, hidromineral, jê, puri, acroá, goitacá, goianá, cafeeira, agrária, barroca, luzia, árca, alpestre, rupestre, campestre, de el-rei, das minas, do ouro das minas, das pretas minas, negreira, mandingueira, moçambiqueira, conga, dos templos, santeira, quaresmeira, processional, granítica de ouro em ferro, siderúrgica, calcária, das pirambeiras, serrana bela, idílica, ilógica, translógica, supralógica, intemporal, interna, leiteira, do leite e da vaca, das artes de Deus, do caos claro, malasarte, conjuradora, adversa ao fácil, tijucana, januária, peluda, baeteira, tapiocana, catrumana, fabril, industriosa, industrial, fria, arcaica, mítica, enigmática, asiática, assombrada, salubre e salutar, assobradada, municipal, municipalíssima, paroquial, marília e heliodora, de pedra-sabão, de hematita compacta, da sabedoria, de Borba Gato, Minas João-pinheira, Minas plural, dos horizontes, de terra antiga, das lapas e cavernas, da Gruta de Maquiné, do Homem de Lagoa Santa, de Vila Rica, franciscana, barriqueira, bandoleira, pecuária, retraída, canônica, sertaneja, jagunça, clássica, mariana, claustral, humanista, política, sigilosa, estudiosa, comum, formiga e cigarra, labiríntica, pública e fechada, no alto afundada, toucinheira, metalúrgica, de liteira, mateira, missionária, benta e circunsisa, tropeira, borracheira, mangabeira, camboeira, rural, ladina, cidadina, devota, cigana, amealhadora, mineral e intelectual, espiritual, arrieira, boiadeira, urucuiana, cordisburguesa, paraopebana, fluminense-das-velhas, barbacenense, leopoldinense, além-paraibana, itaguareense, curvelana, belorizontina, do ar, do lar, da saudade, doceira, do queijo, do tutu, do milho e do porco, do angu, do frango com quiabo, Minas magra, capioa, enxuta, grotreira, garimpeira, sussurrada, sibilaba, Minas plenária, imo e âmago, chapadeira, veredeira, zebuzeira, burreira, bovina, vacuum, forjadora, nativa, simplíssima, sabida, sem desordem, sem inveja, sem realce, tempestiva, legalista, legal, governista, revoltosa, vaqueira, geralista, generalista, de não navios, de não ver navios, longe do mar, Minas sem mar, Minas em mim: Minas comigo. Minas.

Trecho do livro Ave, Palavra - Guimarães Rosa





JOSÉ PRATA ARAÚJO. É economista e autor de diversos estudos sobre Contagem, Minas Gerais e o Brasil, publicados em livros, cartilhas e textos nas redes sociais. Se especializou no tema dos direitos sociais, em particular em Previdência Social. Sobre Minas Gerais é autor de oito estudos: Um olhar sobre Minas Gerais (2004); Minas cresce com o Brasil (2006); Um novo olhar sobre Minas Gerais (2009); Minas no centro da disputa nacional (2011); Por que Dilma e Fernando Pimentel venceram as eleições em Minas? (2015); Um olhar sobre Minas Gerais (2019); Um olhar sobre Minas Gerais (2022) e este novo estudo de agora: Minas precisa de um “plano de resgate” (2023).